



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –

PPGCASA

Mestrado Acadêmico

**GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL)**

Marília Gabriela Gondim Rezende

Manaus, AM

2016

Marília Gabriela Gondim Rezende

**GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL)**

Orientadora: Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus, AM

2016

Marília Gabriela Gondim Rezende

**GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Profa. Dra. Marinez Gil Nogueira

Profa. Dra. Francimara Souza da Costa

MANAUS – AMAZONAS

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R467g Rezende, Marília Gabriela Gondim
Governança Ambiental na Reserva de Desenvolvimento
Sustentável Igapó Açú (Amazonas, Brasil) / Marília Gabriela
Gondim Rezende. 2016
151 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Território. 2. Redes. 3. Governo. 4. Territorialidade. 5. Gestão.
I. Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

À minha avó,
meu exemplo de vida,

Com muito amor e carinho

Dedico

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pela concessão de saúde, sabedoria e determinação conferidas durante todo o processo de elaboração da dissertação.

Aos meus pais, verdadeiros guerreiros, que sempre me incentivaram e estiveram ao meu lado nas madrugadas destinadas ao mestrado.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Therezinha Fraxe, que aceitou me orientar no meio da caminhada e que me proporcionou inúmeros momentos de aprendizado a partir da convivência diária, contribuindo tanto para o meu crescimento acadêmico quanto pessoal.

À Família NUSEC, pelo apoio e incentivo durante a trajetória acadêmica, e pelo auxílio durante o trabalho de campo.

Ao Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA), profissional singular que contribuiu significativamente na superação dos momentos difíceis perpassados.

Aos professores do PPGCASA, pela constante troca de conhecimentos e pelo ensino da reflexão. Em especial à Profa Dra Sandra do Nascimento Noda, por ter me apresentado à dialética da complexidade sistêmica e pelas conversas enriquecedoras após as aulas.

Às minhas amigas queridas, Jhennyffer Caroline, Cirlene Santos, Silvana Queiroz, Martha Benfica, Fernanda Mendes, Talita Carvalho, Bárbara Evelyn, Catarina Calheiros, Mônica Suani, e Karina Milhomem, que me forneceram aparato psicológico durante todos esses anos.

A todos os moradores da RDS Igapó Açu, atores da pesquisa, sem os quais não seria possível a construção dessa dissertação.

À Profa. Dra. Kátia Cavalcante, pelo incentivo dado na véspera da Aula de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski, por me ensinar o processo de artesanato intelectual.

À Profa. Dra. Ivani Ferreira de Faria, pelas oportunidades concedidas junto ao Laboratório Dabukuri, e pelas indicações de leitura que me conduziram à constante busca pela descolonização do pensamento.

Ao Prof. Dr. Reinaldo Correa Costa, que me forneceu toda a base teórica que considero fundamental para o desenvolvimento de projetos.

À Profa. Dra. Jaci Saraiva, pela paciência em ensinar e por todo incentivo que me deu para a inscrição no mestrado, o qual eu nunca esquecerei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida para a realização da pesquisa.

A todos, que direta ou indiretamente contribuíram no meu processo de formação acadêmica que julgo importante para o desenvolvimento desta dissertação.

A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido. Soldados! Não batalheis pela escravidão! Lutai pela liberdade!

Charles Chaplin

RESUMO

A miríade de atores sociais envolvidos no processo de criação e execução de uma Unidade de Conservação tem acentuado a importância do debate acerca da governança ambiental nessas unidades territoriais. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar a governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu, localizada nos municípios Manicoré, Borba e Beruri. A escolha da área de estudo deve-se ao fato de a RDS Igapó Açu ser a única UC do Amazonas atravessada por uma rodovia federal, o que lhe confere um ordenamento territorial específico e reconfigura os elementos constituintes da governança nesse território. Para alcançar o objetivo principal da pesquisa, supracitado anteriormente, foram traçados três objetivos específicos: demonstrar a rede de relações entre os atores sociais envolvidos na governança da UC, compreender as formas de organizações sociais existentes e seus desdobramentos na governança; e descrever as fragilidades e potencialidades da gestão territorial decorrente da governança da RDS Igapó Açu. Para atingir esses objetivos utilizaram-se diferentes instrumentos metodológicos como formulários, entrevistas abertas, oficinas participantes, a Matriz F.O.F.A., e o Programa Websphere Analysis. Os resultados da pesquisa indicam que a tessitura da governança ambiental da RDS Igapó Açu envolve múltiplos fatores, entretanto, a centralidade da rede de articulação política é ocupada pelo Conselho Gestor, que conduz à materialização da governabilidade da UC e de seus desdobramentos. As formas de organização social emergem configurando a rede de articulação política e influem no ordenamento do território a partir das relações de poder que lhe são intrínsecas. A gestão do território, *modus operandi* da governança, materializa-se de forma participativa, na medida em que os processos de criação da UC e de tomada de decisão envolveram e envolvem todos os atores sociais do território. Nesse sentido, estabelece-se uma governança democrática, onde o Conselho Gestor confere as condições necessárias para o desenvolvimento da governabilidade, e a chefe da UC as condições essenciais para a execução da gestão. Portanto, os resultados dessa pesquisa indicam, de maneira geral, que a governança ambiental da RDS Igapó Açu estabelece-se por meio da interação dos sistemas simbólicos e dos sistemas sociopolíticos, formadores das formas de organização social. A territorialidade nessa UC, oriunda do processo interativo acima elencado, alinha-se a um modo de vida específico, pautado em práticas sociais que garantem e perpetuam a sustentabilidade ambiental. Por conseguinte, pode-se concluir que a governança ambiental democrática da RDS Igapó Açu tem obtido êxito, na medida em que tem assegurado as metas e os objetivos previstos no Plano de Gestão. Entraves existem, devido à multiplicidade de interesses e de atores sociais envolvidos na rede de articulação política, porém os resultados mostram que os avanços têm sido significativos.

Palavras-chave: rede política, governabilidade, governo, gestão.

ABSTRACT

The myriad of social actors involved in the process of creating and implementing a Conservation Unit has emphasized the importance of the debate on environmental governance in these units. In this sense, the main objective of this research was to analyze the environmental governance in the Sustainable Development Reserve Igapó Açu, located in the municipalities Manicoré, Borba and Beruri. The choice of the study area is due to the fact that the RDS Igapó Açu be the only UC Amazonas crossed by a federal highway, which gives it a specific land use planning and reconfigures the elements of governance in that territory. To achieve the main objective of the research, above earlier, were three specific objectives set: to demonstrate the network of relationships between the actors involved in the governance of UC, understand existing forms of social organizations and its consequences on governance; and describe the weaknesses and strengths of territory management resulting from the governance of RDS Igapó Açu. To achieve these objectives we used different methodological tools such as forms, open interviews, participants workshops, SWOT Matrix, and Websphere Analysis Program. The survey results indicate that the fabric of environmental governance RDS Igapó Açu involves multiple factors, however, the centrality of political articulation network is occupied by the Management Board, leading to the materialization of the governance of UC and its consequences. Forms of social organization emerge and configure the network policy articulation and influence in regional planning from the power relations that are intrinsic. The management of the territory, the modus operandi of governance, materializes in a participatory manner, in that the processes of creation of UC and decision-making involved and involve all the social actors of the territory. In this sense, it sets up a democratic governance, where the Management Board provides the necessary conditions for the development of governance, and the head of the UC the essential conditions for the implementation of management. Therefore, the results of this research indicate, in general, that environmental governance RDS Igapó Açu is established through the interaction of symbolic systems and socio-political systems, leaders of the forms of social organization. The territoriality that UC, coming from the interactive process part listed above, is aligned to a specific way of life, based on social practices that ensure and perpetuate environmental sustainability. It can therefore be concluded that the democratic environmental governance RDS Igapó Açu has been successful, in that it has ensured the goals and objectives set forth in the Management Plan. Barriers exist because of the multitude of interests and stakeholders involved in the political articulation of the network, but the results show that progress has been significant.

Keywords: political network, governance, government, management.

LISTA DE SIGLAS

ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia

ASSAAM – Associação Amigos da Floresta

BM – Banco Mundial

CEASA – Centro Estadual de Abastecimento

CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DMUC – Departamento de Mudanças Climática e Unidades de Conservação

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF – Global Environment Facility

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NUSEC – Núcleo de Socioeconomia

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organizações não governamentais

PAREST – Parque Estadual

PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Careiro Castanho

UC – Unidades de Conservação

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Transporte Careiro Castanho/Igapó Açú na estação seca.....	22
Figura 2: Transporte Careiro Castanho/Igapó Açú na estação chuvosa	23
Figura 3: Percurso da pesquisa.....	24
Figura 4: Entrevistas abertas com os residentes da RDS Igapó Açú	24
Figura 5: Aumento no número de Unidades de Conservação no Amazonas .	27
Figura 6: Localização da RDS Igapó Açú.....	34
Figura 7: Interação dos elementos físicos materializados na paisagem	34
Figura 8: Representantes da RDS Igapó Açú no Conselho Gestor.....	38
Figura 9: Espacialização das organizações sociopolíticas na RDS Igapó Açú	39
Figura 10: Colônia dos Pescadores Z-49	41
Figura 11: Empresas membros do Conselho Gestor da RDS Igapó Açú.....	42
Figura 12: Organizações governamentais membros do Conselho Gestor da RDS Igapó Açú.....	44
Figura 13: Tessitura da rede de articulação política da governança ambiental	47
Figura 14: Organização da governança ambiental na RDS Igapó Açú	49
Figura 15: Centros da Comunidade Igapó Açú	53
Figura 16: Localização dos centros da Comunidade Nova Geração.....	54
Figura 17: Escola da RDS Igapó Açú.....	71
Figura 18: A territorialidade a partir da terra e da água.....	79
Figura 19: Igreja da RDS Igapó Açú.....	82
Figura 20: Fluxograma da interconexão formadora da governança	88
Figura 21: Explicação da Matriz F.O.F.A. na oficina realizada com os residentes.....	111
Figura 22: Sistematização dos elementos elencados no painel	112
Figura 23: Discussão dos elementos elencados	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Reuniões para discussão e elaboração do Plano de Gestão da RDS Igapó Açu.....	106
Quadro 2: Fortalezas identificadas na RDS Igapó Açu	113
Quadro 3: Fraquezas identificadas na RDS Igapó Açu	116
Quadro 4: Oportunidades identificadas na RDS Igapó Açu	118
Quadro 5: Ameaças identificadas na RDS Igapó Açu	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Local de nascimento dos moradores da RDS Igapó Açu.....	69
Gráfico 2: Motivos que levaram os atuais residentes a morar na RDS Igapó Açu.....	70
Gráfico 3: Sexo.....	71
Gráfico 4: Estado civil.....	71
Gráfico 5: Escolaridade na RDS Igapó Açu	72
Gráfico 6: Tipo de energia fornecida à RDS Igapó Açu.....	72
Gráfico 7: Meios de transporte	73
Gráfico 8: Lugares distantes frequentados pelos residentes.....	73
Gráfico 9: Principal fonte de renda da família.....	74
Gráfico 10: Tipos de conflitos existentes na RDS Igapó Açu	75
Gráfico 11: Participação em Organização Social	81
Gráfico 12: Organização social partícipe.....	81
Gráfico 13: Detenção de crença religiosa	82
Gráfico 14: Crença religiosa das famílias.....	82
Gráfico 15: Divisão social do trabalho por faixa etária	84
Gráfico 16: Conhecimento acerca do Plano de Gestão	122
Gráfico 17: Participação nas reuniões para a criação da UC	123
Gráfico 18: Mudanças ocorridas na RDS Igapó Açu	124
Gráfico 19: Atores sociais recorridos pelas famílias em caso de acentuação dos conflitos	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. OBJETIVOS	20
1.1 Objetivo geral	20
1.2 Objetivos específicos	20
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2.1. Percurso da pesquisa	22
CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RDS IGAPÓ-AÇU: ORGANIZAÇÃO, INTERDEPENDÊNCIA E COMPLEXIDADE	26
INTRODUÇÃO	26
1. A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL	29
1.1. A rede de articulação política e a governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú	33
1.2. A centralidade da rede política e os sistemas policêntricos	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
CAPÍTULO II – AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL DA RDS IGAPÓ AÇU	67
INTRODUÇÃO	67
1. ORDENAMENTO TERRITORIAL E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL	68
1.1. A territorialidade na RDS Igapó Açú	76
1.2. As formas de organização social	80
2. GOVERNANÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
CAPÍTULO III - AS IMBRICAÇÕES DA GESTÃO TERRITORIAL NA GOVERNANÇA DA RDS IGAPÓ AÇU	101
INTRODUÇÃO	101

1. GESTÃO TERRITORIAL E GOVERNANÇA: ASSIMETRIAS E NUANCES	102
1.1. Fundamentos jurídicos e diretrizes da gestão territorial na RDS Igapó Açú.....	104
2. Fragilidades e potencialidades da gestão territorial da RDS Igapó Açú ...	110
2.1. Fortalezas e fraquezas.....	113
2.1. Oportunidades e ameaças	118
3. Governança ambiental e gestão territorial: caminhos e inflexões	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	131
CONCLUSÃO	134
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

Com a acentuação dos problemas ambientais em escala global, os Estados Nacionais começaram a buscar estratégias que atenuassem os impactos negativos do atual sistema econômico vigente. Uma das estratégias encontradas pelo Brasil em resposta a esses problemas foi a criação de Unidades de Conservação. O Amazonas emerge em destaque, nesse contexto, por ser o estado brasileiro com a maior extensão territorial convertida em áreas protegidas, aproximadamente 700.000km².

Assim, como qualquer outra política ambiental, a criação de unidades de conservação envolve uma multiplicidade de atores sociais, com interesses ora semelhantes, ora divergentes. Nesse sentido, torna-se imprescindível aprofundar as questões relacionadas à governança ambiental, visto a importância da compreensão da rede de articulação política entre os atores sociais envolvidos e seus desdobramentos na gestão dos diferentes territórios protegidos.

Dentre as Unidades de Conservação existentes, optou-se, para a realização desta pesquisa, pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu, que apresenta uma singularidade territorial que a difere das outras unidades territoriais protegidas, que é fato de ser atravessada por uma rodovia federal. Essa característica amplia a rede de articulação política e gera diversos desdobramentos, que precisam ser elucidados, visto a importância da conservação da biossociodiversidade existente nesse território.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu. Para melhor representar os resultados obtidos a partir dos objetivos elencados, optou-se pela narrativa escrita em três capítulos. O Capítulo 01 apresenta a configuração da rede de articulação política dos atores sociais envolvidos e partícipes das ações voltadas à conservação ambiental da área de estudo. O Capítulo 02 evidencia os desdobramentos das formas de organização social na governança da RDS Igapó Açu, por meio da interação entre os sistemas

simbólicos e sociopolíticos. No Capítulo 03 são descritas as fragilidades e as potencialidades da gestão territorial e suas ramificações na rede de articulação política.

A governança, nesta dissertação, é compreendida como o resultado da interação entre os elementos da governabilidade e do governo, que se configuram por meio da transcendência relacional dos sistemas simbólicos e sociopolíticos, conformadores do ordenamento do território. Frente aos inúmeros trabalhos relacionados à temática, essa pesquisa propõe uma digressão a partir dos principais autores que escrevem sobre governança, e apresenta uma reconstrução epistemológica dessa categoria, a partir do protagonismo das formas de organização social.

Essa reconstrução conceitual da governança foi um dos caminhos indicados pelos resultados da pesquisa, devido ao surgimento de inúmeros protagonistas que não estavam, necessariamente, ligados ao Estado. Nesse sentido, a primeira parte da dissertação, Capítulo 01, revela os variados componentes formados e formadores da governança. O Capítulo 02, acrescentando a análise anteriormente produzida, insere na discussão o papel das organizações sociais na rede de articulação política. Desta forma, os dois primeiros capítulos se ocupam em demonstrar a reconstrução conceitual da governança a partir dos componentes supracitados, trazendo à tona elementos como a territorialidade e as relações de poder intrínsecas.

Por fim, o Capítulo 03 evidencia o *modus operandi* da governança, a partir da análise da gestão e de seus desdobramentos no ordenamento do território. Observa-se assim que os três capítulos fornecem o fundamento para o entendimento da governança, em suas múltiplas escalas e temporalidades. Portanto, esta dissertação apresenta didaticamente em cada capítulo os elementos constituintes da governança, no intuito de mostrar a materialização da rede de articulação política existente na RDS Igapó Açu.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Analisar a governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu.

1.2 Objetivos específicos

- a) Demonstrar a rede de relações entre os atores sociais envolvidos na governança da UC;
- b) Compreender as formas de organizações sociais existentes e seus desdobramentos na governança;
- c) Descrever as fragilidades e potencialidades da gestão territorial decorrentes da governança da RDS Igapó Açu.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução dos objetivos desta pesquisa foram utilizados diferentes instrumentos metodológicos, visto a complexidade da temática da governança ambiental e dos seus elementos constituintes. Dessa forma, para demonstrar a rede de relações e interações entre os atores sociais implexos na governança da RDS Igapó Açu, foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais e de dados secundários nas principais instituições envolvidas. Além desses procedimentos, foram desenvolvidas oficinas participantes e aplicados formulários em 100% das famílias residentes na área de estudo.

Os dados obtidos por meio dos formulários foram sistematizados no Programa *Excel* e posteriormente importados para o Programa *Websphere Analysis*. O Programa *Websphere Analysis* é um *software* que permite o entrecruzamento de dados e o delineamento das relações e interações entre

os diferentes atores sociais envolvidos na rede de articulação política de um território. Esse Programa foi utilizado nessa dissertação para representar graficamente a dinâmica relacional desses atores nos diferentes contextos políticos.

Para compreender as formas de organização social e seus desdobramentos na governança foram aplicados formulários com os residentes da UC e realizadas entrevistas abertas com grupos focais. Os dados foram sistematizados no Programa *Excel*, software que tornou possível a representação gráfica das informações coletadas. Para descrever as fragilidades e potencialidades da gestão territorial da RDS Igapó Açu utilizou-se a Matriz F.O.F.A., que é um instrumento de análise dos pontos positivos e negativos e das possíveis inflexões futuras.

Essa matriz permite a identificação do maior número possível de elementos referentes aos fatores internos e externos que influem na gestão de um território. Dessa forma, a Matriz F.O.F.A. constitui-se por quatro grandes elementos: as fraquezas, as oportunidades, as fortalezas, e as ameaças. As fraquezas são os fatores internos negativos da gestão. As oportunidades são as situações que podem ser benéficas à gestão, apontadas para o futuro. As fortalezas são os fatores internos positivos que estão acontecendo no presente. E as ameaças são os fatores externos que podem influir negativamente no processo de gestão do território.

A construção da Matriz F.O.F.A. perpassou algumas etapas. Primeiramente foi explicado à comunidade o objetivo da pesquisa e da matriz, em seguida foram distribuídas tarjetas de cores diferentes. Cada cor representava um elemento da matriz: o amarelo referia-se as fortalezas, o verde as fraquezas, o rosa as oportunidades, e o azul as ameaças. A utilização de cores diferentes objetivou a melhoria da visualização dos elementos pelos participantes da oficina.

Após a listagem das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, foi realizada uma discussão dos elementos levantados, objetivando o aprofundamento das questões listadas. O tempo de duração da oficina de

construção da matriz foi de três horas, sendo duas horas de construção da matriz e uma hora de discussão dos elementos identificados.

Dessa forma, observa-se que foram utilizados diversos instrumentos metodológicos, devido à complexidade da governança e de seus desdobramentos. Portanto, por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar na busca pela transdisciplinaridade, foram necessárias múltiplas ferramentas, objetivando a produção de um conhecimento mais próximo do real.

2.1. Percurso para a realização da pesquisa

O ponto inicial de partida de deslocamento para a área em estudo é o Porto da Central Estadual de Abastecimento (CEASA) em Manaus, localizado no Bairro Mauzinho. A partir desse porto, entra-se em uma lancha, que é uma embarcação de pequeno porte, para se deslocar até o município Careiro da Várzea, este percurso tem duração de aproximadamente 25 minutos. Em seguida, pega-se uma Kombi específica para áreas não pavimentadas. Esse automóvel realiza o transporte do Careiro da Várzea ao Careiro Castanho em cerca de 2 horas. Do Careiro Castanho até a RDS Igapó Açú, pela BR-319, esse transporte é realizado, na estação seca (Figura 1), em 3h. A rodovia fica em condições menos desfavoráveis para o transporte.



Figura 1: Transporte Careiro Castanho/Igapó Açú na estação seca.

Fonte: REZENDE, 2015.

Na estação chuvosa (Figura 2) o transporte do Careiro Castanho até a UC é realizado em 4 horas e 30 minutos, devido às condições da BR-319, que provocam consequentemente atolamentos¹. As chuvas acentuam a precarização da rodovia, na medida em que potencializa a destruição de pontes e de trechos da estrada por conta de ausência de infraestrutura. Dessa forma observa-se que o tempo de deslocamento varia consideravelmente de acordo com a sazonalidade.



Figura 2: Transporte Careiro Castanho/Igapó Açu na estação chuvosa.
Fonte: REZENDE, 2015

O primeiro ponto de chegada na RDS é a Comunidade Nova Geração, localizada na margem esquerda do rio Igapó Açu. Para o deslocamento até a Comunidade São Sebastião do Igapó Açu, margem direita do rio, utilizam-se balsas ou voadeiras. O tempo de balsa é de cerca de 10 minutos, e de voadeira aproximadamente 3 minutos. Totalizando o tempo de Manaus até a RDS Igapó Açu, na estação seca, é em torno de 5h e 25 minutos. Na estação chuvosa totalizam-se 6h e 55 minutos. O percurso efetivado para a realização da pesquisa pode ser observado na figura posterior (Figura 3).

¹ Termo que corresponde ao fenômeno de afundamento de alguém ou de alguma coisa devido a um solo alagado ou à uma infraestrutura insuficiente para o transporte.

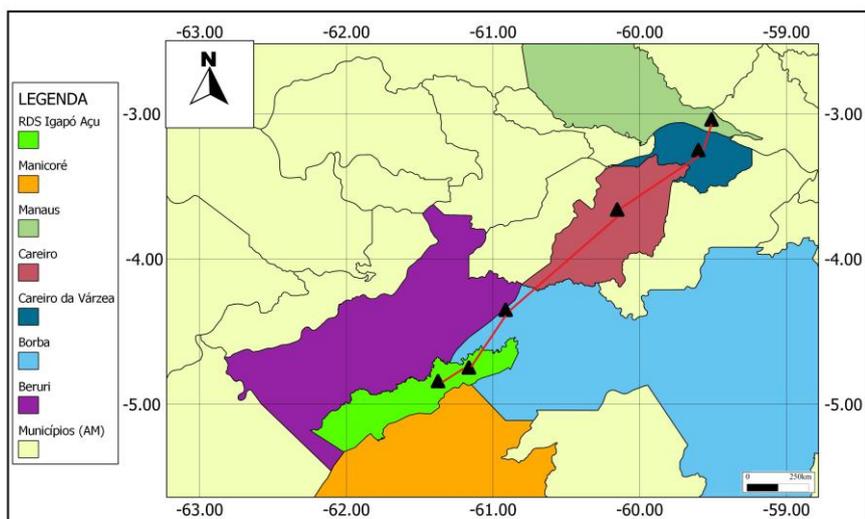


Figura 3: Percurso da pesquisa.
 Fonte: IBGE, 2015. Org.: REZENDE, 2015.

Desse modo, as atividades previstas na pesquisa foram planejadas a partir das particularidades sazonais supracitadas. No total, foram realizados 07 trabalhos de campo, sendo 04 deles desenvolvidos na estação chuvosa e 03 deles na estação seca. No primeiro trabalho de campo executou-se o estudo exploratório, onde identificou-se o problema da pesquisa. No segundo, foram realizadas entrevistas abertas (Figura 4) para elucidar as possíveis perguntas para a constituição dos formulários. No terceiro, foi executado o pré-teste e realizado algumas entrevistas abertas com as lideranças comunitárias.



Figura 4: Entrevistas abertas com os residentes da RDS Igapó Açú.
 Fonte: MILHOMEM, 2015.

No quarto e quinto trabalho de campo, foram aplicados formulários com as famílias da RDS Igapó Açú. No sexto, foi desenvolvida a Matriz F.O.F.A. e realizadas oficinas participantes. E, por fim, foi realizado o sétimo trabalho de campo, para a validação dos dados e preenchimento de algumas lacunas da pesquisa. A vivência na área de estudo permitiu o conhecimento mais próximo do real, por meio da interação com os atores sociais da pesquisa. Portanto, esses foram os caminhos utilizados para a construção da pesquisa e do artesanato intelectual.

CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RDS IGAPÓ-AÇU: ORGANIZAÇÃO, INTERDEPENDÊNCIA E COMPLEXIDADE

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx

INTRODUÇÃO

O sistema ambiental constitui-se pelo conjunto de condições que fornecem o fundamento para a reprodução da vida humana no planeta. Esse conjunto de condições é formado pela interação entre as camadas constituintes da Terra, sendo elas a hidrosfera, a litosfera, a atmosfera e a biosfera. A flexão na interação entre essas camadas gera problemas ambientais.

Esses problemas resultam da interferência na autopoiese² do sistema ambiental, que modifica a organização da complexidade e seus desdobramentos sistêmicos. Por não se materializarem em um único território nacional e/ou local, os problemas ambientais transcendem as fronteiras dos Estados Nacionais, trazendo à tona a problemática da governança ambiental em suas múltiplas facetas.

A governança ambiental constitui-se por meio de sistemas simbólicos e sistemas sociopolíticos, que interagem incessantemente na via da dialética da complexidade sistêmica. Desta forma, uma análise profícua da governança ambiental deve abarcar, impreterivelmente, esses fatores complementares e cônjuges conformadores do sistema ambiental e de seus desdobramentos políticos.

Os sistemas simbólicos condicionam as relações sociais, exercendo conseqüentemente poder sobre os sistemas políticos. Isto ocorre devido ao fato de que as representações que os atores sociais têm do mundo, derivam

² Maturana e Varela (1995) concebem autopoiese como sendo a capacidade de reprodução dos seres vivos que conferem as condições necessárias para a vida.

das objeções dos sistemas simbólicos (BORDIEU, 2005), e dos constructos paradigmáticos no qual estão imersos. Torna-se, assim, imprescindível analisar a construção da governança ambiental na atualidade, visto os desdobramentos dessa governança nas relações sociais que se estabelecem cotidianamente nos mais variados territórios.

Desta forma, com o agravamento significativo dos problemas ambientais nos últimos anos (2000-2014), o Estado do Amazonas rediscutiu a problemática da governança ambiental e começou a buscar estratégias que atenuassem o efeito maléfico do atual sistema econômico, criando as Unidades de Conservação (Figura 5), que são unidades territoriais criadas objetivando a preservação e a conservação de importantes ecossistemas. A política de criação de UC reconfigurou a governança ambiental no Amazonas, inserindo novos elementos na miríade analítica das estratégias de gestão e mitigação dos problemas ambientais.

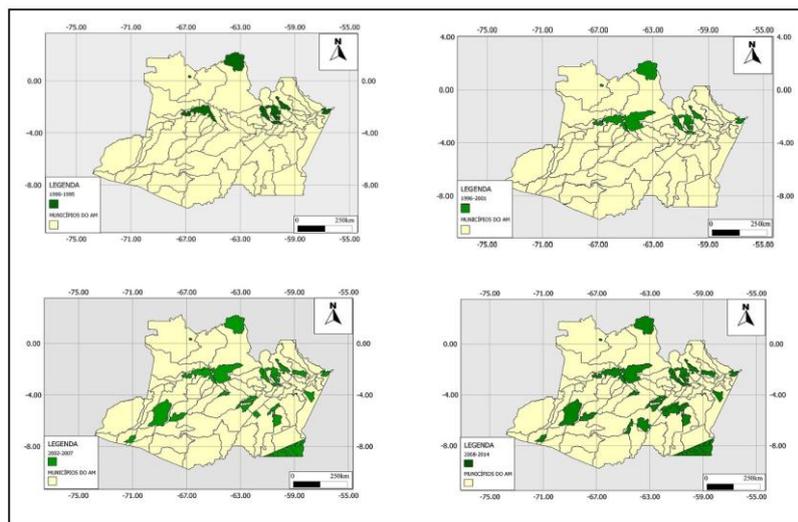


Figura 5: Aumento no número de Unidades de Conservação no Amazonas.

Fonte: SDS, 2015. Org.: REZENDE, 2015.

Dentre as UC existentes no Amazonas, a RDS Igapó Açu destaca-se por ser atravessada pela BR-319, essa distinção gera um ordenamento territorial específico e, por conseguinte, uma governança ambiental diferenciada, pelos distintos atores sociais envolvidos na rede sociopolítica.

Portanto, este capítulo apresenta a rede de relações e interações entre os atores sociais envolvidos na governança ambiental da RDS Igapó Açu.

O procedimento metodológico utilizado centrou-se no levantamento de dados primários e secundários, em aplicação de formulários e em oficinas participantes. Esses instrumentos deram o suporte necessário para a geração de dados que foram sistematizados e representados em forma de organogramas e trabalhados via Programa Websphere Analysis. O critério estatístico definido para o detalhamento do desenho amostral foi a abordagem estatística não probabilística. No total foram aplicados formulários com 100% das famílias da RDS Igapó Açu, abarcando tanto a Comunidade São Sebastião do Igapó Açu, quanto a Comunidade Nova Esperança.

O suporte teórico utilizado para o desenvolvimento deste capítulo alicerçou-se a partir da teoria de autores de diversas áreas do conhecimento, por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar na busca pela transdisciplinaridade. A transdisciplinaridade permite a reflexão da multidimensionalidade do real, por meio da coordenação dos conhecimentos advindos das diferentes disciplinas, mas com o objetivo da transcendência (SILVA, 2000).

Partindo dessa contextualização metodológica e dos resultados encontrados, pode-se inferir que a construção da governança ambiental da RDS Igapó Açu inicia-se nos sistemas simbólicos, permeado por redes policêntricas e por campos de forças, que originam os sistemas sociopolíticos. A interação entre esses sistemas conforma a rede da governança ambiental, constituída pelos atores envolvidos e atuantes na UC. Desta forma, o ordenamento territorial da RDS Igapó Açu emerge da interação entre esses elementos, sendo reflexo da governança e de seus desdobramentos temporais.

Assim, os territórios da RDS Igapó Açu transformam e são transformados pelas articulações políticas que se enraízam na rede de relações e interações sistêmicas. O reflexo dessa articulação política entre os atores sociais resulta no ordenamento territorial, que é conjugado pelas

diferentes facetas simbólicas que regem o processo perceptivo de organização das ideias e de conformação paradigmática.

1. A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Compreender o sistema ambiental requer conhecimentos transdisciplinares que retratem de forma complexa os fenômenos e epifenômenos que ocorrem nas mais variadas espacialidades. O sistema ambiental é constituído por elementos físicos, biológicos e antrópicos, que interagem entre si e se retroalimentam incessantemente. A ruptura nessa tríade origina problemas ambientais.

Problemas ambientais são os efeitos maléficos da modificação direta e/ou indireta dos elementos constituintes do sistema ambiental. O agravamento desses problemas deve-se à acentuação dessas modificações sistêmicas, que ocorrem em cadeia, e promovem concomitantemente impactos em rede.

Por transcender as fronteiras dos Estados Nacionais, os problemas ambientais trouxeram fortemente à tona a discussão da governança ambiental, visto a divergência de interesses dos atores sociais envolvidos e a transcendência escalar. A governança ambiental é um conceito polissêmico, essa polissemia deriva da multiplicidade de olhares a respeito do sistema ambiental e das articulações políticas que o antecedem.

Atualmente, a significativa maioria dos trabalhos relacionados à governança ambiental está sendo publicado em outros países. No Brasil, as pesquisas nessa temática têm emergido com veemência nos últimos anos, devido à excrescência de olhares sobre a biodiversidade amazônica. As pesquisas de destaque internacional sobre governança centra-se nos trabalhos de Biermann (2004), Najam, Papa, Taiyab (2013), Esty e Ivanova (2003). Esses autores estudam a governança ambiental global na perspectiva política e econômica, entretanto, deixam lacunas no entendimento sistêmico e transdisciplinar da rede de articulação política.

No Brasil, as pesquisas com significativo impacto estão centradas nos trabalhos de Veiga (2009), Ribeiro (2005), e Haesbaert (1994 e 2005). Esses autores trabalham a governança a partir da compreensão da interação entre as escalas global-local, entretanto, a ênfase na temática aplicada à UC ainda não é acentuadamente explorada, exceto pelas organizações governamentais e não governamentais.

A governança, aqui tratada, transcende escalas, devido à interação sistêmica entre os seus componentes. O ordenamento territorial, expressão material da governança, é resultante das metamorfoses do espaço habitado³, a organização da vida no território é completamente dependente da imbricação entre o externo e o interno, de modo que as variáveis externas se internalizam e as variáveis internas se externalizam, dialeticamente.

O território, ou seja, a totalidade da unidade da vida social, não pode ser compreendido destoadado do conjunto de relações que o caracterizam e lhe dão vida. O global é apreendido diferentemente em cada lugar e em cada território, pelos diversos significados que lhe é atribuído (SANTOS, 2005). A dimensão escalar é necessária para entender o dinamismo do território e o exercício do poder via governança, entretanto, essa dimensão deve ser compreendida como a materialização do dinamismo na congruência espaço-temporal.

O ordenamento territorial, materialização da governança e da articulação entre as organizações sociais, constitui e é constituído por uma rede de articulação política, que extrapola as fronteiras escalares e explicita as interações incessantes do social no contemporâneo. Mas, se a governança é uma rede de articulação política, torna-se imprescindível compreender a natureza e as imbricações dessa rede no âmbito das diferentes expressões da sociedade. Segundo Castells (2002) as redes são morfologias sociais e políticas da sociedade contemporânea, e representam-se por um conjunto de

³ Segundo Santos (1994) as metamorfoses do espaço são a expressão das transformações ocorridas entre o externo e o interno, e entre o novo e o velho, de modo que em um mesmo território ou em um mesmo lugar existem variáveis de idades diferentes, decorrentes da interação dialética entre os elementos supracitados.

nós interconectados, expressos por meio do poder dos fluxos e dos fluxos de poder. A concretude da rede não é estática, e pode ser modificada na medida em que se reconstruem os nós de interconexão. Exemplifica-se essa constante ressignificação dos nós, da referida rede, a partir do Conselho Gestor, que congrega diferentes atores sociais.

Existem outros autores que trabalham a noção de redes, como Dias (1995) e Latour (2005), entretanto, optou-se pelo aprofundamento dessa categoria em Castells (2002). Nesse sentido a rede é entendida como uma representação da conectividade e da dinâmica da complexidade entre os atores sociais que se articulam no emaranhado de nós correlacionados. Dessa forma, as redes apresentam-se como híbridos móveis, como cadeias associativas das relações onde há correlação de forças políticas. Desta forma, o corpo social reflete e é refletido por essas redes, de modo que constroem e reconstruem os seus nós constituintes.

Nesse sentido, a temporalidade, também, influencia na organização da governança, visto que os diferentes atores sociais que compõe a rede política conformam e expressam diferentes fraturas de tempo⁴. Os tempos fraturados se apresentam por meio da rede imersos na congruência espaço-temporal, de modo que a governança representa o hibridismo temporal de formação dos atores sociais envolvidos.

Assim sendo, para o desenvolvimento da categoria governança, será realizada uma digressão a partir do pensamento de Ribeiro (2005) e de Biermann (2004), autores que são ícones internacionais nesta temática, e, apesar das lacunas epistemológicas de alguns de seus textos, apresentam discussões iniciais importantes da governança e de seus desdobramentos. A categoria território estará centrada em Santos (2005) que o compreende como sendo a manifestação do poder no espaço, sendo respectivamente a metamorfose espacial produzida pelo homem.

⁴ O conceito de tempos fraturados foi elaborado por Eric Hobsbawn (2013), o autor utiliza essa nomenclatura para expressar uma crítica à noção de tempo da ciência e para inserir novos elementos analíticos, com destaque para a análise do simbolismo e da cultura no entendimento da sucessão dos acontecimentos.

A categoria redes terá como base Castells (2002) que a entende como a expressão material da congruência dos nós produzidos pela interação de diferentes atores sociais. Assim sendo, essas três categorias foram o alicerce para a construção da episteme desta dissertação e subsidiaram os elementos analíticos necessários para a reconstrução do pensar científico na temática proposta.

Para compreender a organização e constituição dessa governança é necessário explicitar os sistemas simbólicos e a conformação paradigmática que origina os sistemas sociopolíticos. Para Bourdieu (2005) o sistema simbólico é o modo como se organiza o poder invisível que reproduz a ordem social. Para Elias (1994), esse sistema orienta o comportamento dos seres humanos por meio do *habitus* em relação ao conhecimento apreendido, esses dois elementos permitem a constituição dos símbolos, que não se traduzem apenas na abstração.

Desta forma, os símbolos se organizam sistemicamente, formando os sistemas simbólicos, que fornecem o fundamento subjetivo e material necessário para a formação dos sistemas sociopolíticos. Os sistemas políticos, por sua vez, são o reflexo material dos sistemas simbólicos, expresso na transversalidade espaço-temporal entre o significado⁵ e o significante⁶. A interação entre esses dois sistemas gera o ordenamento territorial, que é a expressão espacial do processo de relação e interação social.

A governança ambiental emerge nesse cenário sistêmico, sendo a rede de articulação política que advém das diferentes formas de organização social, que se constituem paralelamente ao processo de configuração e reconfiguração territorial. Portanto, compreender a governança ambiental

⁵ O conceito de significado utilizado nessa dissertação baseia-se no conceito de Roland Barthes (1991), que afirma que o significado é a representação psíquica, e também social, de uma “coisa”, não sendo a “coisa” em sua essência, mas a construção de uma realidade.

⁶ Os significantes são o conjunto de elementos que fundamentam a construção da significação à percepção (GREIMAS, 1973). Os signos representam, assim, a materialização da interação entre o significado e o significante, dialeticamente.

destituída do conjunto de sistemas que a constitui pode propiciar uma análise distante do real, por isso a governança será abordada nessa dissertação por meio da via da dialética da complexidade sistêmica.

Um dos elementos que tem gerado um panorama diferenciado para a discussão da governança ambiental no estado do Amazonas é a política de criação de unidades de conservação, pois inseriu novos atores sociais na miríade de organização da rede de articulação política existente nesses territórios delimitados como UC. A RDS Igapó Açu é uma das UC do estado do Amazonas que apresenta peculiaridades no que concerne ao ordenamento territorial, como foi visto anteriormente. Torna-se, assim, imprescindível analisar como é constituída a governança ambiental nesta RDS no âmbito dessas singularidades territoriais.

Porém, para entender a construção da governança ambiental nessa área é necessário compreender o ordenamento territorial e a conformação paisagística existente, pois esses elementos prescindem a análise da rede de articulação política que constitui a governança ambiental.

1.1. A rede de articulação política e a governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu localiza-se no estado do Amazonas, mais precisamente nos municípios de Beruri, Borba e Manicoré (Figura 6), entre os rios Purus e Matupiri. Possui uma área de cerca de 397.557,323ha, as quais os limites territoriais fazem fronteira com a Terra Indígena (TI) Cunhã-Sapucaia, com o Projeto de Assentamento Agroextrativista Tupana Igapó Açu I e II, com o Parque Estadual (PAREST) do Matupiri, com a RDS Rio Amapá, e com o Parque Nacional de Nascentes do Lago Jari. A intersecção de áreas fronteiriças com UC e TI confere um caráter singular à RDS Igapó Açu.

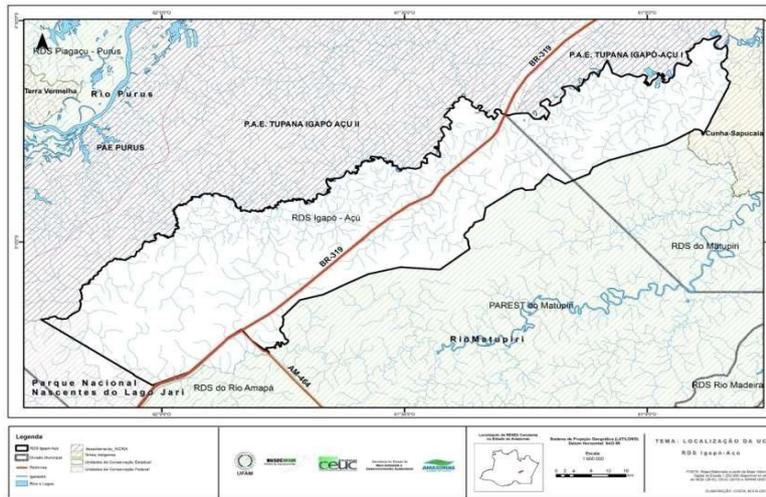


Figura 6: Localização da RDS Igapó Açú.
 Fonte: NUSEC, 2015. Org.: REZENDE e COSTA, 2015.

A geologia da área de estudo destaca-se, primordialmente, pela presença de depósitos de lateritas, com características tabulares (Figura 7), que se espacializam em compartimentos sedimentares marcados por discordâncias geomorfológicas na superfície terrestre. Os depósitos lateríticos são encontrados em diversos lugares na faixa tropical do planeta, pela sua singular relação com o clima tropical. Segundo Neto (2000) a fácil identificação da laterita indica posterior ação de morfogênese e pedogênese, ao contrário de quando há evidência de profundidade dos solos lateríticos, que gera significativa uniformidade vertical dos atributos pedológicos.



Figura 7: Interação dos elementos físicos materializados na paisagem.
 Fonte: REZENDE, 2015.

O relevo acidentado tem contribuído para o desenvolvimento de atividades florestais e para cultivos diferenciados, como foi observado nas propriedades identificadas no trabalho de campo em 2015. A variação de temperatura tem intensificado o intemperismo, diminuindo os nutrientes dos solos e da vegetação, entretanto, a concentração significativa de matéria orgânica tem atuado na ciclagem dos nutrientes e no processo de nutrição das espécies vegetais. Desta forma, as características físicas da área em estudo tem se destacado pela presença de relevos acidentados, que influenciam fortemente nos desdobramentos dos cultivos e das atividades florestais.

A RDS Igapó Açu apresenta uma fisionomia florestal específica, com florestas densas em baixas altitudes, cujos elementos paisagísticos remetem à classificação de Floresta Ombrófila Densa. Segundo (Filho e Ratter, 1995) essa classificação é comum em florestas que se espacializam em terraços antigos e recentes de platôs terciários, com estratos vegetativos diferenciados.

A geomorfologia da área de estudo, que favorece o desenvolvimento desse tipo de floresta, exhibe aspectos de interflúvios tabulares, que são traços geomorfológicos que marcam espacialmente uma determinada região, de modo que a paisagem não se uniformiza quanto à vegetação e à geomorfologia. Regionalmente esses atributos são conhecidos como “tabuleiros”.

A natureza topográfica de interflúvios tabulares gera, concomitantemente, áreas alagadas com fácies de areias brancas (Figura 02). Ab´Saber (1970), em sua classificação da superfície em domínios morfoclimáticos, afirmou que os interflúvios da Amazônia teriam se desenvolvido em formações geológicas sedimentares, que espacializaram tabularmente o relevo nessas áreas.

Compreender a constituição física da RDS Igapó Açu é imprescindível, visto que as atividades humanas se territorializam em áreas com características específicas quanto ao uso e ocupação do solo. A organização

social e o ordenamento territorial seguem alguns traços geográficos precisos, de modo que a ausência dos elementos físicos básicos para a reprodução social indica o posterior reordenamento do território. Entretanto, a RDS Igapó Açu possui características físicas que contribuem para o desenvolvimento das atividades florestais e dos variados cultivos em territórios delimitados, não sendo necessário a reterritorialização das atividades produtivas em curtos períodos de tempo.

Essa UC tem como principais atividades econômicas a agricultura, a pesca, o extrativismo e o turismo. As roças são distantes das moradias, devido à ausência de quintais na maioria das casas, uma peculiaridade produzida pelo rio que interfere substancialmente no ordenamento do território. O rio se apresenta como o principal veículo no que se refere à mobilidade das atividades produtivas e possui significado simbólico, construído e perpassado geracionalmente.

Desta forma, o rio Igapó Açu passa a ser um símbolo, na medida em que há a atuação relacional entre os significantes e os significados. Os significantes são os membros da família que transmitem geracionalmente os significados que lhe são adequados. O significado desse símbolo está além do sentido objetivo de realização da pesca, de mobilidade da agricultura e de desenvolvimento do lazer, tendo também sentido subjetivo, na medida em que representa simbolicamente um lugar, em essência topofílico⁷.

Entretanto, esse símbolo atua representando contraditoriamente na área de estudo uma segregação social⁸, na medida em que o rio delinea os conflitos existentes entre duas comunidades localizadas nas suas margens, composta do lado esquerdo pela Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e

⁷ O conceito de topofilia foi cunhado pelo geógrafo Yu-Fu Tuan, em 1974. Para o autor a topofilia é o elo afetivo estabelecido entre os indivíduos e o ambiente. É o espaço vivido que traduz as experiências concretas por meio da realidade construída simbolicamente.

⁸ A segregação social é a diferenciação criada por uma tensão entre grupos societários. É resultado da materialização das diferentes práticas sociais que produzem tendências de diferenciação e de agrupamento (FREEMAN, 1978). Esse processo se acentua pelo sectarismo em relação às diferentes temporalidades e espacialidades que constituem territórios efêmeros.

do lado direito pela Comunidade Nova Geração. Este conflito é geracional e ocasiona reflexos significativos na gestão territorial e ambiental, com consequências na rede política que constitui a governança e o governo na UC. Porém essa relação conflitiva será detalhada no Capítulo 03.

Compreendido os aspectos físicos que compõe a paisagem da área de estudo, tornou-se necessário evidenciar os atores sociais que atuam na RDS Igapó Açu, para compor a governança ambiental da UC e entender os seus desdobramentos territoriais. Antes de elucidarmos o engendramento entre esses atores sociais foi necessário entender como se constitui a RDS Igapó Açu enquanto unidade territorial.

Uma unidade territorial não significa a divisão unitária de um espaço, mas a delimitação territorial seguida de critérios específicos. Assim sendo, a RDS Igapó Açu é uma unidade territorial que contempla diferentes geossistemas que se entrecruzam formando um território peculiar, composto de diferentes territorialidades. A delimitação desta UC foi construída para atuar como elemento mitigador dos possíveis impactos negativos que poderiam surgir com a repavimentação da BR-319. Ferreira et al (2005) afirmam que a abertura de estradas engendram uma série de desdobramentos territoriais, e aumentam o desflorestamento por meio da ocupação ilegal ao longo das rodovias, incentivando a exploração madeireira, em sua maioria, ilegalmente.

Apesar de o Estado reconhecer a influência da abertura de estradas no aumento do desflorestamento, há apenas uma UC estadual que apresenta em sua área uma rodovia federal, que é a RDS Igapó Açu. Saito et al (2011) corroboram em suas pesquisas na Amazônia que o arranjo do desmatamento próximo a estradas segue o padrão espinha de peixe, um traço específico de ocupação humana intermediária.

Dessa forma, a criação de UC no Amazonas em áreas com concentração de rodovias é uma estratégia inicial do Estado de conservação da biodiversidade, firmada após a divulgação de pesquisas científicas que abordam o crescimento do padrão espinha de peixe na Amazônia. Entretanto,

inúmeros são os interesses envolvidos nessas áreas, pelo potencial desenvolvimentista de áreas pós-abertura e revitalização de estradas, reconfigurando a importância da compreensão da governança ambiental na RDS Igapó Açu.

A área correspondente a essa RDS contempla atores sociais de múltiplas naturezas: representantes da sociedade civil, de organizações governamentais e sociopolíticas, e representantes do ramo empresarial. Esses quatro grandes grupos compõem o Conselho Gestor da RDS Igapó Açu que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), é um espaço público jurídico-institucional que objetiva o planejamento participativo na elaboração e execução das políticas públicas. Dessa forma, é o principal espaço político de manifestação da governança.

Os representantes da RDS Igapó Açu possuem quatro membros no Conselho Gestor, cada membro representando um setor da RDS. Os representantes do setor 01 e 02 representam a margem direita do rio Igapó Açu, e os representantes do setor 03 e 04 representam a margem esquerda (Figura 8).

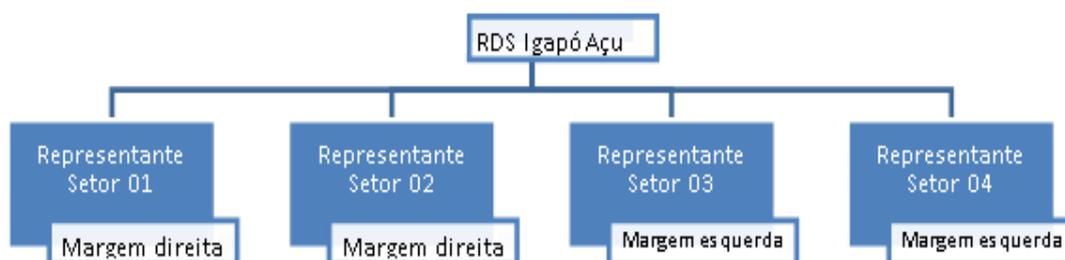


Figura 8: Representantes da RDS Igapó Açu do Conselho Gestor.
Fonte: REZENDE, 2015.

Os representantes da RDS Igapó Açu contemplam a população residente na UC e na área de entorno. Outro grupo constituinte do Conselho Gestor são as organizações sociopolíticas, que representam a conjunção de interesses de um grupo social organizado, Diegues (2008) dissertando sobre o aumento da rede de poder das organizações sociopolíticas nas políticas ambientais estaduais e nacionais, colocou essas organizações como ponto central no entendimento da governança ambiental global.

Na RDS Igapó Açú não é diferente, a atuação dessas organizações tem se manifestado paulatinamente (Figura 9), com uma organização interna peculiar, reconfigurando a centralidade das redes políticas existentes. Cada organização sociopolítica defende seus interesses e insere novos elementos na miríade de gestão territorial, tendo influencia marcante no gerenciamento da UC.



Figura 9: Espacialização das organizações sociopolíticas na RDS Igapó Açú.
Fonte: REZENDE, 2015.

Identificou-se a atuação de 03 organizações sociopolíticas na área de estudo: o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Careiro Castanho (STTR), a Colônia de Pescadores Z-49, e a Associação Amigos da Floresta (ASSAAM). Segundo Pinto (2002) o sindicato é uma organização, composta por pessoas físicas e jurídicas, criada com o intuito de firmar interesses comuns à coletividade. Alves (2000) indica que os sindicatos estão em constante aumento por ser uma estratégia de reivindicação política que se opõe ao desenvolvimento desigual fundamentado no capital. Antes de detalhar a influência de cada organização sociopolítica na área de estudo, é necessário uma contextualização dessas categorias no Amazonas e no Brasil.

Divulga-se midiaticamente, nos últimos anos, que o sindicalismo no Brasil estava em crise, por ter sido cooptado por partidos políticos. Entretanto, os indicadores da organização sindical tem mostrado um caminho inverso. Apesar da acentuação da crise no país, os sindicatos têm aparecido em voga pelas transformações significativas que conseguiu ao longo dos anos, alinhados ao aparecimento e representatividade dos variados grupos sociais até então invisibilizados (CARDOSO, 2014).

No Amazonas, a criação de sindicatos é incipiente, se comparado aos outros estados brasileiros, entretanto, a legislação tem facilitado a criação e o desenvolvimento dos sindicatos, voltados às diversas temáticas (GOMES, 2011). Paralelo a esse crescimento está a criação de associações, que são organizações formadas por duas ou mais pessoas, com gestão própria e sem fins lucrativos. A diferença entre um sindicato e uma associação está na natureza constitutiva, de modo que o sindicato representa politicamente uma determinada categoria, e a associação não se vincula necessariamente a uma categoria, mas aos objetivos comuns de uma coletividade.

O STTR do Careiro Castanho é um sindicato que atua na RDS Igapó Açú na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essa organização luta por melhorias relacionadas à infraestrutura para produção e escoamento dos produtos, além de incentivar as práticas agroecológicas na fruticultura, horticultura, dentre outros. Sendo membro do Conselho Gestor da UC, o STTR tem poder de decisão nas discussões relacionadas ao planejamento e execução das atividades.

A Colônia dos Pescadores Z-49 (Figura 10) é outra organização sociopolítica que compõe o conselho da RDS Igapó Açú. É uma organização autônoma, prevista na Lei N° 11.699, de 13 de junho de 2008, que objetiva assegurar os direitos da categoria e fortalecer os interesses coletivos fora ou dentro de sua jurisdição. As Colônias de Pescadores possuem soberania quanto ao desenvolvimento de suas assembleias e executa, junto aos órgãos públicos, ações contra a degradação ambiental e a pesca predatória, sendo um importante instrumento que atua em paralelo com a gestão ambiental da UC.



Figura 10: Colônia dos Pescadores Z-49.
Fonte: REZENDE, 2015.

As Colônias em UC tem se destacado pela desburocratização das normativas que regem o seguro defeso, além disso, têm fornecido acesso aos inúmeros benefícios advindos dos direitos dos pescadores e da pesca no Amazonas (LOPES et al, 2013). Dessa forma, pode-se compreender a relevância do exercício político da Colônia de Pescadores na RDS Igapó Açu, pelo caráter dos benefícios sociais e econômicos que fornecem intrinsecamente aos pescadores, contribuindo para o desenvolvimento local dos moradores da UC.

Além do STTR e da Colônia de Pescadores Z-49, a Associação Amigos da Floresta (ASSAAM) compõe a tríade das organizações sociopolíticas que atuam na RDS Igapó Açu. A ASSAAM é uma organização sem fins lucrativos, criada na UC para apoiar as atividades da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e adjacências. Atualmente, esta associação apoia o desenvolvimento do turismo na RDS, e tem função importante no planejamento das principais festas temáticas, com destaque para a Festa do Tucunaré e para o *Summer Fest* Igapó Açu.

Cada organização sociopolítica exerce suas funções dentro da unidade de forma diferenciada, pela natureza específica pela qual foram criadas.

Entretanto, todas são importantes no desenvolvimento local dos moradores da RDS, não há graus de importância, mas exercícios de poder distintos, imprescindíveis no ordenamento territorial e nas formas de organização social.

O terceiro grupo político, partícipe do Conselho Gestor, que compõe a rede de articulação política da RDS Igapó Açú são as empresas. Segundo Richers (1987) as empresas são unidades econômico-sociais, classificadas de acordo com as atividades que desenvolvem ou de acordo com a sua natureza jurídica. É a materialização dos processos econômicos executados pelos seres humanos por meio de técnicas.

A inserção das empresas no Conselho Gestor da UC visa evitar possíveis conflitos que poderiam surgir com a efetivação das atividades empresariais e seus efeitos na conservação ambiental. Na área de estudo, 06 empresas possuem representantes no conselho e tem influência nas discussões referentes à gestão territorial (Figura 11).

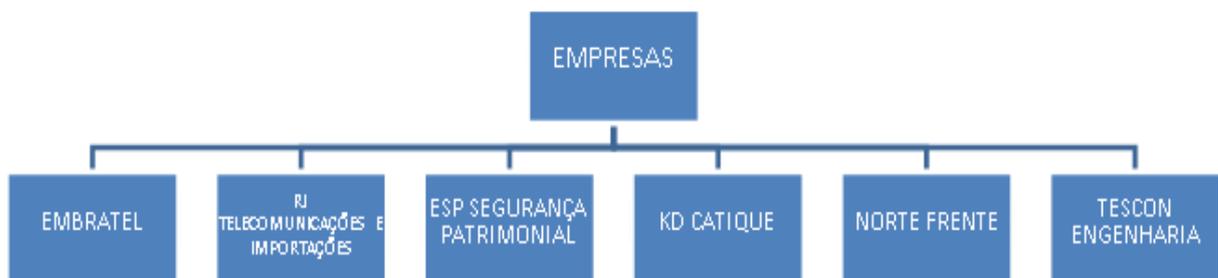


Figura 11: Organograma das empresas membros do Conselho Gestor da RDS Igapó Açú.
Fonte: REZENDE, 2015.

A EMBRATEL é uma empresa de telecomunicações internacional, fundada em 1965, que fornece a infraestrutura necessária para o exercício da comunicação (telefone e internet) via fibra óptica. Na RDS essa empresa é responsável por fornecer a quantidade de fibras necessárias para a implantação dos serviços de internet na base do Centro Estadual de Unidades de Conservação. O processo de instalação do suporte necessário para o desenvolvimento da comunicação na área de estudo está ocorrendo paulatinamente. Há também, à serviço da EMBRATEL, um telefone público que auxilia no gerenciamento das informações externas e internas da UC.

A R. J. Telecomunicações e Importações é uma empresa de engenharia formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento que atua no ramo de instalações da rede de telecomunicações, na manutenção telefônica, óptica, na infraestrutura civil, de cabeamento e de telefonia celular, e também auxilia na execução de obras civis. A R. J. junto à EMBRATEL exerce uma função importante na rede de comunicações e de infraestrutura da RDS Igapó Açu.

A ESP Segurança Patrimonial trabalha com a infraestrutura de segurança e de instalação de equipamentos eletrônicos variados. Executa escolta de veículo com carga especial, e age em situações de acidentes, incêndios, dentre outras circunstâncias. Portanto, presta serviços de infraestrutura e logística na UC, de acordo com a necessidade da unidade. A KD Catique atua paralelamente, em funções consultivas no planejamento das atividades da RDS.

As empresas Norte Frente e TESCON Engenharia trabalham na repavimentação da BR-319, tendo papel fundamental na reconfiguração territorial que a RDS Igapó Açu vem experienciando. A presença dos representantes dessas duas empresas no Conselho Gestor é de suma relevância, pelos impactos negativos e positivos que poderão surgir com o asfaltamento da BR-319.

As 06 empresas descritas anteriormente compõe o terceiro grupo de atores sociais envolvidos e partícipes do Conselho Gestor. Essas unidades econômicas devem planejar suas atividades de acordo com as normas estipuladas no Plano de Gestão, e devem contribuir para o aprimoramento das possíveis lacunas existentes no Plano de Manejo. Entretanto, a participação dessas empresas é de caráter consultivo, assim, por meio da participação social, os conselhos têm minimizado consideravelmente os conflitos existentes de ordem empresarial e comunitária.

O quarto grupo constitutivo do Conselho Gestor refere-se às organizações governamentais, composto por representantes de 07 órgãos estatais (Figura 12), sendo eles o Departamento de Mudanças Climáticas e

Unidades de Conservação (DMUC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), as Prefeituras dos municípios Careiro Castanho e Borba, e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM).

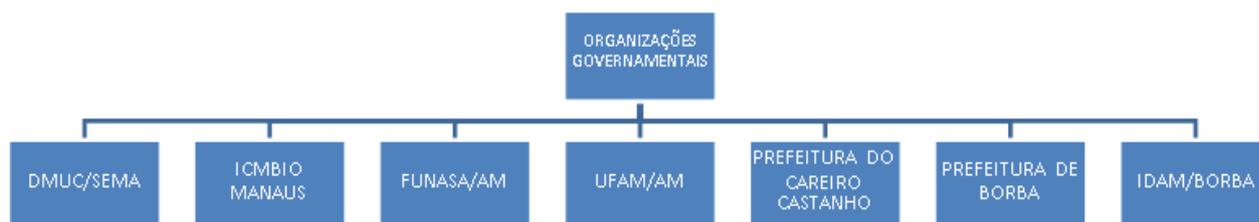


Figura 12: Organizações governamentais membros do Conselho Gestor da RDS Igapó Açú.
Fonte: REZENDE, 2015.

O DMUC é um órgão constituinte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) que centraliza as questões políticas e econômicas que regem o funcionamento da RDS Igapó Açú. Anteriormente, o órgão que regia esses aspectos era o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), que tinha soberania para deliberar as peculiaridades necessárias para cada UC estadual. Verificou-se que, a troca de governadores e o descompromisso com a questão ambiental, promovido pela arena de instabilidade política no Estado, geraram consequências graves para o Amazonas.

O principal impacto identificado no que cerne à conservação ambiental foi a extinção do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), uma deliberação que está tendo impactos irreversíveis na gestão das áreas protegidas no Amazonas. Em aproximadamente duas semanas do ano de 2015, uma secretaria estadual se transformou em um departamento de uma secretaria municipal, uma decisão política que tem enfrentado entraves, na medida em que prejudicou e está prejudicando as ações na gestão territorial das UC.

A política de criação e gestão de áreas protegidas precisa de tempo para ser consolidada e socialmente aceita. A extinção do CEUC representa o sectarismo em relação às políticas ambientais estaduais e o descompromisso com os povos tradicionais, ao passo que destrói, literalmente, o planejamento

e o anseio de anos de construção e revisão de uma política em andamento. Essa nova configuração política modificou consideravelmente a governança ambiental na RDS Igapó Açu e nas UC estaduais do Amazonas.

Para compreender os aspectos organizacionais dos órgãos estatais na rede de articulação política da RDS Igapó Açu foi necessário elucidar as lacunas advindas da instabilidade política, do sectarismo, e do personalismo. Apenas após a desmistificação dos sofismas que a governança ambiental poderá ser construída e analisada. Não é objetivo desta dissertação avaliar qualquer gestão pública no âmbito do governo do Amazonas, porém há circunstâncias políticas que interferiram significativamente na rede política constituinte da governança ambiental. Sem o preenchimento dessas lacunas é impossível compreender a fluidez das centralidades das redes.

O DEMUC, órgão vigente responsável pela gestão das áreas protegidas, representa atualmente a centralização da rede de articulação política, pois congrega as outras organizações governamentais no processo de planejamento e execução das atividades da RDS Igapó Açu. O ICMBio exerce, paralelamente, outras funções, diferenciadas da do DEMUC, porém engendradas.

Diferentemente do DEMUC, o ICMBio é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Foi criado em 2007, por meio da Lei N° 11.516, e tem como objetivo executar programas e pesquisas relacionados à preservação e conservação da biodiversidade. O ICMBio também representa uma centralização na rede política da RDS Igapó Açu, pois possui autarquia para promover, junto com as demais organizações governamentais, programas voltados ao turismo e ao ecoturismo nas áreas protegidas.

A FUNASA, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, atua na promoção de ações voltadas ao saneamento básico e no controle e prevenção de doenças. Suas ações pautam-se na formulação e implantação de estratégias de combate epidemiológico. Na RDS Igapó Açu, a FUNASA executou, junto aos outros órgãos de saúde estadual e municipal, trabalhos de erradicação da malária. Atualmente esse vetor foi extinto da área de estudo, devido à

intensificação dos trabalhos dos agentes de saúde. Desta forma, além da influencia direta na resolução de problemas sociais, a FUNASA tem participado das ações voltadas à gestão da UC, de forma consultiva.

A UFAM, dentre os outros atores sociais que compõe as organizações governamentais, é a instituição que possui o leque mais abrangente de atuação, devido ao ecletismo de pesquisas realizadas nessa instituição. As atividades desenvolvidas pela universidade na RDS vão desde estudos científicos até trabalhos de auxílio à gestão.

Um dos trabalhos científicos que possui significativa representatividade na UC, realizado pela UFAM, é o Projeto Pé-De-Pincha, criado há 15 anos para o exercício do manejo sustentável dos quelônios junto aos moradores. O projeto prevê ações de educação ambiental, por meio da participação social, na execução das práticas de gestão dos bens comuns ambientais relacionados aos quelônios. Segundo informantes, o Projeto Pé-de-Pincha:

Esse projeto foi muito bom pra nós, antes os quelônio tava diminuindo, o pessoal não ligava e pegava mesmo. Agora todo mundo cuida, vão lá pra praia esperar os ovos e colocam nesse lugar (local de armazenamento dos ovos). Agora tem muito e não falta pra gente (Entrevistado 01, N. C. S., 58 anos).

No que se refere aos aspectos auxiliares necessários para o exercício da gestão, a Prefeitura do Careiro Castanho e de Borba amparam a UC no que diz respeito à saúde, educação e segurança das comunidades. Entretanto, o auxílio só se torna possível com a intervenção dos moradores, que solicitam à prefeitura as demandas que os moradores requerem. A atuação das prefeituras é imprescindível para o desenvolvimento local, visto a imprescindibilidade dos elementos supracitados e seu apoio à gestão da UC.

O IDAM, do município de Borba, possui atuação diferenciada na UC das organizações governamentais citadas anteriormente. É um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) e filiado à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. De maneira geral, o apoio do IDAM na RDS Igapó Açu é insuficiente, se considerarmos a demanda dos moradores pelos serviços de

responsabilidade deste órgão, como o apoio ao associativismo, cooperativismo e à comercialização de produtos advindos da agricultura familiar. Porém, a presença no Conselho Gestor potencializa o desenvolvimento das atividades embargadas por ausência de suporte.

Os atores sociais descritos nos quatro grupos que compõe a rede política da RDS Igapó Açu, no que concerne à constituição do Conselho Gestor, têm funções e objetivos específicos, de acordo com sua natureza jurídica. A rede política se materializa por meio da interação entre todos esses atores sociais envolvidos. A Figura 13 apresenta a tessitura da rede de articulação política da governança da RDS Igapó Açu.

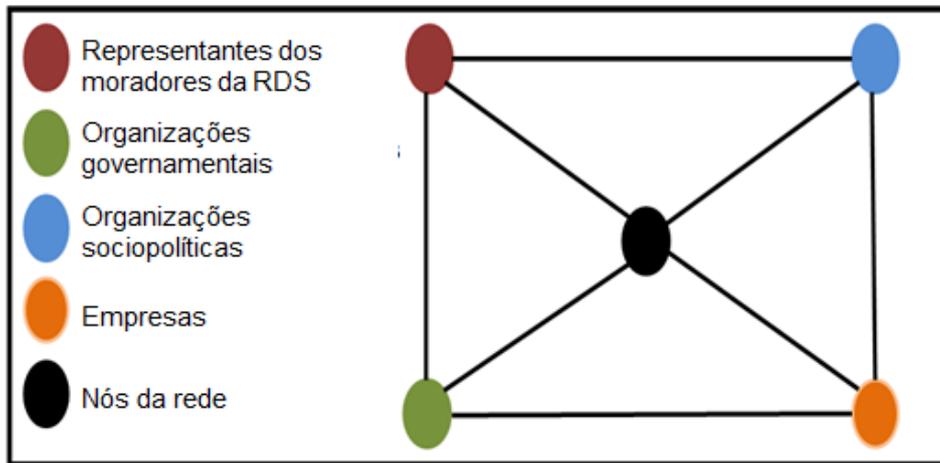


Figura 13: Tessitura da rede de articulação política da governança ambiental.
Fonte: REZENDE, 2015.

Pode-se afirmar que os quatro grupos, interagindo politicamente, configuram a rede de articulação política da governança ambiental da RDS Igapó Açu, entretanto, a governança está para além dessas redes, apresentando e corroborando outros elementos, como a governabilidade e o governo. A governança ambiental é constituída a partir do entendimento dessa tríade (rede política, governabilidade e governo) constituída pela interação entre os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos. O tópico seguinte aprofunda a inerência dessas questões e os seus desdobramentos na governança ambiental.

1.2. A centralidade da rede política e os sistemas policêntricos

A governança ambiental é constituída por sistemas simbólicos e sistemas sociopolíticos que se configuram por meio da rede de articulação política existente. Para entender e analisar esse constructo que compõe a governança é necessário elucidar a tríade que a constitui para o aprofundamento das lacunas teóricas atuais. Essa não é uma tarefa fácil, pois desmistifica os axiomas e os paradigmas dominantes, que regeram desde sempre o pensar relacionado à governança na ciência moderna.

A significativa maioria dos trabalhos científicos que analisam a constituição da governança ambiental, a concebem como sendo uma rede de articulação política entre os atores sociais que interagem em uma determinada área. Entretanto, esta é uma assertiva obscura, que exclui da construção teórica outros elementos imprescindíveis que resultam na organização de uma sociedade e, conseqüentemente, de um território. A dialética da complexidade sistêmica⁹ tem reconstruído a temática da governança ambiental, a partir da transcendência dos elementos constituintes da rede de articulação política.

A partir desse viés teórico, a governança é construída e constrói-se por elementos da governabilidade e do governo (Figura 14). Porém, sua organização é precedida por sistemas simbólicos e sociopolíticos, que fundamentam e são fundamentados pelo governo, dialeticamente. O governo, a priori, não se reduz à dimensão do Estado¹⁰, sendo a manifestação do poder pela unidade política gerida. Dentro dessa perspectiva, há uma interação política entre os atores sociais resultante de macroprocessos que se materializam via governança ambiental.

⁹ A dialética da complexidade sistêmica foi cunhada por Edgar Morin (1987) como um novo paradigma que emerge no âmbito da modernidade junto à necessidade de uma forma de pensar diferenciada, que objetiva compreender a complexidade do sistema real. Esse paradigma enxerga por meio da lente sistêmica a subjetividade e objetividade humana a partir de sua relação com tudo e com todos, extinguindo a dicotomia na construção de realidades.

¹⁰ Ruby (1998) afirma que o Estado compõe-se por meio da interação da tríade sociedade, território e soberania, e exerce poder por meio da coercitividade.

As ações dos atores sociais da RDS Igapó Açu, que compõe o Conselho Gestor, geram a governabilidade da UC. A governabilidade, aqui descrita, refere-se a todos os elementos que garantem as condições necessárias para o governo, no caso da área de estudo, é composta pelos grupos constituintes do Conselho: os representantes da RDS Igapó Açu, as organizações governamentais, sociopolíticas, e as empresas. O papel desses atores sociais fundamenta a governabilidade da RDS Igapó Açu.

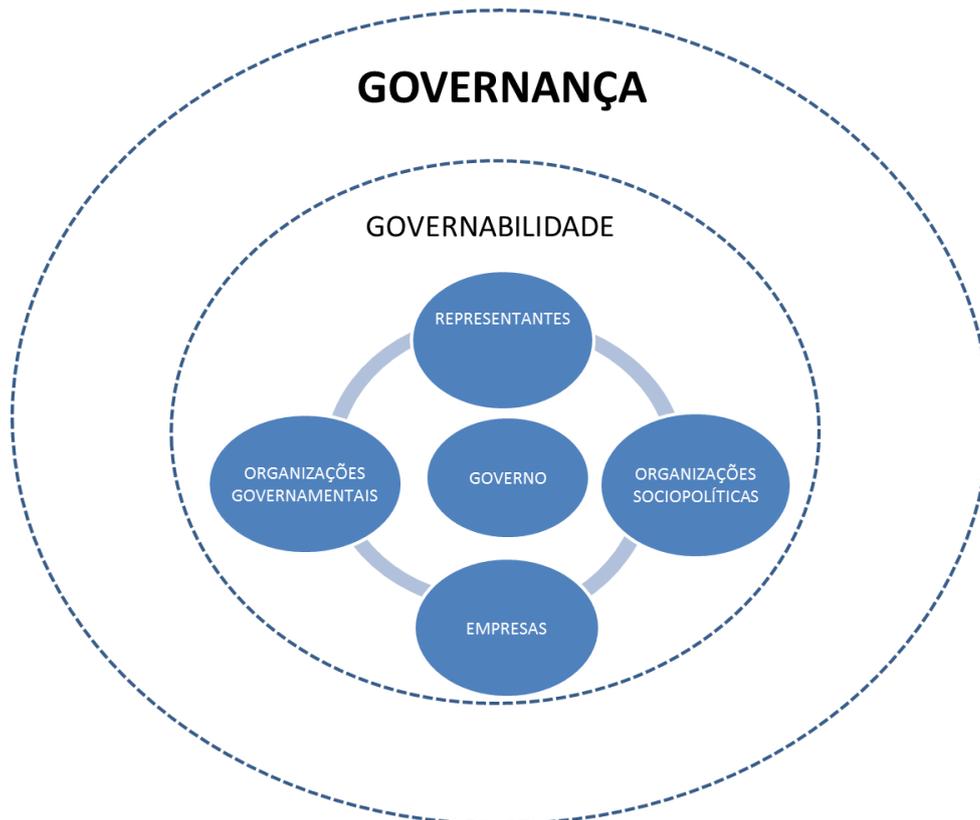


Figura 14: Organização da governança ambiental na RDS Igapó Açu
Fonte: REZENDE, 2015

O governo da RDS Igapó Açu é centralizado nos moradores, apesar da influência marcante do DMUC na execução das atividades cotidianas. Entretanto, isso não significa que o governo não dependa dos outros grupos que compõe a rede política da UC, pelo contrário, os outros atores sociais fundamentam a governabilidade para o exercício desse governo. Por esse motivo, é impossível analisá-lo sem compreender as interações que o constituem enquanto organizador da unidade política.

O ato de governar é um ato político, social, cultural e, sobretudo, paradigmático. Os seres humanos governam e destacam o que é governável e o que não é governável à luz de seus paradigmas. Morin (1990) afirma que os paradigmas são os princípios supralógicos de organização do pensamento, que governam a construção de realidades no processo perceptivo do real. O autor, por meio desse conceito, insere novos elementos no viés da análise política, e de várias outras áreas da ciência.

Os paradigmas, alinhados aos sistemas simbólicos, conferem singularidades na organização de um grupo social e, conseqüentemente nas suas formas de governo. Apesar de a RDS Igapó Açu ser constituída por pessoas advindas dos diversos lugares do Brasil, possui características específicas resultantes da materialização dos sistemas simbólicos após a socialização com o grupo anteriormente territorializado. Nesse contexto, o poder que orienta o ordenamento do território e que governa a UC está centralizado nos moradores antigos, que estabelecem silenciosamente normas de uso territorial para os novos moradores.

Essas normas são baseadas na sustentabilidade cultural, apreendida geracionalmente por meio da materialização dos sistemas simbólicos, constituintes da cultura¹¹, via oralidade. Na RDS Igapó Açu há inúmeras características marcantes de gestão dos bens comuns que se assemelham às práticas tradicionais de uso da terra. Pode-se inferir que essa UC está em um processo de reinvenção do tradicional, ou seja, em uma nova configuração cultural de gestão ambiental dos bens comuns, pautado, sobretudo, na sustentabilidade ambiental.

Segundo Duarte (2014) a sustentabilidade adquiriu um caráter polissêmico na atualidade, na medida em que vem se reconfigurando ao longo do tempo. A emergência desse conceito deve-se à extrema dependência da sociedade com o ambiente, anteriormente negligenciada pela modernidade. Assim, a sustentabilidade foi inserida no campo da discussão

¹¹ Segundo Geertz (2008), a cultura forma-se a partir das construções simbólicas, por meio de uma constelação de símbolos carregados por uma teia de significados.

paradigmática, por se tratar de uma nova construção social em emergência. Nascimento (2012) afirma que a sustentabilidade está ancorada em modos particulares de relação com o ambiente, e tem como objetivo principal a manutenção da resiliência ecossistêmica a partir da solidariedade por meio de princípios éticos específicos.

Pode-se observar que, apesar da polissemia do termo sustentabilidade, os autores que escrevem sobre essa temática encontram pontos semelhantes, independente do nó górdio existente entre as diversas abordagens. Nesta dissertação, a sustentabilidade ambiental será empregada como sendo o processo de utilização dos bens comuns sem destituir a autopoiese do sistema ambiental.

Os moradores antigos da RDS Igapó Açu possuem um saber perpassado geracionalmente que assegura a sustentabilidade ambiental. Eles desenvolvem atividades na agricultura e na pesca que proporcionam e corroboram a autopoiese sistêmica. Utilizam produtos naturais no controle das pragas, em detrimento do uso de agrotóxicos; plantam em rotatividade, para não esgotar os nutrientes do solo; pescam em momentos propícios e respeitam o período de defeso, para evitar a extinção das espécies; dentre outros.

A gente pesca mas a gente pára pros peixe se reproduzir. Quando a gente não tá pescando a gente tá plantando. Quando não é uma coisa é outra. E assim a gente vai vivendo, porque se acabar ninguém tem o que comer, aí a gente faz isso (Entrevistado 02, J. N. T. S., 37 anos)

As formas específicas e coletivas de gestão dos bens comuns ambientais, em foco, resultam no governo da RDS Igapó Açu. Esse governo representa a materialização dos sistemas simbólicos no ordenamento da unidade política. A governação, ou seja, o resultado da ação de governar advém dos pressupostos culturais e paradigmáticos de uma sociedade, e na área de estudo não é diferente. É importante ratificar que o governo é conduzido por seres humanos, e, portanto, por seres que possuem paradigmas que comandam e gerem os seus modos de pensar, formular e executar políticas. Logo, isento de neutralidade.

Compreender a governança destituída da natureza do governo e da governabilidade significa construir uma análise simplista, por esse motivo, foi necessário esclarecer e extinguir a membrana de opacidade que vem orientando o pensar político na ciência moderna. Nesse sentido, a governança, aqui trabalhada, será a rede de articulação política entre os atores sociais e os sistemas simbólicos e sociopolíticos que originam o governo e concebem a governabilidade.

A partir dessa contextualização, nota-se que o Conselho Gestor passa a ser um dos principais instrumentos da governança ambiental da RDS Igapó Açu, pois por meio de reuniões materializa a rede política que compõe a governabilidade da unidade. Pode-se afirmar, veementemente, que o Conselho representa a centralidade da governança, por garantir a governabilidade e ter significativa influência no governo.

Lefebvre (2008; 1999) entende centralidade como a capacidade de polarização, controle, e atração dos fluxos de uma rede. Entretanto, essa centralidade deve ser entendida pela lógica da dialética no processo de construção e reconstrução das polarizações. O centro emerge nessa discussão como uma realidade material, e a centralidade como uma realidade imaterial, porém que proporciona a materialização da polaridade da rede.

A importância do Conselho tem sido discutida amplamente, em nível estadual e nacional, pelo seu papel na governabilidade das áreas protegidas e pela imprescindibilidade que exercem no âmbito da governança ambiental. A integração dos atores sociais que agem na UC está potencializando-se com as reuniões entre os conselheiros, que ocorrem bimestralmente em Manaus.

Apesar da centralidade da rede da governança ambiental ser o Conselho Gestor, a RDS Igapó Açu é uma unidade territorial policêntrica, pois os centros de poder se espacializam em diferentes locais. Os centros da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu se concentram no Chapéu de

Palha e na sede da ASSAAM (Figura 15), na Pousada da Dona Mocinha, lugar de frequente encontro dos moradores e de sociabilidade¹².



Figura 15: **Centros da Comunidade Igapó Açú.** Legenda: Figura 15A – Pousada da Dona Mocinha; Figura 15B – Chapéu de Palha.
Fonte: REZENDE, 2015.

Os Chapéus de Palha são arquiteturas encontradas em grande parte da Amazônia, construídos para abarcar encontros entre os membros de uma ou mais comunidades. Além da realização de reuniões, esses locais são ocupados para a realização de festas temáticas e religiosas, sendo um lugar em essência topofílico, apresentando conseqüentemente, um sentido simbólico.

A Pousada da Dona Mocinha recebe os moradores da comunidade supracitada, turista e moradores de outras comunidades. Destaca-se, nos finais de tarde e no período noturno, por conglomerar os comunitários na área externa para a realização de bingos e de outras atividades. Os bingos, na área de estudo, são pontos importantes de integração social entre as comunidades conflitantes, sendo um instrumento de lazer com significativa função social.

¹² Segundo Baechler (1996), a sociabilidade é a capacidade humana de compartilhamento e socialização das normas sociais. Ocorre por meio de uma rede de solidariedade que se materializa por meio do processo de socialização.

Atualmente, a frequência de bingos vem aumentando, com o objetivo de adquirir recursos financeiros para a execução das festas temáticas, realizadas bimestralmente. Portanto, pode-se compreender que as atividades desenvolvidas nos centros da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu são imprescindíveis para o desenvolvimento local da RDS, tanto por conglomerar os moradores nas redes de sociabilidade quanto pela centralização da rede política, cultural, e econômica, portanto ambiental.

Na comunidade Nova Geração, localizada na margem esquerda do rio Igapó Açu, os centros se manifestam interna e externamente à comunidade, sendo uma comunidade policêntrica. Dessa forma, um dos centros da margem esquerda localiza-se na beira do rio Igapó Açu (Figura 16), sem construção física visivelmente estabelecida, como em São Sebastião do Igapó Açu. Porém, o outro centro estabelece-se também no Chapéu de Palha, por seu caráter integrador.



Figura 16: **Localização dos centros da Comunidade Nova Geração.** Legenda: Figura 16A – Chapéu de Palha; Figura 16B – Centro sem construção física.
Fonte: REZENDE, 2015.

O centro da figura 16B não possui construção física visível, como na figura 16A, entretanto, há uma customização do espaço para os encontros cotidianos da comunidade. Os comunitários retiram os troncos das árvores e os adaptam à forma de bancos. Nos intervalos das atividades produtivas e nos finais de tarde, os moradores da Nova Geração se reúnem para conversas e troca de informações.

Dessa forma, pode-se observar que a RDS Igapó Açu é uma unidade territorial policêntrica, pela existência de vários centros que compõe a centralidade dessa UC. Segundo Guerra (2006) o policentrismo tem fundamentado inúmeras políticas de ordenamento territorial, pela importância que os centros exercem na rede constitutiva do território. Nesse contexto, por meio da integração reticular, as políticas territoriais têm identificado os nós górdios existentes e atuados na tentativa de dissolução.

O policentrismo é um sistema policêntrico mediado pela realidade vivida e pela centralização territorial. Sua característica principal está na configuração integradora que ele estabelece para a consolidação das atividades centrais. Na perspectiva desse sistema, os centros se complementam e se corroboram junto às tendências de centralização (PARR, 2004). A existência de vários centros em uma UC que apresenta conflitos entre duas comunidades, como é o caso da RDS Igapó Açu, favorece o desmanche do nó górdio existente.

Meijers e Romein (2003) inferem que o sistema policêntrico favorece a eficácia política, pois a partir do conjunto de fluxos e de redes pode-se impulsionar e promover formas sustentáveis de cooperação funcional, na medida em que condensa os interesses relacionados ao desenvolvimento de uma determinada região. Dessa forma, as oportunidades emergem com potencialidade mais significativa que a dualidade conflitiva.

Todavia, o policentrismo possui também suas limitações no que concerne ao ordenamento territorial. Kloosterman e Musterd (2001) afirmam que a aplicabilidade das políticas territoriais, com a vantagem do policentrismo, só seria possível por meio do reconhecimento identitário e da pertença dos grupos sociais envolvidos. A ausência do sentimento de pertença regionalista obsta qualquer aspecto positivo do sistema policêntrico.

Assim sendo, percebem-se os inúmeros desdobramentos do policentrismo na questão territorial e regional. Ferrão (2014) desenvolveu diversas pesquisas para compreender a materialização do policentrismo nos processos de governação, em uma de suas obras, o autor afirma que:

Ao nível dos processos de decisão comunitários, a concretização da ideia de policentrismo exige uma articulação mais eficiente não só entre os diferentes níveis de governação (comunitário, nacional, regional, metropolitano), mas também entre entidades do mesmo nível, nomeadamente regional, pertencentes a distintos países. Em abstrato, o princípio da subsidiariedade constitui um excelente referencial para a aplicação em cascata do conceito de policentrismo, na medida em que permite identificar uma estratigrafia coerente de competências (FERRÃO, p. 34, 2014).

Outro autor que analisa profundamente os desdobramentos do policentrismo é Pessoa (2011). Esta teórica acentua a importância do entendimento das duas dimensões formadoras do sistema policêntrico: a dimensão analítica, que objetiva a explicação do policentrismo; e a dimensão normativa, que objetiva formular estratégias políticas orientadoras para os centros existentes.

Apesar do ecletismo de teorias relacionadas ao surgimento e desenvolvimento do policentrismo, há semelhanças de pontos de vista. Os autores reconhecem a vantagem da pluralidade de centros em uma mesma região, no que concerne ao desenvolvimento local. Entretanto, o policentrismo potencializa-se a partir da coesão territorial no reconhecimento da importância da integração espacial entre os membros de uma comunidade.

Como foi descrito anteriormente, na RDS Igapó Açú o sistema policêntrico confere benefícios significativos como a integração por meio dos interesses conjuges entre a Comunidade São Sebastião do Igapó Açú e a Comunidade Nova Geração. Porém, para propiciar o desenvolvimento da RDS, de forma geral, é necessário a intensificação da participação social mediada pelo pertencimento à UC.

Desta forma, pode-se perceber que a governança ambiental da área de estudo perpassa inúmeras questões, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais. Para entendê-la em sua concretude foram elucidados alguns aspectos fundamentais que regem a rede de articulação política, como os elementos da governabilidade, do governo, as centralidades da rede política, e o policentrismo no ordenamento territorial.

Pode-se inferir que a RDS Igapó Açu possui inúmeras particularidades políticas, devido ao ecletismo de interesses que envolvem esta UC. O Conselho Gestor, com sua característica de centralidade, materializa a rede de articulação política das comunidades estudadas, sendo o instrumento primordial que constitui a governança ambiental. Essa miríade de governação envolve sistemas simbólicos e sociopolíticos que conformam o governo, interferem na governabilidade e estabelecem a governança.

O resultado da interação sistêmica entre todos os fatores supracitados materializa a complexidade da organização social, que resulta no ordenamento territorial da RDS Igapó Açu. Nesse sentido, o Capítulo 02 irá aprofundar a constituição e o estabelecimento dessas organizações sociais existentes na UC, visando delinear os reflexos da governança ambiental na área de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a governança ambiental da RDS Igapó Açu, junto ao ecletismo de atores sociais que configuram a rede de articulação política, significa elucidar lacunas anteriormente construídas. Toda elucidação, como a própria palavra expressa, ilumina aspectos até então obscurecidos e invisibilizados. Dessa forma, trabalhar um conceito de governança ambiental em uma UC com centralidades de poder policêntricas, foi o desafio dessa dissertação.

A reconstrução do pensar político na ciência moderna pode ser permeada de arbitrariedade, todavia, pode ser um estratagema importante para o desenvolvimento de uma nova abordagem e de uma nova forma de perceber o mundo. Não se trata de apreço pela neofilia, e sim de uma necessidade emergente de reconstruir epistemologicamente a governança ambiental no estado do Amazonas.

Nesse sentido, a RDS Igapó Açu foi compreendida e analisada pela lógica dos sistemas simbólicos e sociopolíticos, no âmbito da governabilidade e do governo, na constituição da governança ambiental. Entretanto, o processo perceptivo e reflexivo de construção desse capítulo necessitou da utilização de autores das variadas áreas do conhecimento, pelo fato do problema da pesquisa requerer uma inflexão transdisciplinar.

Entendido todo o processo de construção epistemológica, pode-se inferir, após a análise dos dados, que a centralidade da governança ambiental da RDS Igapó Açu é o Conselho Gestor. O Conselho proporciona e materializa a governabilidade da UC, pela realização das reuniões bimestrais entre os atores sociais que atuam na RDS. Paralelamente, o governo aparece mediado por outros aspectos, não somente pelo viés político, diferentemente dos outros elementos que compõem a governança.

Os múltiplos centros dessa rede da governança, que configuram o policentrismo, integram as comunidades São Sebastião do Igapó Açu e Nova Geração, na medida em que potencializa as atividades côjugas entre as

duas localidades e minimiza os aspectos negativos advindos da relação territorial conflitiva.

A sustentabilidade da atual rede de articulação política da área de estudo depende da atuação do DEMUC, órgão que centraliza os fluxos de poder. Assim, pode-se perceber que a governança extrapola os limites territoriais, e influencia na territorialização ou na desterritorialização humana nos diferentes territórios. A governabilidade, formada pela rede política anteriormente descrita, integraliza os distintos interesses e fortalece a conjugação das comunidades.

Os moradores da RDS possuem características específicas de gestão dos bens comuns ambientais. Assim sendo, a sustentabilidade ecossistêmica é assegurada pela reinvenção do tradicional, e é resultante da materialização dos sistemas simbólicos transmitidos via cultura. Esse fato mostra que a conservação ambiental está para além do tempo de vivência nos agroecossistemas, e está salvaguardado pela ressignificação dos processos sociais, e não necessariamente pela transmissão geracional.

Desta forma, a RDS Igapó Açu emerge como uma UC diferenciada, não só pela constituição da rede de governança, pela governabilidade ou pelo governo, mas por congregar moradores de diversos estados brasileiros que desenvolvem práticas econômicas sustentáveis. O ecletismo característico da população não obsta a constituição do sentido de pertença como comunidade, do ser comunitário.

A segregação espacial entre as comunidades só ocorre pela relação histórica conflitiva entre a Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e a Comunidade Nova Geração. Entretanto, é necessário ratificar que o conflito não fragiliza a rede política que configura a governança da unidade, pelo contrário, a rede fortalece a conjugação territorial, condensando a miríade de interesses.

Portanto, a governança ambiental da RDS Igapó Açu possui diversos desdobramentos sociais e, conseqüentemente, territoriais. Torna-se, assim,

imprescindível analisar os impactos dessa governança na configuração territorial da área de estudo. Esse arranjo espacial resultante da materialização das organizações sociais será aprofundado a seguir, no capítulo 02.

REFERÊNCIAS

Ab' SABER, A. N. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos do Brasil**. São Paulo: Instituto de Geografia, 1970.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Editora Bomtempo, 2000.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

BIERMANN, Frank. Global Environmental Governance: conceptualization and examples. In: **Global Governance**, Amsterdam, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASÍLIA. **Lei N° 11.699, de 13 de junho de 2008**. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores. Brasília, 2008.

CARDOSO, Adalberto. Os sindicatos no Brasil. **Revista Mercado de trabalho**, v.56, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2002.

COELHO, M; DINIZ, E. **Governabilidade, governança local e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

CORREIA, Laíse Ferraz; AMARAL, Hudson Fernandes. Reflexão sobre as funções da governança corporativa. **Revista de Gestão USP**, v.13, n.1, São Paulo, 2006.

DIAS, Lúcia. Redes: emergência e organização. In: **Geografia conceitos e temas**. Org.: Paulo César da Costa Gomes. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

DUARTE, Laura M. G. A questão energética: sustentabilidade do desenvolvimento ou desenvolvimento da sustentabilidade? In: **Esquina da Sustentabilidade**: um laboratório da biocivilização. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. Celta Editora: Oeiras, 1994.

ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. **Globalization and Environmental Protection**: a Global Governance Perspective, New Haven, 2003.

FERRÃO, João. Policentrismo e coesão territorial: um novo papel para as “regiões”? **Revista do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa**, 2014.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n.53, 2005.

FILHO, A. T. O; RATTER, J. A. A study of the origin of central Brazilian forests by the analysis of plant species distribution patterns. **Edinburgh Journal of Botany**, v.52, n.02, p. 141-194, 1995.

FILHO, C. P. M. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: Cengage, 2006.

FREEMAN, L. Segregation in social networks. **Revista Methods & Research**. V.01, n.04, p. 411-429, 1978.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Revista Política & Sociedade**, n.5, p. 119-138, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Raimunda de Souza. **A dupla face do sindicalismo em Manaus**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. Editora Edusp. São Paulo: Cultrix, 1973.

GUERRA, I. Plano Nacional de Ordenamento do Território: o máximo denominador comum. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Blocos internacionais de poder**. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova desordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. **Governança ambiental e economia verde**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.17, nº6, Rio de Janeiro, 2012.

KLOOSTERMAN, R; MUSTERD, S. Região urbana policêntrica: caminhos de uma investigação cotidiana. **Revista Urban Studies**, 2001.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory**. EUA: Oxford University Press, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LOPES, Itala dos Santos; SANTOS, Géssyca Souza dos; SOUZA, Deiziane Matos de; PIEDADE, Herlana Ferreira. **Políticas públicas e a busca pela garantia dos direitos dos pescadores artesanais: um estudo da Colônia**

dos Pescadores Z-17 em Parintins/AM. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2013.

LORENZETTI, Julia Vaz; CARRION, Rosinha Machado. Governança ambiental global: atores e cenários. **Cadernos EBAPE**, v.10, nº3, Rio de Janeiro, 2012.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

MEIJERS, E; ROMEIN, A. O potencial de fortalecimento da capacidade de organizar as regiões policêntricas. **Revista European Urban and Regional Studies**, 2003.

MO, J. **Placing the G20 in the Emerging System of Global Governance**. Hills Governance Center at Yonsei Working Paper, p.2-13, 2010.

MORAN, Edgar. **O método 01**: a natureza da natureza. Editora Europa América, 1987.

NAJAM, Adil; PAPA, Mihaela; TAIYAB, Nadaa. **Global Environmental Governance**: a Reform Agenda. International Institute for Sustainable Development, 2013.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Revista Estudos Avançados**, v.26, n. 74, São Paulo, 2012.

NETO, J. P. Q. Geomorfologia e pedologia. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.01, p. 59-67, 2000.

PARR, J. B. The polycentric urban region: a closer inspection. **Revista Regional Studies**, 2004.

PESSOA, Renata Parente Paula. Em busca de uma definição de policentrismo urbano para as metrópoles brasileiras. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 2011.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Direito sindical e coletivo do trabalho**. São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Wagner da Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

RICHERS, Raimar. **O que é empresa**. 2ª edição. Coleção Primeiros Passos: Editora Brasiliense, 1987.

RUBY, Christian. **Introdução à Filosofia Política**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SAITO, Érika Akemi; ESCADA, Maria Isabel Sobral; FONSECA, Leila Maria Garcia; KORTING, Thales Sehn. **Análise de padrões de desmatamento e trajetória de padrões de ocupação humana na Amazônia usando técnicas de mineração de dados**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2011.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SILVA, Daniel José. O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. In: **Livro Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. Org.: JÚNIOR, Arlindo Philippi; TUCCI, Carlos Morelli; HOGAN, Daniel Joseph; NAVEGANTES, Raul. São Paulo: Editora Signus, 2000.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Decreto N° 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

TUAN, Yu Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974.

VEIGA, José Eli da. **O mundo em transe**: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento. Editora Armazém do Ipê, 2009.

WILLIAMS, David; YOUNG, Tom. Governance, the World Bank and liberal theory. **Revista Political Studies**, p.84-100, 1994.

CAPÍTULO II – AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL DA RDS IGAPÓ AÇU

Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

Paulo Freire

INTRODUÇÃO

A rede de articulação política que configura a governança na RDS Igapó Açú, apresentada no Capítulo 01, evidencia uma constelação de elementos de suma importância para o entendimento dos desdobramentos e da materialização do poder na unidade política gerida. As formas de organização social emergem, nesse sentido, como importantes denominadores que influenciam consideravelmente na governabilidade e no governo da RDS Igapó Açú, e promove, conseqüentemente, impactos significativos na materialização da governança ambiental.

As organizações sociais são arquétipos de organização pública não-estatal que surgem com o objetivo de atender atividades de interesse público e/ou coletivo. Essas organizações têm um papel importante na configuração do controle social, visto que sua autonomia está para além da influência do Estado, e seus desdobramentos impactam consideravelmente o ordenamento do território e suas ramificações sociais.

Desta forma, o objetivo deste Capítulo foi compreender as formas de organização social e seus desdobramentos territoriais na confluência da governança. Para atingir esse objetivo, foram aplicados formulários em 100% das famílias residentes na RDS e foram realizadas oficinas participativas com as comunidades. Os dados obtidos pelos formulários foram sistematizados no Programa Excel para a geração de gráficos. Além dos procedimentos metodológicos supracitados, realizou-se levantamentos de dados nas instituições envolvidas direta e/ou indiretamente com as organizações sociais da RDS Igapó Açú.

Pode-se inferir, após a análise dos dados, que as organizações sociais têm apresentado função central na RDS Igapó Açu, pois 67% das famílias participam de atividades das diferentes formas de organização social. A igreja é uma das principais organizações sociais atuante na UC, com 43% de participação das famílias, seguida da Associação de Moradores (ASSAM) e do Conselho Gestor. A participação social nessas organizações modifica e recria o cotidiano, a partir do fortalecimento dos símbolos, perpassados geracionalmente.

Entretanto, a importância das organizações sociais extrapola as funções acima arroladas, elas possuem papel imprescindível na mitigação dos conflitos territoriais, pois 36% das famílias recorrem à liderança comunitária, que também lidera a ASSAM, para a resolução das relações conflituosas emergentes. Assim sendo, as organizações sociais são elementos importantes a serem analisados pela influência que exercem no âmbito da gestão territorial e da governança na RDS Igapó Açu.

A rede de articulação política forma-se a partir da interação entre os sistemas simbólicos e sociopolíticos que originam as organizações sociais e o ordenamento do território. Torna-se imprescindível analisar os desdobramentos dessa interação na governança da área de estudo, em razão dessa ingerência que é intrínseca a esse movimento interacionista.

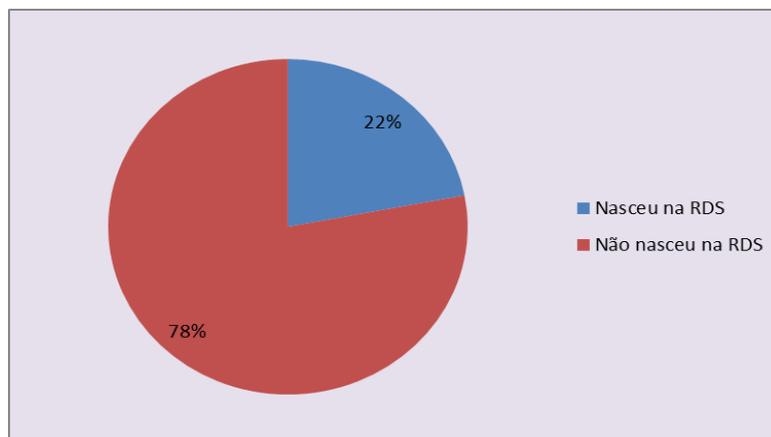
1. ORDENAMENTO TERRITORIAL E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A compreensão do ordenamento territorial permite o entendimento da materialização das relações sociais a partir da manifestação do poder no território. Diferentes relações sociais geram diferentes territórios, pois o mesmo configura-se e delimita-se a partir dessas relações e interações societárias. Silva (2000) afirma que o ordenamento territorial se refere ao modo como o território está organizado em razão de suas escalas, tendências, problemas, dentre outros fatores.

O entendimento da organização dos objetos geográficos propicia uma análise abrangente dos fenômenos e epifenômenos sociais organizados. As unidades de conservação apresentam um ordenamento territorial específico, pautado, em sua maioria, nas ações do Plano de Gestão, que é um documento técnico que estabelece normas de uso e ocupação do território delimitado. A RDS Igapó Açu diferencia-se pela existência de uma rodovia federal em uma área protegida legalmente, isso lhe confere um ordenamento territorial específico, singular se comparado às outras unidades de conservação do Amazonas.

A população é bem diversificada, constituída por povos advindos de diversos municípios do estado do Amazonas (Figura 01). Esse deslocamento populacional justifica-se pelas condições iniciais da BR-319, caracterizada por uma infraestrutura que permitiu a mobilidade de pessoas e mercadorias. A partir dessas condições físicas que a RDS Igapó Açu foi sendo configurada socialmente, uma congruência de atores sociais de diferentes territórios. A criação da UC ocorreu em 2009, e abarca uma área de aproximadamente 397.557,323ha.

Gráfico 1: Local de nascimento dos moradores da RDS Igapó Açu

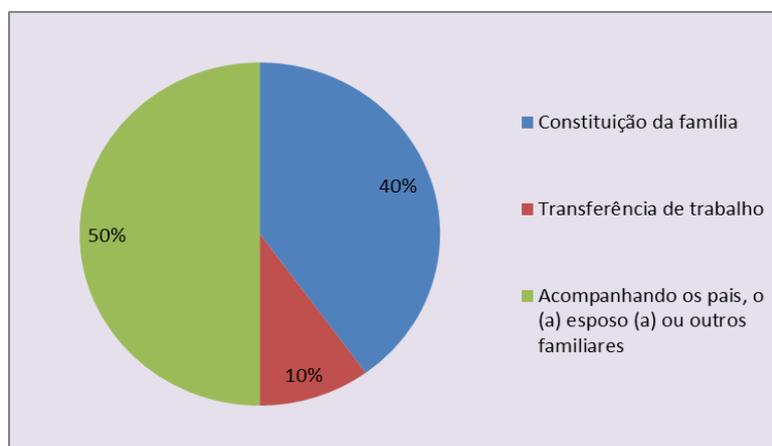


Fonte: REZENDE, 2015

Conforme se observa no Gráfico 01, 78% das famílias que residem na UC não nasceram na RDS, evidenciando uma série de fatores, com destaque para as condições infraestruturais positivas da BR-319 no que concerne ao deslocamento populacional. Dos 78% que não nasceram na RDS, 57,1% nasceram em Borba, 28,6% nasceram em Manaus, e 14,3% nasceram em

Boca do Acre. Inúmeros são os motivos do deslocamento de seu local de nascimento, conforme mostra o Gráfico 02.

Gráfico 2: Motivos que levaram os atuais residentes a morar na RDS Igapó Açu

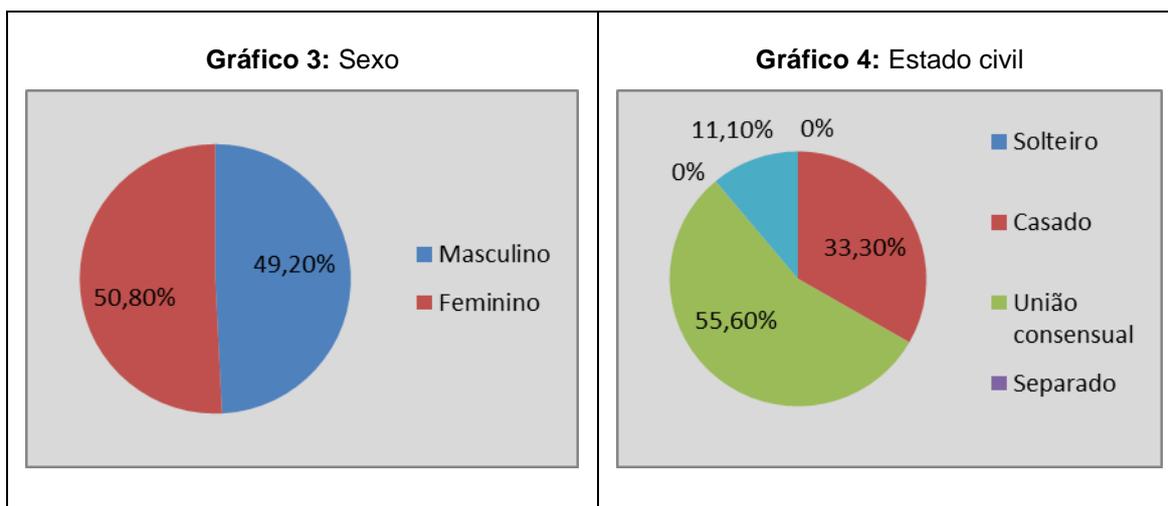


Fonte: REZENDE, 2015

Dentre os motivos elencados, 50% das famílias afirmaram que se deslocaram à UC para acompanhar os pais, esposo/esposa, e familiares; 40% para constituição da família, visto a abundância de recursos naturais para a reprodução social; e 10% afirmaram que o deslocamento ocorreu devido à transferência de trabalho, com destaque para a necessidade de mão de obra para a expansão da BR e nos respectivos restaurantes que existiam no período de expansão da estrada.

Segundo Gaudemar (1977) a mobilidade espacial ocorre por inúmeros fatores, sendo os principais: a constituição da família, a escolaridade, e a mão-de-obra (trabalho). As assertivas desse autor corroboram os dados apontados nessa pesquisa, no que concerne à mobilidade dos residentes da RDS Igapó Açu.

No que se refere ao estado civil e ao sexo, os resultados não são opostos, devido ao equilíbrio entre a população do sexo masculino e do sexo feminino. O número de casais na RDS Igapó Açu é significativo (Gráfico 03), 88,9% são casados ou vivem em união consensual, isso justifica-se pela facilidade em adquirir espaços para a construção de casas e pela necessidade de constituição familiar para o trabalho na roça.



Fonte: REZENDE, 2015

A escolaridade na RDS Igapó Açú, ou seja, o término de determinadas etapas de estudo é complexa, pois vários são os elementos que influem nas etapas posteriores ao ensino fundamental. A UC é constituída por apenas uma escola, com turmas de ensino primário e fundamental. A escola (Figura 17) apresenta uma infraestrutura formada por duas salas de aula. Não há dificuldades de deslocamento até a escola da RDS, pela localização central que ela estabelece, tanto nos períodos de cheia como na vazante.

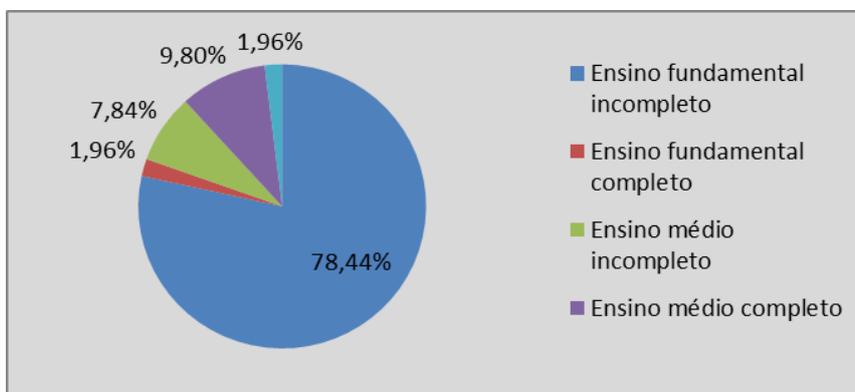


Figura 17: Escola da RDS Igapó Açú.
Fonte: REZENDE, 2015.

Os estudantes que anseiam terminar o ensino fundamental e cursar o ensino médio se deslocam até o município Careiro Castanho, local com escolas de ensino médio. Esse fator tem gerado um crescente deslocamento

populacional e explica a prevalência dos dados referentes ao ensino fundamental incompleto, como se pode observar no Gráfico 05.

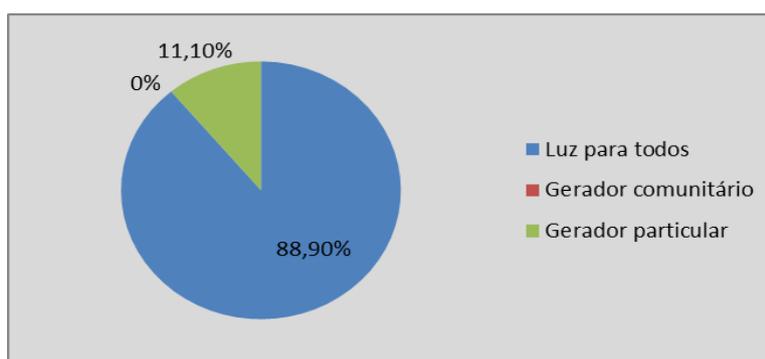
Gráfico 5: Escolaridade na RDS Igapó Açu



Fonte: REZENDE, 2015

Quanto ao tipo de energia fornecido à RDS, 88,9% advêm do Programa Luz para Todos (Gráfico 06), que é uma política pública desenvolvida pelo Governo Federal que objetiva a eletrificação de áreas distantes dos centros urbanos. Embora a garantia dos direitos básicos dos cidadãos seja parte do papel do Estado, a sociedade civil organizada da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu (a ASSAM) teve forte influência para a instalação da rede elétrica, por meio de reivindicações junto aos órgãos competentes.

Gráfico 6: Tipo de energia fornecida à RDS Igapó Açu

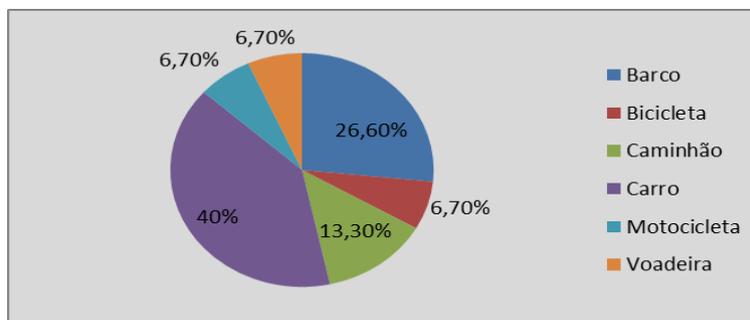


Fonte: REZENDE, 2015

Os meios de transporte utilizados na RDS Igapó Açu são variados, devido aos distintos usos que lhe são atribuídos. O Gráfico 07 evidencia que o meio de transporte mais utilizado é o carro (40%), seguido do barco (26,60%). O carro é usado para o deslocamento até o município Careiro Castanho e

Manaus; o barco e a voadeira para as atividades relacionadas à pesca; a bicicleta e a motocicleta para o deslocamento na comunidade; e o caminhão para o transporte de mercadorias.

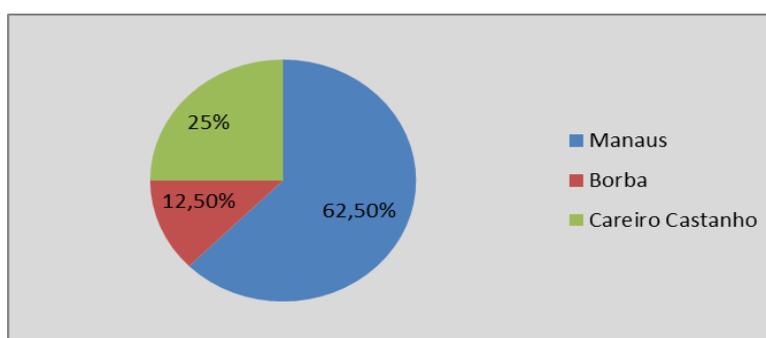
Gráfico 7: Meios de transporte



Fonte: REZENDE, 2015

Os lugares mais distantes em que os residentes da RDS Igapó Açú se deslocam são Manaus, Careiro Castanho e Borba (Gráfico 08). A ida ao Castanho é para visitar os filhos e familiares que estão concluindo os estudos, para consultas médicas e para buscar benefícios sociais. Diferentemente da ida à Manaus, que é para participar de cursos profissionalizantes e para fazer compras de produtos que não são encontrados nas adjacências da RDS. Os residentes que vão à Borba têm como objetivo visitar familiares.

Gráfico 8: Lugares distantes frequentados pelos residentes

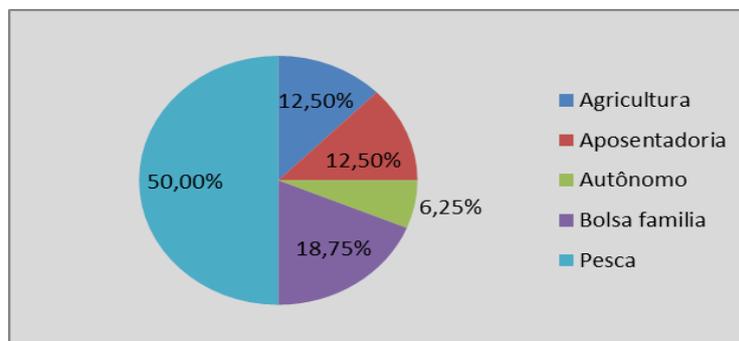


Fonte: REZENDE, 2015

A principal fonte de renda das famílias da RDS Igapó Açú advém da pesca (50%), do Programa Bolsa Família (18,75%), da agricultura (12,50%), da aposentadoria (12,50%), e de atividades autônomas (6,25%). A expressividade do número de famílias que tem como principal fonte de renda

a pesca, mostra a importância desta atividade econômica na reprodução social da RDS, conforme evidencia o Gráfico 09.

Gráfico 9: Principal fonte de renda da família

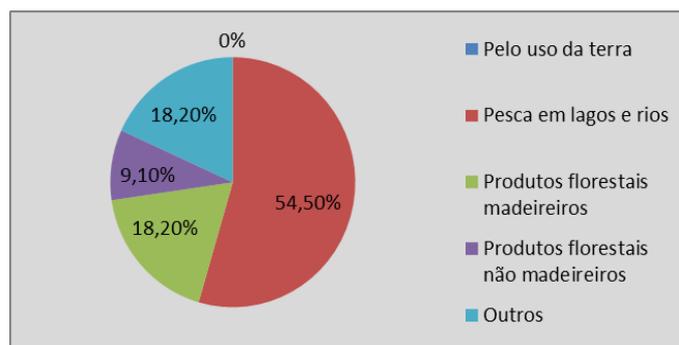


Fonte: REZENDE, 2015

Essa dependência dos recursos pesqueiros por grande parte da população da RDS Igapó Açu gerou e tem gerado conflitos territoriais. Segundo Sobreiro e Freitas (2008), desde a década de 60 os conflitos por pesca vem se intensificando na Amazônia. As regiões que apresentavam e apresentam conflitos latentes são os lagos de várzea, locais de maior pressão por pesca comercial.

Nos rios de águas pretas os conflitos por pesca estão relacionados com os diferentes modos de apropriação e uso das áreas de pesca (SOBREIRO e FREITAS, 2008). Na Amazônia, de uma maneira geral, e mais precisamente nos rios de água preta, intensificam-se as atividades pesqueiras, principalmente devido à perda de controle local sobre os recursos terrestres (SILVA, 2011). O rio Igapó Açu apresenta farturas de espécies de peixes, principalmente de tucunaré, essa característica tem atraído os olhares externos à UC, e gerado conflitos territoriais, pelo uso das áreas de pesca e pela exploração de outros recursos naturais, conforme se observa no Gráfico 10.

Gráfico 10: Tipos de conflitos existentes na RDS Igapó Açú



Fonte: REZENDE, 2015

O principal conflito citado refere-se à pesca em lagos e rios (54,50%), seguido dos conflitos por produtos florestais madeireiros (18,20%), conflitos pessoais (18,20%), e conflitos por produtos florestais não madeireiros (9,10%). Os conflitos em UC são polissêmicos, ou seja, possuem vários significados e ângulos, e variam de acordo com as relações de interesses entre os sujeitos sociais envolvidos.

São resultantes das divergências de pontos de vista e de interesses e envolvem questões sociais, políticas e culturais, com destaque para a luta pela manutenção de territórios. Segundo Thiollent (1998) a divergência é resultante da ambivalência das diferentes ações sociais. Dessa forma, os conflitos territoriais são resultantes de interesses distintos e divergentes, portanto dissimétricos, que se materializam, refletem e são refletidos no território.

Segundo Raffestin (1993) o território é *um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder*. Assim, o território é expresso e expressa os variados processos sociais que se materializam nas espacialidades.

Os conflitos territoriais advêm desde os primórdios e permanecem na atualidade. Eles são consequência da importância que o espaço adquire na estruturação política, econômica, cultural e social vigente na sociedade. Essa importância do espaço no “*mundo moderno-colonial*” (HAESBAERT e GONÇALVES, 2006) são retratados por Becker (2006) quando afirma que:

O espaço sempre foi fonte de recursos e meio de vida. Contemporaneamente, sua potencialidade reside, também, no fato de ser condição da reprodução generalizada – como dimensão concreta, constituinte das relações sociais; ele é produtor e reproduzidor das relações de produção e de dominação. Daí o controle crescente do espaço como forma de controle social (BECKER, 2006, p.101).

Baseado na citação acima observa-se que, os conflitos são intrínsecos ao movimento de dominação e é mediado pelas relações de poder presentes no território e expressos na territorialidade. Santos (1996) afirma que a territorialidade *“é, igualmente, transindividualidade, e a compartimentação da interação humana no espaço é tanto um aspecto da territorialidade como da transindividualidade”*.

Assim sendo, pode-se compreender que os conflitos territoriais existentes na RDS Igapó Açu são reflexos das relações antagônicas de interesse entre os atores sociais envolvidos. O cadastro e inserção no Seguro Defeso têm obstado os conflitos relacionados à pesca, por meio do fornecimento de auxílio financeiro nos períodos necessários à reprodução das espécies de peixes. Nos períodos de defeso, as famílias dedicam-se exclusivamente à agricultura e ao extrativismo.

Essa contextualização e caracterização territorial da RDS Igapó Açu é imprescindível para a compreensão sistêmica das formas de organização social existentes e para o entendimento da materialização da governança. Assim sendo, as formas de organização social conformam-se a partir da congruência das relações sociais por interesses comuns e, contraditoriamente, divergentes. A coesão social estabelece-se por meio dessas relações e interações sistêmicas.

1.1. A territorialidade na RDS Igapó Açu

Compreender a territorialidade e a territorialização requer importantes inflexões teóricas, dada a complexidade em entender a transindividualidade a partir da noção de território. Essas conceituações devem transcender e remeter às características ônticas e ontológicas do ser no território, que

configura a territorialidade a partir de um constante *devoir*. Vários são os autores que trabalham a noção de territorialidade, com destaque para Souza (2001), Spósito (2009), Saquet (2009), Santos (2010), e Haesbaert e Limonad (2007).

Souza (2001), para construir seu conceito de territorialidade, concebe o território a partir da noção de campo de forças de Bourdieu¹³, assim, estabelece algumas formas de territorialidade: a territorialidade cíclica, ou seja, relacionada à temporalidade; a territorialidade móvel, relacionada à fluidez das fronteiras; e a territorialidade em rede, relacionada às tessituras que formam uma malha complexa de territórios descontínuos. Para este autor essas três formas de estabelecimento da territorialidade podem se manifestar concomitantemente, ou seja, em um mesmo território pode haver territorialidades cíclicas, móveis e em redes.

Spósito (2009) concebe territorialidade como a qualidade designada ao território a partir de seus múltiplos usos e formas de apreensão pelos seres humanos. A autora afirma que as relações de poder territorializam os espaços e imprimem a territorialidade, que é o resultado material e imaterial do uso e da ocupação do território pelos diversos atores sociais. A concepção de Spósito perpassa o âmago subjetivo e objetivo conformador da noção territorial, e obsta a dicotomia material/imaterial no entendimento da territorialidade.

Saquet (2009) conceitua territorialidade como sendo as relações diárias estabelecidas momentaneamente entre os homens e a natureza, é a expressão do cotidiano e do *habitus*¹⁴ no território. Saquet (2009) critica a noção territorial de Raffestin (1993), pelo tratamento do território como palco das relações destituído dos significados que lhe são intrínsecos, criadores da territorialidade. Desta forma, o autor concebe a territorialidade como a congruência da experiência do cotidiano no território.

¹³ Souza (2001) faz referência à obra “O Poder Simbólico” de Bourdieu (2005).

¹⁴ A expressão *habitus* foi cunhada por Elias (2000) e refere-se ao modo como os elementos subjetivos se materializam. É o saber incorporado à sociedade, por meio da vida social.

Para Santos (2010), a territorialidade é a comunhão estabelecida com o território, são as atividades diárias que os homens executam e que dão vida e vivificam o território. A ausência de territorialidade seria um território sem vida, ou seja, um espaço físico isento de significados, por isso, o autor reitera a importância da compreensão da territorialidade para o próprio entendimento do território enquanto espaço produzido.

Haesbaert e Limonad (2007) afirmam que a territorialidade é a expressão da carga cultural e do sentido simbólico dado ao território, expresso nas atividades cotidianas. Para os autores, a territorialidade manifesta-se por meio das ações dos grupos sociais e da apropriação simbólico-identitária do território. Esta concepção insere na conceituação da territorialidade a dimensão identitária, pouco trabalhada pelos outros autores.

Os autores ícones, formuladores dos conceitos vigentes de territorialidade, citados anteriormente, foram importantes na medida em que inseriram elementos não trabalhados por outros teóricos. O conceito de territorialidade, aqui trabalhado, será centrado nos autores supracitados, entretanto, outros elementos serão incluídos na compreensão da questão, a partir das lacunas identificadas.

Assim sendo, a territorialidade é o reflexo material e imaterial da ação humana no território. É a congruência resultante da interação entre a dimensão simbólica e a dimensão objetiva. É a expressão do cotidiano, do modo de vida, do *habitus* dos diferentes grupos sociais intervenientes no território. Compreender a territorialidade destituída desses elementos interagentes significa retirar do território o que lhe é intrínseco.

Na RDS Igapó Açu a territorialidade estabelece-se principalmente a partir do rio, ele é o elemento principal de condensação territorial, visto que as famílias passam a maior parte do seu tempo em atividades fluviais, seja relacionado à pesca ou ao lazer. Porém, a territorialidade é compreendida como a confluência simbólica e objetiva do fluvial e do terrestre (Figura 18), pois o território forma-se pela transcendência desses espaços. Os usos desses espaços produzidos, formadores da territorialidade, variam de acordo

com o tempo estabelecido pela “natureza”, pois os modos de apropriação dos recursos naturais estão diretamente ligados à resiliência ambiental.



Figura 18: **A territorialidade a partir da terra e da água.** Legenda: Figura 18A – A terra na RDS Igapó Açú; Figura 18B – O uso da água.
Fonte: REZENDE, 2015.

Na RDS Igapó Açú a territorialidade é fundamentada na resiliência do sistema ambiental, pois as atividades desenvolvidas no território são conduzidas pelos modos de vida pautados na sustentabilidade, em suas múltiplas facetas. No período de defeso, as atividades centram-se na agricultura e no extrativismo. No período de abundância de recursos pesqueiros, as atividades são voltadas à pesca. O tempo prevalecente é o tempo reprodutor da autopoiese do sistema ambiental, e não o tempo dos interesses humanos. Há uma realocação de ações para a corroboração da sustentabilidade, e a territorialidade se estabelece a partir dessa noção de tempo.

Segundo Hawking e Mlodinow (2005) o tempo está diretamente relacionado ao espaço, de modo que o produto dessa relação é a noção espaço-temporal dos objetos geográficos. As diferentes noções de tempo são socialmente construídas e afirmadas, e estão indissociavelmente ligadas à concepção humana da relação transcendente estabelecida com o espaço.

A territorialidade na RDS Igapó Açú é fundamentada na interação espaço/tempo, e a noção temporal reflete o trabalho simbólico de apropriação do território. Os significados atribuídos, ou seja, a valoração da “natureza”, é que determina e consolida a territorialidade nesta UC, visto que os usos do

território variam de acordo com a capacidade de resiliência dos diferentes ecossistemas.

O tempo ocupa papel central no entendimento das relações sociais na RDS Igapó Açu, pois representa as possibilidades e não possibilidades da ação humana, sendo o fator central de interpretação do território. Atualmente, a modernidade conforma-se a partir de uma sociedade sincrônica, que vive sob a pressão do tempo do relógio econômico. Entretanto, há formações sociais que abdicam desse modo de vida, como é o caso dos grupos sociais da RDS Igapó Açu.

Ao contrário de uma compressão espaço-tempo (HAESBAERT, 2005), o que se estabelece são formas específicas de uso e apropriação de diferentes espaços por diferentes lógicas temporais. O tempo passa a ser uma sucessão de contextos (ALTHUSSER, 1992), onde as diversas temporalidades coabitam o mesmo período histórico, inserindo uma ordem simbólica e subjetiva inerente à constituição da territorialidade.

A partir da compreensão dos aspectos formadores e conformadores da lógica da territorialidade da RDS Igapó Açu, pode-se elucidar os aspectos que fundamentam as diferentes formas de organização social desta UC, afinal o modo como a sociedade se organiza está diretamente ligado à sua concepção simbólica de utilização do território. O tópico seguinte apresenta a constituição e o desdobramento das formas de organização social na governança. Esse desdobramento só se torna profícuo por meio dos elementos anteriormente abordados e compreendidos.

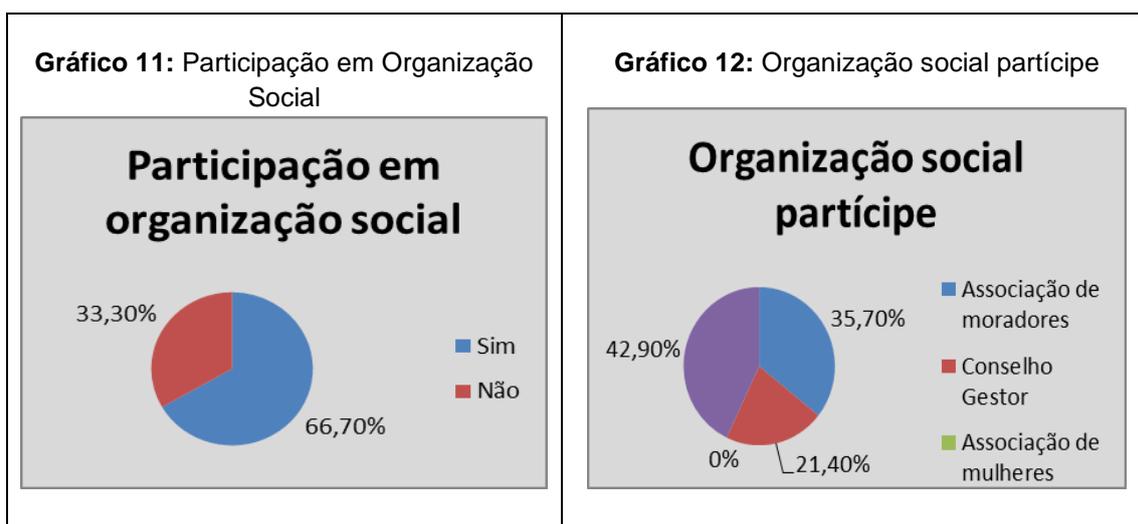
1.2. As formas de organização social

A territorialidade está intimamente relacionada com a lógica temporal que conduz as ações dos diferentes atores sociais, como foi elencado anteriormente. A forma com que os grupos sociais se organizam relaciona-se inteiramente com a essência simbólica que comanda as decisões e ações objetivas. As formas de organização social emergem, nesse sentido, como um produto do conjunto das relações sociais projetadas.

Segundo Etzioni (1967) existem vários tipos de organizações: as organizações coercitivas, onde o poder é instituído por meio da força física e a principal forma de controle manifesta-se por meio de punições; as organizações utilitárias, onde o poder institui-se por meio do controle aos incentivos econômicos, e o controle manifesta-se por meio dos benefícios ansiados; e as organizações normativas, onde o controle moral ocupa papel central, e o poder é expresso por meio do envolvimento simbólico e motivacional.

Etzioni (1967) a partir de sua teoria estruturalista das organizações psicossociais deixou algumas lacunas em suas pesquisas, pelo fato de ter tratado as organizações a partir unicamente da lógica do controle. Porém, teve contribuições importantes no entendimento da organização das unidades sociais e de seus reflexos.

Na RDS Igapó Açu existem várias formas de organização social, cada uma objetivando seus interesses particulares. Os resultados da pesquisa mostram que 66,70% das famílias participam de organizações sociais. Do total de famílias partícipes, 42,90% frequentam igreja, 35,70% participam da Associação de Moradores, e 21,40% participam do Conselho Gestor, conforme se observa no Gráfico 12.



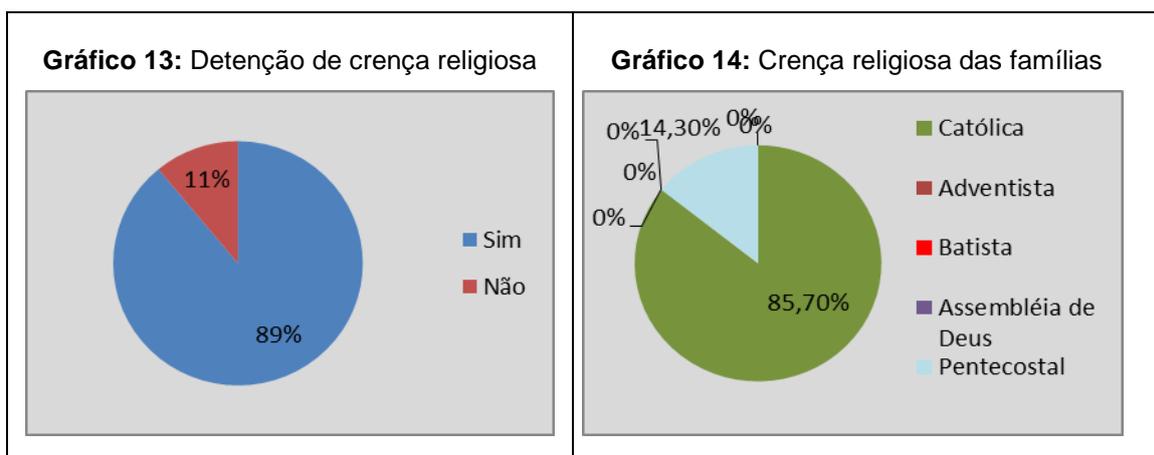
Fonte: REZENDE, 2015

A significativa participação das famílias na igreja (Figura 19) justifica-se por inúmeros fatores: pela reterritorialização do sagrado instituído socialmente nos locais de nascimento e socialização; pela necessidade de encontro fraternal e vivificação espiritual proporcionado pelos encontros religiosos; e pela realização de festas religiosas.



Figura 19: Igreja da RDS Igapó Açú.
Fonte: REZENDE, 2015.

Fraxe (2004) afirma que a Igreja Católica possuiu e possui um papel central nas comunidades rurais do Amazonas, por ser uma instituição política, cultural e social que se insere no cotidiano dos povos. A autora evidencia a importância da igreja na configuração socioespacial das comunidades e suas imbricações. A religião prevalente na RDS Igapó Açú é o catolicismo, representativo de 85,70% das famílias (Gráfico 14).



Fonte: REZENDE, 2015

A Comunidade São Sebastião do Igapó Açu possui diversos festejos religiosos, com destaque para a Festa de São Pedro, de São João, do Sagrado Coração de Jesus, e para a Festa dos Santos. As festas religiosas, além de ser vistas como momentos de diversão e de alimentação espiritual, são períodos de reafirmação cultural e reinvenção da tradição, pois corroboram por meio da socialização os elementos simbólicos produtores do cotidiano.

Dessa forma, na RDS Igapó Açu, as festas apresentam-se como manifestações culturais de afirmação das relações de vizinhança e dos laços de religiosidade¹⁵, que constituem as redes de sociabilidade¹⁶ formadoras de identidades e de topofilia. Além das festas religiosas, há festas temáticas, como a Festa do Tucunaré, conhecida em escala estadual, por congregar pessoas de diversos municípios do Amazonas. Observa-se que há festas na comunidade, como a Festa do Tucunaré destinada ao público externo e voltada ao turismo; e festas da comunidade, organizadas com vistas a atender os residentes, uma festa interna.

Segundo Perez (2002), as festas são rituais que ocorrem em diferentes sociedades, são atos simbólicos que evidenciam a organização social e a sociabilidade dos grupos sociais territorializados. Nos momentos festivos os espaços são ressignificados, de acordo com o público (externo ou interno) e com o que se deseja explicitar.

Assim sendo, as festas na RDS Igapó Açu representam o que Mauss (2003) denomina de *fato social total*, pois os rituais expressam todas as dimensões da vida (social, religiosa, cultural, econômica, estética, dentre outras) que constituem o sistema social em sua totalidade. As diferentes sociabilidades compõem o quadro festivo e lhe dão vida.

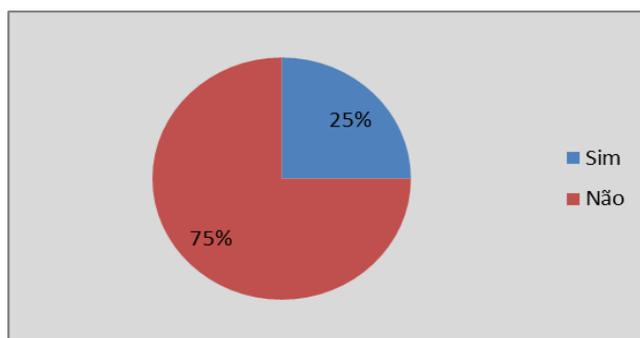
¹⁵ Para Durkheim (2003), a religiosidade é a subjetivação da religião, ou seja, a transcendência simbólica do sagrado a partir de sua função social.

¹⁶ Simmel (2006) afirma que a sociabilidade é resultante das múltiplas interações efêmeras das relações humanas que constituem as formas sociais. O conceito de sociabilidade adotado nesta dissertação está baseado nas assertivas de Simmel, para o qual a sociabilidade é um constante devir.

A compreensão das formas de organização social perpassa o âmago das sociabilidades, da socialização, das formas sociais, das ressignificações, dos significados, e dos sistemas simbólicos. Somente a partir da interação entre esses fatores, complementares e cômputos, que as formas de organização social podem ser tratadas claramente. Nas comunidades rurais, como é o caso da RDS Igapó Açú, essa interação é cada vez mais fortalecida e revelada, pela topofilia criada e estabelecida pelos grupos sociais.

A socialização quanto ao trabalho e a inserção nas atividades produtivas começam na infância. O Gráfico 15 mostra a divisão social do trabalho por idade, pode-se observar que 75% das famílias não dividem o trabalho por faixa etária, as crianças são inseridas nas atividades de trabalho logo na infância, porém em atividades com menor esforço físico.

Gráfico 15: Divisão social do trabalho por faixa etária



Fonte: REZENDE, 2015

A inserção das crianças nas atividades de pesca e agricultura objetiva a transferência dos conhecimentos tradicionais adquiridos e perpassados por meio da socialização intergeracional; o fortalecimento dos laços familiares; e o aprendizado das técnicas perceptivas de sensibilização das características dos ecossistemas os quais estão inseridos. Leal (2010), em seus estudos sobre a socialização em comunidades rurais, afirma que:

É nesse momento de reconhecimento da infância que se percebe que é a criança que perpetua o modo de vida. Que é ela ao aprender e ao reproduzir o aprendido que torna re-existente em sua geração aquele saber, aquele fazer, aquele modo de vida (p. 123).

Nesse contexto de perpetuação de valores e símbolos que se justifica a não distinção de faixa etária no trabalho na RDS Igapó Açu. Não há indisposição das crianças no processo de aprendizagem de atividades como caça, pesca e agricultura. A participação nessas atividades está cristalizada no imaginário¹⁷ social da comunidade, criador dos sistemas simbólicos.

Na RDS Igapó Açu há vários tipos de família: famílias díades nucleares, aquela em que os cônjuges não possuem filhos e nem parentesco em comum; famílias nucleares, com apenas um nível de descendência; e famílias extensas, com níveis de ascendência e descendência variados. Essa diversificação de tipos familiares justifica-se pela pluralidade de atores sociais que se deslocaram à UC no ápice do asfaltamento da BR-319.

Essas características são importantes para o entendimento da rede de articulação política que estabelece a governança ambiental, pois o modo como os atores sociais criam as relações de poder está intimamente relacionado com os sistemas simbólicos geradores dos sistemas sociopolíticos. Essa trama de relações e interações gera o governo da RDS Igapó Açu, a partir da manifestação do poder e de seus desdobramentos sociais e, conseqüentemente, territoriais.

2. GOVERNANÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

No tópico anterior, foram apresentadas as formas de organização social da RDS Igapó Açu e seus desdobramentos no ordenamento do território. A maioria dos trabalhos referentes à governança ambiental supervaloriza a dimensão política e econômica, deixando algumas lacunas epistemológicas, sobretudo relacionadas à ausência de tratamento sistêmico dos fenômenos e epifenômenos que se materializam por meio das relações de poder.

¹⁷ Para Castoriadis (1982), o imaginário, a partir da representação, estabelece os sistemas significantes e de significado que dão sentido às coisas. Constitui, assim, a gênese ontológica dos sistemas simbólicos e os precede.

Compreender a governança nesse contexto e preencher as lacunas existentes significa penetrar a raiz ontológica da rede de articulação política. Essa imersão teórica e empírica trouxe à tona para a análise, elementos díspares e similares, que interagem dialeticamente e configuram a governança ambiental em seus diferentes ângulos. O modo como cada sociedade se organiza e se institui como unidade social, varia no tempo e no espaço. Assim são os processos de territorialização via governança, se materializam em diferentes fraturas de tempo e em diferentes sociedades.

Uma rede política se estabelece por meio da interação entre distintos grupos sociais. O que confere coesão e reproduz essa rede são os sistemas de poder, criados e corroborados por meio dos sistemas simbólicos. As relações de poder são intrínsecas à vida em sociedade, seja na família, na escola, na igreja, no centro comunitário, em todas as esferas sociais. Segundo Foucault (2001) o poder, em si, não existe, o que existe são relações de poder:

[...] as relações entre indivíduos são, eu não diria antes de tudo, mas são em todo caso, também relações de poder. E eu creio que, se há algo de polêmico dentro disso que pude dizer ou escrever, é simplesmente isto. É que, tanto de um lado como do outro, eu creio, foi demasiadamente conduzido a não se ter em conta a existência destas relações de poder (p. 166).

Dessa forma, pode-se entender que as relações de poder permeiam o âmago de todos os aspectos da vida social. Na RDS Igapó Açu percebem-se essas relações e suas imbricações no ordenamento do território. Na Igreja a disposição espacial das pessoas e de seus respectivos grupos sociais expressam as relações de poder. Na família há hierarquias construídas e reproduzidas socialmente, por meio da proibição ou liberdade de certas atividades. Na escola estabelece-se a relação professor/alunos. Todas as relações humanas são permeadas pela congruência de poderes, socialmente construídos. As formas de organização social constituem-se a partir dessa miríade de relações.

As relações de poder são constantemente ignoradas e travestidas de invisibilidade para que os dominados não percebam a dominação, e para que os dominantes continuem exercendo o poder. Para Foucault (2001), o poder não parte de um centro, mas de pólos e extremidades, e não pode ser confundido com a noção de soberania¹⁸ e nem ser considerado a partir unicamente do ponto de vista estatal.

Pensar o poder somente pela referência e lógica do Estado significa desprezar o que o vivifica, que são as relações humanas. O poder é intrinsecamente necessário para a vida em sociedade, e como disse Foucault (1975), não há sociedades livres e isentas de relações de poder, muito pelo contrário, elas são produtos e produtoras imediatas dessas relações.

O modo como esse poder se materializa a partir dos seus pólos e extremidades configura o que se entende por governança. Essa rede de articulação política não existe somente do ponto de vista do Estado, devido às múltiplas formas de poder existentes na sociedade. Câmara (2003) publicou um importante trabalho sobre a governança no Brasil que ajudou e ajuda a pensar a governança sobre outras lógicas. O autor, mostrando a importância da Lei N° 6.938/91, que implementou a Política Nacional do Ambiente, afirma que:

Tal contexto político-institucional propiciou o estabelecimento de uma malha de instituições federais, estaduais e municipais voltadas para a gestão ambiental dos recursos naturais, ampliando o número de participantes nos processos decisórios. Quanto ao uso desses recursos, esta participação foi ampliada mais efetivamente ao se instituir a gestão participativa e ao se assegurar maior diversidade de atores sociais envolvidos no planejamento e gestão do uso de recursos naturais (p. 132).

Com base na assertiva acima, se observa a influência da Lei N° 6.938/91 na configuração de uma nova forma de ver e analisar a governança ambiental nacional, pautada na democratização do processo decisório e na

¹⁸ Segundo Kaplan e Katzenbach (1964), a soberania é uma autarquia superior que não se limita por nenhum poder secundário.

inserção da participação social na formulação das políticas públicas. A partir dessa promulgação os trabalhos voltados à governança no Brasil passaram a inserir novos elementos analíticos no tratamento das redes de articulação política.

A governabilidade, secundária, porém criadora e criada pela governança, também modificou-se devido ao aumento da inserção de atores sociais e de suas diferentes atuações. O governo, legalmente democratizou-se, em diferentes escalas. E, conseqüentemente, a governança sofreu uma significativa transformação, tanto em suas perspectivas teóricas, quanto em sua materialização.

No Capítulo 01, foram abordadas as condições que garantem e afirmam a governabilidade e o governo na RDS Igapó Açu. Este capítulo, Capítulo 02, trouxe à tona elementos pouco trabalhados no entendimento da governança ambiental no Brasil e no estado do Amazonas, como: as organizações sociais e as diferentes formas de poder. Entretanto, é necessário explicitar de que forma a governança ambiental se configura por meio dessas organizações, e como o poder se torna material a partir das relações sociais que lhe são intrínsecas. O fluxograma a seguir (Figura 20) evidencia essas interconexões.



Figura 20: Fluxograma da interconexão formadora da governança.
Fonte: REZENDE, 2015.

A governança resulta das relações de poder estabelecidas pelas relações humanas, via sistema simbólico. A interação entre os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos geram as diversas formas de organização social, criadoras da governança. Essa tríade formadora da rede de articulação política compõe-se de diversos elementos, e variam de acordo com a formação social na qual está inserida. Torna-se necessário, para fins de compreensão epistemológica, a historicização das organizações sociais para que a governança, em todas as suas esferas, seja entendida mais próxima de sua totalidade.

Atualmente a relação sociedade-Estado tem sido amplamente discutida, tanto em escala nacional, quanto em escala internacional. A razão da ampliação da discussão nessa temática deve-se à diminuição do desempenho do Estado quanto às suas funções básicas de garantia dos direitos sociais. As transformações ocorridas e ocorrentes na esfera estatal estão diretamente ligadas com o fenômeno da globalização¹⁹. Forjaz (2000) explicita a transformação do Estado, quando afirma que:

O fluxo contínuo do capital financeiro igualmente não respeita as fronteiras nacionais, e os Estados não têm mais condições de controlá-lo, assim como a rede global das comunicações está acima das possibilidades de gestão local. A informação e o dinheiro não têm pátria, assim como outras necessidades atuais exigem instituições globalizadas: é o caso das políticas de proteção ambiental que não podem se ater às fronteiras nacionais e exigem atuação em escala mundial. Se os neoliberais tendem a exagerar a perda de poder e autonomia que os Estados Nacionais vêm sofrendo, a esquerda tem muita dificuldade em aceitar e reconhecer a diminuição das funções estatais (p. 43).

Conforme observado, revela-se que o sistema econômico vigente tem obstado, em certos aspectos, o papel do Estado, devido à transfronteirização dos fluxos do capital e de suas ramificações. Entretanto, o próprio capitalismo, dialeticamente, tem fortalecido algumas esferas estatais, principalmente

¹⁹ Segundo Ianni (1996) a globalização é uma redefinição do mapa do mundo, que abre diferentes horizontes, perspectivas e formas de interpretar o presente, o passado e o futuro. Nesse sentido, a globalização penetra o imaginário social a partir das múltiplas relações, sejam elas sociais, políticas, econômicas, culturais, identitária.

voltadas à questão ambiental. Esse processo dialético explica-se pelas necessidades emergentes que o sistema econômico atual provoca nas sociedades, ora fortalecendo o papel do Estado, ora enfraquecendo esse papel.

Apesar da influência marcante do sistema econômico em sua configuração, o Estado Nacional continua sendo o principal ator, pela soberania que lhe é intrínseca e pela autonomia nos processos de tomada de decisão. Porém, novos atores têm emergido e exercido poder no âmbito da globalização, ampliando a rede de articulação política que configura a governança e fortalecendo os níveis de poder em escala infranacional. Villa (1994), apresenta o aparecimento de atores extra-estatais nas questões ambientais, e assegura que:

Para as relações internacionais, o advento da problemática ambiental seria meramente episódico se seus efeitos, em nível nacional e global, não afetassem as relações de poder entre os Estados. Mas afetam. As interações globais, que envolvem a questão ambiental, fizeram com que algumas funções tradicionais do Estado (segurança, administração da economia, comunicações, etc.) deixassem de ser tratadas nos marcos reduzidos das relações bilaterais ou multilaterais estatais. Depois, o caráter sistêmico do fenômeno e a permeabilidade das fronteiras nacionais fizeram o Estado começar a considerar a possibilidade de ampliar o conceito de segurança, tradicionalmente limitado à questão das barganhas militares, e, desde a década de 70, voltado também para os fatores econômico-tecnológicos. O elemento ecológico veio, então, incorporar-se à definição de segurança (p. 14).

A segurança, enquanto instrumento de análise das questões ambientais, remete a novos patamares, distantes do poder unilateral dos Estados Nacionais. Hobsbawn (1995) e Held (1995), conscientes das transformações estatais modernas, demonstram preocupações com a noção de segurança nacional e internacional. Para esses autores, esses mecanismos emergentes de controle global têm modificado os fundamentos da governança ambiental na atualidade, deslocando o interesse de uma governança democrática para uma governança cosmopolita.

Os riscos e impactos recentes dos problemas ambientais têm levantado cada vez mais discussões sobre a governança ambiental. Segundo Giddens (1997), os riscos globais resultam do processo de modernização pelo qual passou o mundo, com consequências e impactos positivos e negativos para a sociedade envolvida. Cohen (2003) adverte que a natureza transnacional desses riscos leva a transnacionalização das possíveis soluções dos problemas ambientais.

O surgimento dos novos atores sociais ocorre não somente pelos interesses do liberalismo, mas também como estratégia de flexibilização e participação social nas políticas públicas voltadas aos problemas ambientais. Assim sendo, a governança ambiental passar a ser o principal foco dos organismos internacionais, devido à centralização que estabelece junto à rede de articulação política das áreas com significativa concentração de biodiversidade.

Dessa forma há, dialeticamente, um movimento em busca da governança democrática, e, paralelamente, um movimento afirmador de uma governança cosmopolita. Na RDS Igapó Açu, o tipo de governança predominante é a governança democrática, visto a participação efetiva de diferentes atores sociais, mesmo frente às relações conflituosas. O Conselho Gestor tem sido um instrumento importante na atenuação desses conflitos e na corroboração dessa governança democrática, na medida em que condensa distintos interesses e atores sociais.

As principais decisões tomadas são anteriormente colocadas em discussão nas reuniões trimestrais do Conselho Gestor, uma forma de mitigar conflitos e democratizar o poder. Apesar da natureza do Conselho ser de caráter consultivo, as deliberações têm sido participativas, com forte atuação dos representantes da sociedade civil.

A governança estabelecida apresenta-se como uma espécie de fusão entre as formas específicas de materialização do poder. Novos atores sociais emergem e ganham espaço na rede política em âmbito nacional, internacional

e local. As escalas se entrecruzam, e conformam a governança ambiental, em suas múltiplas dimensões.

Os constructos da vida social, elencados e explicitados anteriormente, fundamentam a governança, porém ela constitui-se por outros elementos, que extrapolam a fronteira do local. As organizações sociais configuram a governança local, porém, a governança ambiental transcende o nível analítico referente ao lugar. A completude da análise deve considerar esse entrecruzamento de escalas e de temporalidades específicas.

É imprescindível, para prosseguir com clareza a análise e o movimento das ideias, reiterar alguns elementos importantes. A governança ambiental é formada pela interação entre a governabilidade e o governo, produzida via sistema simbólico e materializada no sistema sociopolítico. As escalas de atuação da governança ambiental transcendem as fronteiras do Estado Nacional, pela característica transcendente dos fatores relacionados à governabilidade.

Assim sendo, há uma fusão de temporalidades, criadas e criadoras da territorialidade, por meio da ação dos diferentes grupos sociais. Essa territorialidade expressa a governança ambiental, pois traduz territorialmente as práticas cotidianas de uso e ocupação do território. Por conseguinte, para compreender a governança ambiental na RDS Igapó Açu, a partir da análise dos dados coletados, foi necessário analisar vários fatores, indicados no caminho da pesquisa: os sistemas simbólicos, os sistemas sociopolíticos, o território, as territorialidades, temporalidades, as transcendências escalares (transescalar²⁰), as relações de poder, as formas de organização social, o governo, a governabilidade, dentre outros.

Por fim, pode-se afirmar que a governança ambiental na RDS Igapó Açu perpassa o âmago dos fatores supracitados. As organizações sociais exercem um papel fundamental na escala infra da governança, pois por meio

²⁰ Cano (2000) afirma que o tratamento transescalar dos fenômenos tornou-se uma necessidade analítica moderna, resultante da complexidade das dimensões espaciais e de suas ramificações.

das relações de poder materializam os sistemas sociopolíticos e as territorialidades. O Conselho Gestor, em escala macro, torna a governança democrática, na medida em que democratiza o processo decisório com a participação dos diferentes atores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos indicados pela pesquisa conduzem a análise da governança ambiental para novos traçados, anteriormente não previsíveis. A ressignificação do conceito de governança ambiental foi o foco deste capítulo. A governança estabelece-se a partir de inúmeros elementos: governabilidade, governo, relações de poder, territorialidades, temporalidades, sistemas simbólicos, sistemas sociopolíticos, formas de organização social, escalas, dentre outros.

A governabilidade apresenta-se como o conjunto de condições necessárias para o desenvolvimento do governo, elemento conformador da governança. As relações de poder apresentam-se como a característica básica que estabelece as formas de organização social. Os sistemas simbólicos, criados pelo imaginário social, formam os sistemas sociopolíticos, que são a expressão material da governança. As temporalidades distintas configuram as territorialidades, que são as práticas sociais objetivadas via subjetividade. Todos esses elementos, simétricos e dissimétricos, geram e corroboram, dialeticamente, a governança ambiental.

Essa governança ambiental transcende as fronteiras dos Estados Nacionais, e necessita de um tratamento transescalar dos fenômenos e epifenômenos sociais. Essa transcendência justifica-se pela significativa abrangência da governabilidade, que é conduzida por atores sociais de diversas partes do mundo. Além da escala internacional, explicada acima, destaca-se a importância e os impactos da escala nacional no contexto local, como a promulgação da Lei Nº 6.938/91, que corroborou a Política Nacional do Meio Ambiente, e disseminou importantes políticas públicas para as UC do Brasil, e em especial para as da Amazônia Brasileira.

Doravante, a governança ambiental constitui-se via transescalar. Em micro escala forma-se por meio da interação entre os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos. Em macro escala, condensa os diferentes elementos formadores da governabilidade e das políticas públicas. As formas

de organização social fundamentam-se a partir de elementos transescalares, por isso a governança ambiental é transescalar.

Vários são os fatores que contribuíram para o estabelecimento atual da governança ambiental na RDS Igapó Açu: a existência da BR-319, o deslocamento populacional por meio de incentivos estatais, o anseio pela constituição familiar em locais com abundância de recursos naturais, dentre outros fatores. Esses foram os principais elementos históricos que consolidaram o atual sistema sociopolítico da UC.

A significativa concentração populacional advinda de outros municípios (78%) conferiu e confere um ordenamento territorial específico à RDS Igapó Açu, visto que os atores sociais tendem a reproduzir territorialmente os espaços vivenciados em seus locais anteriores de vivência. Os ecletismos das roças, das escolhas das áreas de pesca, do gosto pelas diferentes formas de lazer, conduzem a análise da governança cada vez mais para as formas de organização social.

A família exerce, nesse contexto, forte influência na continuidade do modo de vida pautado na sustentabilidade ambiental, pois a partir da reprodução cultural, insere as crianças na lógica simbólica das práticas sociais cotidianas, configurando assim a territorialidade, importante elemento analítico para a compreensão da governança. Aliado à família, a igreja emerge como a organização social mais ativa na RDS Igapó Açu, com participação de 43% das famílias.

As festas *da* comunidade e *na* comunidade são momentos cruciais de observação da organização da governança. Elas evidenciam e fortalecem os sistemas simbólicos e demonstram substancialmente as relações de poder existentes e seus desdobramentos territoriais. Dessa forma, os festejos exercem função imprescindível na materialização da governança, em suas múltiplas escalas, e na reafirmação cultural e reinvenção da tradição.

A governança ambiental na RDS Igapó Açu é uma governança democrática, que, a partir do Conselho Gestor, incrementa a participação de

diferentes atores sociais, com diferentes pontos de vista e interesses. Ao invés de uma governança cosmopolita, o que estabelece-se é uma forma democrática de governação dos processos de tomada de decisão. Porém governar diferencia-se de gerir. Assim sendo, torna-se necessário explicitar de que forma se exerce a gestão territorial na RDS Igapó Açu.

O entendimento da gestão do território é imprescindível, pois evidencia os atores sociais centrais na rede de articulação política. Essas questões serão elucidadas no Capítulo 03, que apresenta o exercício da gestão territorial na RDS Igapó Açu, a partir dos elementos positivos e negativos identificados. Portanto, o Capítulo 03 retrata as circunstâncias estabelecedoras da gestão territorial e seus desdobramentos na configuração da governança.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **O futuro dura muito tempo**. Paris: Editora Companhia das Letras, 1992.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n° 46, p. 125-146, 2013.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COHEN, Jean. **Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias**. Dados, Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 3, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. São Paulo: Editora Pioneira, 1967.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Globalização e Crise do Estado Nacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 02, p. 38-50, 2000.

FRAXE, T.J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FOUCAULT, Michel. **L'herméneutique du sujet cours au Collège de France**. Paris: Gallimard, 2001.

_____ **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Editora Estampa, (1977).

GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova desordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____; LIMONAD, Ester. O território em tempos de Globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

HAWKING, S; MLODINOW, L. **Uma nova história do tempo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

HELD, David. **Democracy and the global order**: from the modern State to cosmopolitan governance. Stanford: University Press, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. 5 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

KAPLAN, Morton; KATZENBACH, Nicholas. **Fundamentos Políticos do Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

LEAL, Alessandra. Olhar o ser, ver o acontecer: socialização e comunidade. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 34, p. 123-130, 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca das sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PEREZ, Lea Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Carlos Nunes. O sistema de gestão do território em Portugal. **Revista de Ação Regional e Local**, FAQ, Lisboa, XIV (74), p. 21-35, 2000.

SILVA, Andréa Leme da. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, 2011.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOBREIRO, Thaissa; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. **Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro**. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia: conceitos e temas**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THIOLLENT, Michel J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

VILLA, Rafael Duarte. Segurança internacional: novos atores e ampliação da agenda. **Revista de Cultura e Política**, v. 02, n. 34, 1994.

CAPÍTULO III - AS IMBRICAÇÕES DA GESTÃO TERRITORIAL NA GOVERNANÇA DA RDS IGAPÓ AÇU

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.

Arthur Schopenhauer

INTRODUÇÃO

O Capítulo 01 apresentou a configuração da rede de articulação política que consolida a governança ambiental na RDS Igapó Açu, a partir da interação entre os diversos atores sociais existentes e atuantes. O Capítulo 02 evidenciou as formas de organização social e seus desdobramentos na governança da UC, por meio do entendimento da territorialidade. O Capítulo 03, diferentemente dos anteriores, situará a governança em decorrência do processo de gestão territorial, que é o *modus operandi* da rede de articulação política.

Dessa forma, este capítulo descortina o processo de gestão territorial com vistas a elucidar os processos de tomada de decisão a partir da governança estabelecida. Para compreender essa gestão territorial, foi utilizada a Matriz FOFA (acrônimo), instrumento metodológico específico, que permite a análise das fortalezas, oportunidades, fraquezas, e ameaças de uma unidade territorial. Os dados foram sistematizados em quadros, representativos dos elementos elencados nas oficinas realizadas durante o trabalho de campo. Além disso, foram aplicados formulários e realizadas entrevistas abertas com os atores sociais envolvidos.

Atualmente, há uma profunda descaracterização da gestão territorial, ora confundindo-a com gestão ambiental, ora sinonimizando-a de governança. Apesar da linha tênue entre esses três elementos analíticos, há diferenças marcantes, que permeiam o entendimento e a materialização nas diversas temáticas. Cançado et al (2013), a partir da crescente discussão acerca da gestão e da governança, mostrou as intersecções e as especificidades teórico-práticas desses elementos.

Após a divulgação de diversos trabalhos de diferenciação desses elementos, com destaque para o artigo de Cançado (2013), as pesquisas têm sido mais cautelosas, examinando com profundidade as similaridades e dissimilaridades entre a gestão territorial e a governança. Nessa dissertação, a gestão territorial será trabalhada como o processo de gerenciamento e administração do território e como desdobramento físico e processual da governança, em suas múltiplas dimensões. Assim sendo, a gestão do território refere-se ao *modus operandi* da rede de articulação política existente em uma unidade territorial.

O objetivo deste capítulo é, portanto, descrever e analisar as fragilidades e potencialidades da gestão territorial na RDS Igapó Açu decorrentes da governança. A importância de destacar os pontos negativos e positivos dessa gestão deve-se à evidência que eles induzem às diferentes ramificações da rede de articulação política, além disso, refletem a centralidade e a tessitura da governança. Para isso, foi analisada a relação estabelecida entre o chefe da UC e os residentes, e a participação desses atores sociais na criação, desenvolvimento e gestão da RDS Igapó Açu.

As relações de poder e as ações advindas dessas relações firmaram e firmam a gestão territorial da RDS Igapó Açu, constituindo, concomitantemente, projetos ambientais de sucesso e conflitos. Essas relações antagônicas que ocorrem em várias unidades de conservação no Amazonas, por meio de diferentes fatores, devem ser compreendidas, na medida em que expressam hierarquias e relações de poder no processo de gerenciamento do território.

1. GESTÃO TERRITORIAL E GOVERNANÇA: ASSIMETRIAS E NUANCES

Todo e qualquer espaço delimitado a partir de relações de poder, torna-se um território. A gestão que se faz desses espaços delimitados envolve diversos fatores, complementares, díspares e cônjuges, dialeticamente envolvidos e produzidos. Entretanto, é necessário diferenciar a gestão territorial da gestão ambiental, para fins de compreensão e elucidação

analítica. Vários autores trabalham essa diferenciação, com destaque para Barretto Filho e Correia (2009).

O debate emergente sobre gestão territorial e gestão ambiental tem sido amplamente reiterado no âmbito da academia, devido às diferentes concepções acerca do assunto e de seus desdobramentos (BARRETTO-FILHO e CORREIA, 2009). Dallabrida et al (2013), afirmam que a gestão territorial:

refere-se aos processos de tomada de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais de um determinado âmbito espacial, sobre a apropriação e uso dos territórios, com vistas à definição de estratégias de desenvolvimento (p. 02).

Pode-se compreender, assim, que os processos de tomada de decisão caracterizam a gestão territorial, por meio do planejamento e da apropriação dos diferentes espaços delimitados. Mafra e Silva (2004) inserem novos elementos no entendimento da gestão territorial, a partir das atividades produtivas e de suas diferentes formas de utilização pelos atores sociais implexos.

Para Ladwig e Schwalm (2014) a gestão territorial constitui-se pelas estratégias de planejamento das decisões e das consequências dessas deliberações no ordenamento do território. Para Sousa (2012) constitui-se num mote de articulação de elementos que objetivam a proteção territorial, visando à reprodução física, social e cultural dos povos que habitam esses territórios geridos.

Dessa forma, pode-se perceber que há diversas concepções acerca da gestão territorial, entretanto, são concepções complementares, que ora destacam com ênfase os fatores de proteção do território, em outros momentos as atividades produtivas, os processos de tomada de decisão, dentre outros fatores. Desse modo, a gestão territorial contempla todos esses componentes, logo, perpassa o campo teórico de todos os autores supracitados.

A gestão ambiental emerge paralelamente à gestão territorial, porém é consideravelmente mais ampla. Refere-se à constelação de ações que objetivam o uso racional dos recursos naturais, é um processo de gerenciamento que condensa desenvolvimento e conservação.

Para Nascimento (2012) a gestão ambiental pública centra-se e organiza-se a partir do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que se constitui por um órgão superior, o Conselho de Governo; por um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), por um órgão central, o Ministério do Meio Ambiente (MMA); por um órgão executor, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); e por órgãos setoriais, seccionais e locais.

Assim, devido à diversidade de esferas, escalas e atores sociais envolvidos, optou-se por analisar a gestão territorial da RDS Igapó Açu, visto a abrangência da gestão ambiental e o tempo estabelecido para a execução da dissertação, face aos outros objetivos anteriormente prescritos. Reiterando que, entende-se por gestão territorial, o *modus operandi* da rede de articulação política face aos processos de tomada de decisão.

1.1. Fundamentos jurídicos e diretrizes da gestão territorial na RDS Igapó Açu

As Unidades de Conservação estaduais apresentam um instrumento jurídico oficial de planejamento e gestão territorial, os Planos de Gestão, que são documentos que regem e estabelecem normas de uso e ocupação do território protegido. Segundo o *Roteiro para a Elaboração de Planos de Gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas*, construído pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2006), o planejamento das UC Estaduais do Amazonas:

É um meio indispensável para que os objetivos da conservação sejam assegurados no longo prazo com eficiência e eficácia. Mediante o planejamento da unidade, identificam-se os objetivos e resultados que se pretende alcançar, estabelece-se o zoneamento da área e são definidas as

atividades que devem ser executadas para atingir aqueles objetivos e resultados (SDS, 2006, p.15).

Desse modo, os Planos de Gestão seguem algumas etapas até a realização de sua aprovação por parte do comitê responsável. Primeiramente é feito a organização dos elementos constituintes do Plano de Gestão, em seguida é feito o diagnóstico da Unidade de Conservação, posteriormente uma análise é construída que dá origem a uma avaliação estratégica da informação adquirida, para que diretrizes possam ser criadas e desenvolvidas.

Os Planos de Gestão firmam os objetivos gerais da UC, as normas e o zoneamento do território. Segundo o Artigo 33 da Lei Complementar nº53, promulgada em 04 de julho de 2007, em ligação com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC):

§ 1.º - São características obrigatórias do Plano de Gestão:

I - abranger a área da Unidade de Conservação, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos, quando houver, incluindo medidas com o objetivo de promover sua integração à realidade econômica e social do entorno, definindo prioridades de pesquisa, as ameaças e riscos, a estratégia de relacionamento com a comunidade tradicional e população usuária, bem como o sistema de gestão administrativa da Unidade;

II - ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar e deverá estar embasado no conhecimento do meio biótico, abiótico e nas características socioeconômicas e culturais locais, integrando o conhecimento das comunidades;

III - considerar as particularidades de cada Unidade e as ações emergenciais, devendo conter diretrizes de cunho jurídico, fundiário, administrativo, ambiental e de atividades socioeconômico-culturais no âmbito dos seus programas de manejo, adequadas a cada categoria, bem como ao seu zoneamento;

IV - em sua elaboração, atualização e implementação, será assegurada a ampla participação popular dos diferentes segmentos sociais, devendo o mesmo ter ampla publicidade em linguagem adequada e acessível a toda a população interessada.

Assim sendo, pode-se observar que o Plano de Gestão é o principal instrumento de auxílio à gestão de uma UC. Na RDS Igapó Açú este instrumento foi elaborado a partir de várias etapas. As primeiras reuniões para a discussão e construção do Plano de Gestão ocorreram em 2013, se estendendo até 2014 (Quadro 01).

Quadro 1: Reuniões para discussão e elaboração do Plano de Gestão da RDS Igapó Açú

TIPO DE REUNIÃO	DATA
Reunião de planejamento	02/01/2013
Reunião de esclarecimentos das etapas e fase para o atendimento das metas	11/01/2013
Reunião de alinhamento do programa de Implementação das UC da BR- 319	07/02/2013
Reunião de articulação de atividades conjugadas	09/04/2013
Reunião de apresentação e discussão do formulário socioeconômico	23/01/2013
Reunião planejamento técnico da coordenação	24/01/2013
Reunião planejamento técnico da coordenação	30/01/2013
Reunião de discussão logística sobre as viagens	31/01/2013
Reunião de definição metodológica do Mapeamento Participativo dos Usos dos Recursos Naturais	20/02/2013

Reunião de fluxo de informação	25/02/2013
Reunião de levantamentos de dados e identificação de lacunas	09/04/2013
Primeira Reunião de Planejamento da Expedição de Igapó Açu	17/04/2013
Segunda Reunião de Planejamento da Expedição de Igapó Açu	07/05/2013
Reunião de Nivelamento das Equipes da Expedição de Igapó Açu	17/05/2013
Reunião de Planejamento de Expedições das Equipes: Conselho Gestor, Mapeamento Participativo e Agente Ambiental Voluntário na RDS Igapó Açu	04/07/2013
Apresentação do PIUC 319	31/07/2013
Reunião de nivelamento do andamento do projeto PIUC 319	21/11/2013
Reunião do andamento do projeto PIUC 319	13/12/2013
Reunião de planejamento das Consultas Públicas	14/01/2014
Reunião de alinhamento entre o PIUC 319 com o CEUC/SDS	17/01/2014

Fonte: SDS, 2014
Org. REZENDE, 2015

Conforme evidenciado no quadro acima, observa-se o planejamento e construção do Plano de Gestão da RDS Igapó Açu e as respectivas datas de realização. As reuniões de planejamento iniciaram em janeiro de 2013, entretanto, o ano de criação da UC foi em 2009, por meio do Decreto N° 28.420. Após a criação da UC e antes da implementação do Plano de Gestão, ocorreram algumas transformações importantes, com vistas à gestão territorial, com destaque para o planejamento de insumos centrados no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

O ARPA é um programa criado pelo Governo Federal, coordenado pelo MMA, a partir dos recursos financeiros do *Global Environment Facility* (GEF), e gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Possui diversas políticas voltadas à conservação. Na RDS Igapó Açu atua por meio do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), e promove a articulação entre as diversas esferas da sociedade com o intuito de promover e fortalecer a conservação da biodiversidade.

Este programa tem fornecido os recursos financeiros necessários para a gestão efetiva da RDS Igapó Açu, visto a carência de incentivos financeiros efetivados pelo Estado do Amazonas. Desta forma, o ARPA tem sido o principal programa de auxílio à gestão, na medida em que torna possíveis as ações voltadas à conservação ecossistêmica, previstas e consolidadas no Plano de Gestão.

O Plano de Gestão, principal instrumento de auxílio às ações na UC, efetiva a gestão territorial, a partir das normas estabelecidas e das restrições legais acordadas nas reuniões participativas. Assim sendo, observa-se a influência e as imbricações dos fundamentos jurídicos na gestão do território, por meio da legitimação do uso e do zoneamento das parcelas do espaço.

Dessa forma, a gestão territorial da RDS Igapó Açu centra-se no exercício das ações do chefe da UC e do Conselho Gestor. As atribuições do gestor da UC são: gerenciamento e administração do escritório; manutenção dos equipamentos e da infraestrutura da UC; interação e articulação com os atores sociais envolvidos na gestão da UC; monitoramento das atividades no contexto das parcerias; organização e execução de reuniões participativas e da logística para as ações da UC; acompanhamento de toda e qualquer ação realizada na UC; divulgação das políticas ambientais desenvolvidas na UC nos municípios envolvidos; e a presidência do Conselho Deliberativo, quando necessário. Segundo o Decreto N°4.340, de 22 de agosto de 2002, as atribuições do Conselho Gestor são:

1. *elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;*

2. *acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;*
3. *buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;*
4. *esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;*
5. *avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;*
6. *opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;*
7. *acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;*
8. *manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;*
9. *propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.*

Após a leitura do Decreto N°4.340, pode-se observar a abrangência de atuação do Conselho Gestor nas atividades e no planejamento das ações a serem realizadas na UC. O Conselho Gestor das UC do Amazonas foram criados pela Lei N° 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e inseriu outras providências, sendo a de destaque significativo o firmamento e instituição dos conselhos consultivos e deliberativos em UC (IMAZON, 2010). Os Conselhos foram criados objetivando a inserção social no processo de planejamento e execução das UC, e tem como função central subsidiar os gestores das unidades na tomada de decisão e nas ações realizadas tanto na UC como nas áreas de entorno.

O Conselho é constituído por representantes dos órgãos públicos, de empresas e da sociedade civil, e é por meio desse espaço dialógico que inúmeros resultados satisfatórios se configuraram e se configuram, devido à inserção social dos atores sociais envolvidos nas políticas ambientais do estado do Amazonas. Assim sendo, a criação dos Conselhos Gestores ampliou a rede de relações e dos fluxos comunicacionais, favorecendo e

fortalecendo a organização social dos povos tradicionais, por meio da troca de saberes.

Entende-se, assim, que a gestão territorial perpassa o âmago do Conselho Gestor e da atuação do chefe de UC, na medida em que o processo de tomada de decisão corrobora-se a por meio da congruência entre esses dois atores sociais. Evidencia-se, assim, a necessidade de aprofundamento da análise da relação estabelecida entre esses atores sociais e os povos residentes na RDS Igapó Açú.

2. Fragilidades e potencialidades da gestão territorial da RDS Igapó Açú

Compreendidos os fundamentos jurídicos da gestão territorial da RDS Igapó Açú, torna-se possível analisar as fragilidades e potencialidades dessa gestão e seus desdobramentos. A principal metodologia utilizada para esse processo analítico, conforme prescrito na introdução foi a Matriz F.O.F.A. Cabe reiterar que essa matriz constitui-se por quatro grandes dimensões que perpassam o âmago da gestão territorial: fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças. As fortalezas e fraquezas são os fatores internos ao órgão gestor e à UC, são os pontos positivos e negativos identificados. As ameaças são os fatores externos que, na atualidade, escapam da governabilidade e do governo; e as oportunidades podem ser tanto fatores internos como fatores externos almejados no futuro pelos residentes da UC.

O conflito existente entre a Comunidade São Sebastião do Igapó Açú e a Comunidade Nova Geração não comprometeu o desenvolvimento da Matriz F.O.F.A. Os residentes das duas comunidades participaram efetivamente da construção da matriz, entrando em consenso sobre os elementos elencados. Após a explicação da importância dessa metodologia e de como executá-la (Figura 21), os residentes debateram sobre os principais problemas e benefícios advindos da criação da UC.



Figura 21: Explicação da Matriz F.O.F.A. na oficina realizada com os residentes.
Fonte: COSTA, 2015.

Após o entendimento do objetivo da matriz, foram distribuídas tarjetas de cores diferentes, correspondentes aos elementos que se pretendia identificar. Dessa forma, os residentes começaram a elencar as fortalezas, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças, existentes na RDS Igapó Açú. A execução da oficina contou com o apoio de mais três pesquisadoras da Universidade Federal do Amazonas, dos cursos de mestrado e doutorado acadêmico.

As tarjetas foram coladas no painel feito com folhas de papel 4A0, dispostas na parede do Chapéu de Palha da comunidade. A disposição do painel objetivou a melhor visualização das tarjetas pelos residentes da UC, visto o elevado número de pessoas na oficina de construção da matriz. Após o término da metodologia, foi realizada uma discussão sobre os principais elementos elencados (Figura 22 e 23).



Figura 22: Sistematização dos elementos elencados no painel.
Fonte: REZENDE, 2015.



Figura 23: Discussão dos elementos elencados.
Fonte: REZENDE, 2015.

A BR-319 foi o fator, identificado nas discussões e na matriz, principal e consolidante das oportunidades, das fraquezas, e das ameaças. Bandeira e Floriano (2004) explicam a pluralidade de visões a respeito da criação e pavimentação das estradas, e afirmam que há variáveis positivas, como o transporte de pessoas e mercadorias, e variáveis negativas, como a inserção de circunstâncias propícias de incentivo à migração e ao desflorestamento. Esses autores destacam a importância da gestão territorial a partir do entendimento dessas particularidades neofílicas produzidas pelas rodovias.

Assim sendo, observa-se que a existência de modais rodoviários tem sido uma estratégia de desenvolvimento econômico utilizada pela Amazônia, na medida em que viabiliza um melhor escoamento da produção, fortalecendo a cadeia produtiva a partir da interligação direta entre os produtores e os consumidores. A agricultura familiar de áreas distantes dos centros urbanos passa a ter visibilidade direta com a construção de estradas, eliminando, em alguns casos, a figura do atravessador.

Na RDS Igapó Açu esse fato evidencia-se consideravelmente, e divide opiniões quanto aos impactos gerados, sejam eles positivos e/ou negativos. O transporte emerge, nesse sentido, como um fator transversal destacado na matriz, a partir da discussão da repavimentação da BR-319. Como

consequência dessa transversalidade, a gestão territorial passou a ser amplamente discutida pelos residentes durante a oficina, pois as oportunidades e ameaças destacadas da BR-319 estão intimamente ligadas com as normas estipuladas e com a gestão do território.

Optou-se, para fins analíticos, que cada elemento constituinte da Matriz F.O.F.A. fosse analisado passo a passo. O último tópico, que abará a relação e interação entre a gestão territorial e a governança, elucidará o processo interacional e interagente entre os elementos da matriz. Os resultados serão apresentados, respectivamente, e conduzidos a uma análise abrangente para que os fatores identificados possam ser elucidados de forma profícua.

2.1. Fortalezas e fraquezas

Na Matriz F.O.F.A. os fatores internos à comunidade são referentes às fortalezas e às fraquezas. Esses fatores, materializados internamente, ocorrem na comunidade, e não dependem, necessariamente, dos fatores externos. A observação desses fatores propiciou e propicia o entendimento da RDS Igapó Açu a partir de suas múltiplas particularidades. O quadro 02 apresenta essas singularidades por meio das fortalezas existentes na UC.

Quadro 2: Fortalezas identificadas na RDS Igapó Açu

PONTOS POSITIVOS INTERNOS À COMUNIDADE (FORTALEZAS)
Infraestrutura suficiente (educação, turismo);
Transporte de pessoas via BR-319;
Fortalecimento das organizações sociais;
Abundância de recursos naturais;
União entre os residentes;

Mais apoio financeiro à conservação ambiental;
Comunicação com outros municípios;
Manejo participativo dos quelônios (Projeto Pé-de-Pincha);
Inibição da entrada de madeireiros e pescadores comerciais;
Ambiente classificado como tranquilo e saudável pelos residentes;

Fonte: REZENDE, 2015

Um dos pontos destacados pelos residentes como positivo refere-se à infraestrutura referente à educação e ao turismo. As comunidades se sentem preparadas para desenvolver as atividades turísticas, nas festas temáticas e no dia-a-dia. Segundo entrevistas realizadas:

A gente quer desenvolver o turismo, vai ser bom pra nossa comunidade, só que a gente precisa que a estrada seja boa, senão não vai. Mas mesmo com todos os problemas tá vindo muita gente, principalmente pra Festa do Tucunaré, e a gente tá conseguindo fazer tudo direitinho (Entrevistado 03 D. S. D, 42 anos).

A partir da fala acima e das discussões por meio da matriz F. O. F. A., outro ponto benéfico destacado foi o transporte de pessoas pela BR-319. Apesar das críticas voltadas ao impedimento ou autorização da repavimentação da rodovia, a BR-319 continua sendo o principal modal que permite a circulação dos residentes aos outros municípios.

O fortalecimento das organizações sociais foi outro fator elencado como uma fortaleza na RDS Igapó Açu, visto o desenvolvimento da ASSAM e os benefícios concedidos a partir da atuação dessa associação. Além desses elementos, a abundância de recursos naturais, sobretudo pesqueiros, foi destacada também como fortaleza. Apesar do conflito existente entre a Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e a Comunidade Nova Geração, a

união entre os residentes foi realçada substancialmente, porém entre moradores da mesma comunidade.

Os residentes afirmaram que as comunidades receberam maior apoio financeiro para a realização de atividades voltadas à conservação ambiental, mostrando a importância da implementação da UC para as comunidades e corroborando os objetivos previstos em sua institucionalização. A comunicação com outros municípios, outra fortaleza elencada, melhorou após a intervenção da chefe da UC, que executa as questões logísticas quando necessárias à alguma atividade importante para a RDS Igapó Açu.

O Projeto Pé-de-Pincha foi citado entre as fortalezas da RDS, na medida em que propõe e executa o manejo participativo dos quelônios. Um trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas que obteve e obtém êxito, pois aumentou significativamente o número de quelônios nas comunidades.

A RDS Igapó Açu é percebida pelos residentes como um ambiente tranquilo e saudável, fornecedor do fundamento necessário para a reprodução social. A implementação e configuração da UC trouxeram inúmeros benefícios, como visto anteriormente, e inibiu a entrada de madeireiros e pescadores comerciais externos às comunidades, como se pode observar na entrevista abaixo:

Aqui é um lugar muito bom pra se viver, não tem bagunça como na cidade, é tranquilo. Os menino pode brincar na rua, sem ter medo de nada. Antes (da criação da UC) os peixe tavam acabando, pra gente caçar alguma coisa já tava difícil. Hoje (depois da criação da UC) depois que começou a ficar difícil o pessoal de fora vir, começou a ficar muito a caça. A gente vai alí no quintal e pega uma paca, antes não era fácil assim não (Entrevistado 04, T. A. S, 67 anos).

Dessa forma, observam-se os inúmeros benefícios proporcionados pela criação da UC, evidenciando a importância dessa política ambiental na gestão do território e na configuração da governança, em diferentes níveis, escalas e temporalidades. Porém, toda e qualquer política de cunho ambiental

requer tempo para ser socialmente aceita e para efetivar resultados satisfatórios a todos os atores sociais envolvidos. Nesse sentido, o quadro abaixo mostra as fraquezas da RDS Igapó Açu, identificadas pelos residentes.

Quadro 3: Fraquezas identificadas na RDS Igapó Açu

PONTOS NEGATIVOS INTERNOS À COMUNIDADE (FRAQUEZAS)
Conflitos entre as comunidades por exploração dos recursos naturais;
Ausência de atuação local dos órgãos do governo;
Conflitos entre pescadores comerciais e os residentes;
Caça e pesca ilegal por meio do acesso pela BR-319;
Ausência de transporte para a comercialização dos produtos da agricultura familiar;
Ruídos na comunicação entre a Comunidade Nova Geração e a chefe da UC;
Ausência de apoio à agricultura;
Inexistência de planejamento para o desenvolvimento do turismo;

Fonte: REZENDE, 2015

A principal fraqueza identificada pelos residentes foi o conflito entre as comunidades por exploração dos recursos naturais. Essa relação conflituosa, explicitada no Capítulo 01, conferiu e confere o ordenamento territorial da RDS Igapó Açu, na medida em que organiza os objetos espaciais a partir das espacialidades existentes e das relações conflituosas traçadas. Além desse fator, a ausência de atuação dos órgãos do governo dificulta o

desenvolvimento local, devido à omissão de apoio voltado à agricultura, sobretudo ao transporte dos produtos da agricultura familiar.

Outro conflito existente nas comunidades corrobora-se a partir das relações de interesse antagônicas entre os pescadores comerciais e os residentes. Há um profundo descontentamento advindo da invasão das áreas de pesca por pessoas externas às comunidades. As invasões e suas consequências, como a caça e a pesca ilegal, são facilitadas pelo acesso à UC pela BR-319.

Um dos anseios dos residentes de ambas as comunidades é o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, como a pesca esportiva, o contato com o boto, e a realização de festas temáticas. Nesse contexto, o turismo passa a ser um elemento central de congruência entre as comunidades, devido aos interesses similares de participação nessas atividades, podendo ser um fator de mitigação de conflitos territoriais. Além de compatibilizar interesses divergentes, a renda obtida por meio do turismo pode obstar os conflitos por pesca, por meio da complementação à renda principal da comunidade, advinda da pesca. Dessa forma, observa-se que a falta de planejamento das atividades voltadas ao turismo, fraqueza identificada pelos residentes, ancora uma série de consequências às comunidades.

Outra fraqueza identificada na oficina foi a diminuta comunicação entre os comunitários e os representantes do DMUC, elencada pelos residentes da Comunidade Nova Geração. Esta comunidade afirmou que as ações voltadas à RDS concentram-se na Comunidade São Sebastião do Igapó Açu, deixando a Comunidade Nova Geração distante das atividades da UC.

Portanto, as fortalezas e as fraquezas foram os pontos internos à comunidade identificados na Matriz F.O.F.A.. As inúmeras fortalezas citadas mostram a importância e a eficiência da gestão territorial da RDS Igapó Açu por parte da chefe da UC. Entretanto, várias fraquezas foram elencadas, relacionadas aos ruídos de comunicação e a insuficiente fiscalização de crimes ambientais, ampliando a escala dos problemas para a participação dos

órgãos do governo. O tópico seguinte evidenciará as oportunidades e as ameaças identificadas pelos residentes, e os desdobramentos da Matriz F.O.F.A. no que se refere aos fatores externos à UC.

2.1. Oportunidades e ameaças

As oportunidades e as ameaças foram igualmente trabalhadas na composição da Matriz F.O.F.A.. As oportunidades referem-se tanto aos fatores externos quanto aos fatores internos à UC. Na RDS Igapó Açu foram identificados 08 fatores característicos dessas oportunidades listadas, conforme se pode observar no Quadro 04.

Quadro 4: Oportunidades identificadas na RDS Igapó Açu

PONTOS EXTERNOS E INTERNOS À COMUNIDADE (OPORTUNIDADES)
Internet para divulgação dos eventos temáticos;
Desenvolvimento de infraestrutura de saúde;
Transporte para levar os produtos da agricultura até Manaus;
Cursos voltados à conservação ambiental;
Formação de professores para atuar na comunidade;
Máquinas para trabalhar na terra (tratores);
Cooperativa ativa para agricultores e pescadores;
Apoio efetivo e integral para as ações de conservação ambiental;

Fonte: REZENDE, 2015

Diversas foram as oportunidades listadas, entretanto, a destacada pelas duas comunidades foi a necessidade de instalação da rede de Internet para a divulgação das festas temáticas e para o contato com familiares distantes. O desenvolvimento de infraestrutura na área de saúde também foi elencado, devido à inexistência de postos nas comunidades. A BR-319 também apareceu como uma oportunidade na RDS Igapó Açu, na medida em que pode horizontalizar a relação produtores/consumidores por meio da infraestrutura para o transporte dos produtos.

A realização de cursos voltados à conservação ambiental e o apoio efetivo e integral voltado às ações de conservação também foram identificadas como oportunidades. A educação na RDS Igapó Açu apresenta alguns entraves, como foi explicitado nos capítulos anteriores, porém um dos desafios a serem superados é a formação de professores para atuação na UC, visto que a maioria dos professores residentes não possui ensino superior completo.

Além desses fatores, as ações e instrumentos voltados à agricultura foram amplamente discutidos e elencados como oportunidades à UC, visto a importância dessa atividade no cotidiano e, principalmente, nos períodos de defeso. Destaca-se, nesse sentido, a carência de máquinas para trabalhar na terra e a ausência de uma cooperativa ativa para os agricultores e pescadores. A dificuldade de implementação desse último fator (cooperativas) deve-se à desunião entre os residentes das duas comunidades que compõe a RDS Igapó Açu, elencado como fraqueza no tópico anterior.

A partir desse entendimento, torna-se necessário evidenciar as ameaças identificadas, com vistas à melhor compreensão dos fatores externos que podem influir consideravelmente no delineamento e no desenvolvimento da RDS Igapó Açu. Reiterando que as ameaças são elementos que hipoteticamente podem aparecer a partir de certas circunstâncias. O Quadro 05 apresenta as ameaças mencionadas pelos residentes.

Quadro 5: Ameaças identificadas na RDS Igapó Açu

PONTOS EXTERNOS À COMUNIDADE (AMEAÇAS)
Queimadas, desmatamento, lixo, e invasão com a repavimentação da BR-319;
Entrada de pessoas externas à comunidade para instalação de empreendimentos;
Promessas que não serão cumpridas;
Turismo sem planejamento;
Caça de animais silvestres por pessoas de fora;
Redução do estoque pesqueiro;
Denúncias de crime ambiental destinadas aos residentes;
Ausência de fiscalização pelos órgãos responsáveis;
Acidentes devido à precária sinalização da BR-319;

Fonte: REZENDE, 2015

Foram identificados 09 fatores caracterizados como ameaças na RDS Igapó Açu, voltados, em sua maioria, para os impactos negativos que podem porventura surgir com a repavimentação da BR-319. Dentre os fatores negativos ligados à repavimentação da rodovia, destacam-se as queimadas, os acidentes resultantes da precária sinalização, o descarte de resíduos sólidos em locais impróprios, e as invasões.

A promessa de asfaltamento de todo o trecho da BR-319 é considerada como um sofisma pela maioria dos residentes, devido à demora na liberação

das obras. Ao mesmo tempo em que consideram a rodovia como uma oportunidade, a consideram como uma ameaça, pois a simples repavimentação sem o planejamento e o auxílio dos órgãos competentes sugere diversos problemas ambientais, em todas as suas esferas contemplativas. Segundo entrevistas, afirmou-se que:

“A BR-319 seria muito bom, mas se saísse, se fosse pra frente. A gente escuta essa história de que vão asfaltar, asfaltar, asfaltar e nada. Se acontecer vai ser bom pra gente ir pro Castanho, pra vender o que a gente produz, pros menino estudar. Mas chama gente de fora, que fica com olhos aqui, pra vim pra cá caçar, pra bagunçar. Então é bom e ruim ao mesmo tempo” (Entrevistado 05, D. V. A. F., 58 anos).

Segundo alguns residentes, o asfaltamento da rodovia impulsionaria um turismo sem planejamento, pois haveria uma pressão por uma infraestrutura inexistente e isenta de apoio governamental. Os resultados dessa falta de planejamento seriam o aumento de crimes ambientais, da caça de animais silvestres por pessoas externas às comunidades, e a redução do estoque pesqueiro ocasionado pelo mau planejamento da pesca esportiva promovida pelo turismo.

Os pontos externos e internos à RDS Igapó Açú foram identificados e descritos por meio da Matriz F.O.F.A., que foi um importante instrumento metodológico que permitiu a elucidação das transformações que ocorreram após a implementação da UC e dos pontos positivos e negativos da gestão territorial. O tópico seguinte evidenciará o encadeamento da gestão do território e a materialização da governança, a partir dos pontos anteriormente apontados.

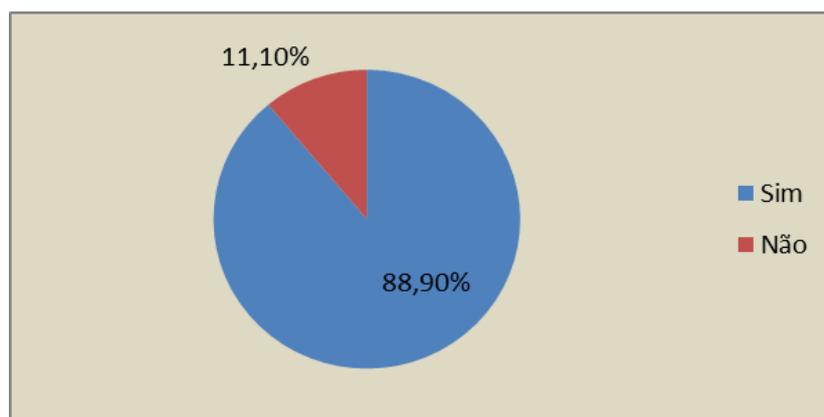
3. Governança ambiental e gestão territorial: caminhos e inflexões

No tópico anterior foram listados os pontos positivos e negativos existentes na RDS Igapó Açú referentes à gestão territorial. Em seguida, foram traçadas pelos residentes as possíveis oportunidades e ameaças que podem intervir na gestão do território. Entretanto, a escala e a abrangência dos elementos citados transcendem a gestão, e insere na discussão a

temática da governança ambiental e de seus desdobramentos. A importância da rede de articulação política, construída a partir da interação dos diferentes atores sociais, salienta-se por meio da transcendência dos problemas destacados e das possíveis soluções elencadas.

A expressividade dos pontos negativos identificados envolve a atuação de múltiplos órgãos do Estado e de outras instituições, revelando a imprescindibilidade do papel do Conselho Gestor como facilitador político na rede de articulação dos atores sociais. Alinhado a isso está a importância da execução e cumprimento das metas prevista no Plano de Gestão. Segundo entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, pode-se observar o significativo envolvimento dos residentes no conhecimento e elaboração do Plano de Gestão da RDS Igapó Açu (Gráfico 16).

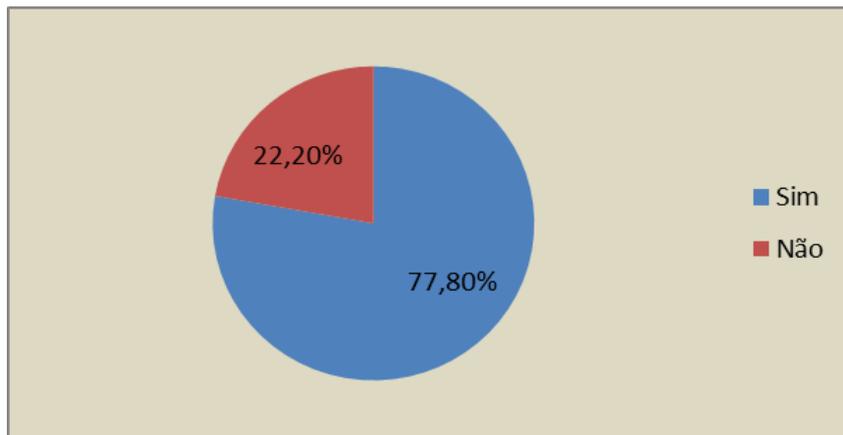
Gráfico 16: Conhecimento acerca do Plano de Gestão



Fonte: REZENDE, 2015

Observa-se a partir do gráfico acima que 88,90% das famílias da RDS Igapó Açu têm conhecimento do Plano de Gestão da UC. A participação social no processo de criação do Plano de Gestão e de tomada de decisão é uma obrigação legal da gestão territorial, prevista em lei. Porém, em muitas UC esses processos não são democratizados, sendo então um fator positivo importante encontrado na RDS Igapó Açu. Quanto à participação nas reuniões para a criação da UC, os resultados apresentam uma razoável variação (Gráfico 17).

Gráfico 17: Participação nas reuniões para a criação da UC

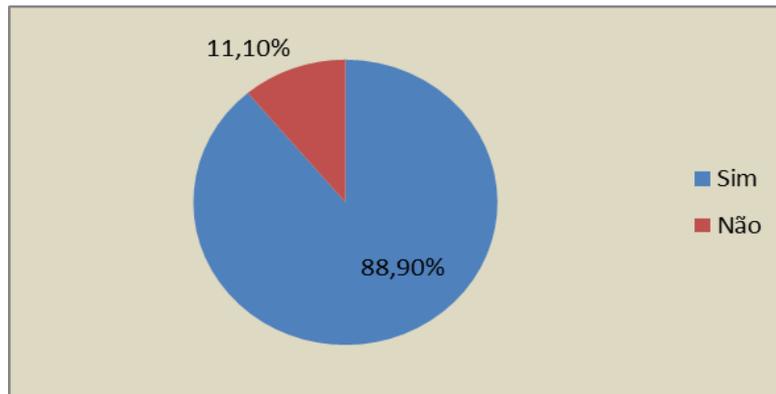


Fonte: REZENDE, 2015

Nota-se, conforme gráfico acima, que 77,80% das famílias participaram das reuniões para a criação da RDS Igapó Açú, um dado que mostra a expressividade da participação social nas políticas ambientais desenvolvidas na área de estudo. Os conflitos territoriais, presentes atualmente na UC, em sua totalidade prescindiram a implementação da RDS, sendo conflitos geracionais que acabaram por conferir o ordenamento territorial atual. Em entrevistas com os residentes, foram apontados algumas mudanças significativas que ocorreram após a criação da UC, todas consideradas positivas (Gráfico 18).

A abundância de recursos naturais, o aumento do estoque pesqueiro e da caça foram as principais mudanças identificadas advindas do processo de criação da UC e da execução das metas estipuladas no Plano de Gestão. Em certos aspectos, as reuniões participativas contribuíram para a condensação dos interesses antagônicos, anteriormente difíceis de serem acordados por meio da diplomacia.

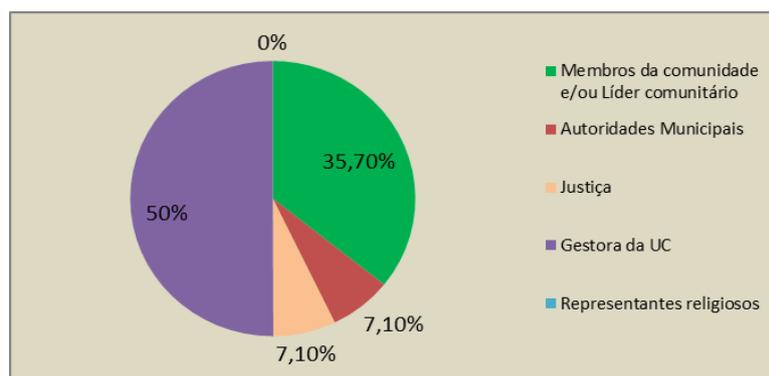
Gráfico 18: Mudanças ocorridas na RDS Igapó Açú



Fonte: REZENDE, 2015

Os conflitos, mencionados tanto na Matriz F.O.F.A. quanto nas respostas dadas no formulário, foram significativamente mitigados após a transformação da área em UC. Essa mitigação explica-se pela forte dependência relacional estabelecida para as atividades voltadas à conservação ambiental entre as duas comunidades. Além desse fator, o turismo emerge como um importante instrumento de mitigação das relações conflitivas, pois necessita para sua realização da condensação de interesses de ambas as comunidades. Em casos de acentuação dos conflitos, as famílias da RDS Igapó Açú recorrem a diferentes atores sociais, conforme se observa no Gráfico 19.

Gráfico 19: Atores sociais recorridos pelas famílias em caso de acentuação dos conflitos



Fonte: REZENDE, 2015

O Gráfico 19 mostra a quem os residentes recorrem em caso de acentuação dos conflitos territoriais. Os resultados indicam que 50% das

famílias recorrem à gestora da UC, 35,70% recorrem aos membros da comunidade e aos líderes comunitários, e 7,10% recorrem às autoridades municipais e à justiça. Os dados evidenciam a atuação dos principais atores sociais atuantes na configuração da governança ambiental da RDS Igapó Açu, que é a chefe da UC e as lideranças comunitárias.

Há uma profunda relação de interdependência entre os residentes e a atuação do DEMUC, visto o encadeamento dos diferentes interesses voltados à conservação ambiental. A chefe da UC objetiva assegurar as metas contidas no Plano de Gestão. Os residentes objetivam garantir as condições ambientais necessárias para a reprodução social de suas famílias. Dessa forma, há uma relação de simbiose, na qual os conflitos mitigam-se em favor da sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, a gestão territorial insere-se em meio a uma miríade de conflitos, porém a execução dessa gestão não apresenta problemas significativos, devido à congruência de interesses diferenciados no que concerne à conservação ambiental e à garantia da sustentabilidade. Furtado (1994) afirma que os conflitos referentes à exploração dos recursos naturais tendem a ser mitigados em áreas de conservação ambiental, devido aos pontos comuns existentes nas questões relacionadas ao ambiente. Alonso e Costa (2002) esclarecem essa discussão quando afirmam que:

A qualidade das instituições políticas democráticas varia conforme o nível de disseminação da “consciência ecológica” entre os atores sociais e políticos e o papel mais ou menos central dos atores “ambientais” no processamento dos conflitos ambientais em detrimento de análise mais “objetiva” dos processos políticos. De seu ponto de vista, não existiriam conflitos ambientais senão em um sentido: como conflitos de valor, transitórios por definição, já que, uma vez esclarecidos, os atores tenderiam a aderir a práticas sustentabilistas (p. 120).

Pode-se compreender, assim, que a “consciência ecológica” ocupa uma posição importante na discussão sobre conflitos, sustentabilidade, gestão territorial e governança na RDS Igapó Açu. A racionalidade pautada no

respeito à resiliência do sistema ambiental comanda a territorialidade, a forma de gestão, e a intensidade dos conflitos na UC.

Boff (1995) e Morin (2000) afirmam que a consciência ecológica é uma forma específica de ver e compreender as relações que os atores sociais estabelecem com a natureza. É construída por meio de um novo paradigma, que consolida uma forma de relacionamento humano peculiar com os ecossistemas, e extrapola a perspectiva individualista e utilitarista “moderna”. Observa-se, que a “consciência ecológica” é, além de um anseio dos ambientalistas, um fato em si, na medida em que há sociedades que reproduzem socialmente essa consciência, como é o caso da RDS Igapó Açu.

Barreto (2005) conceitua consciência como a faculdade que os seres humanos possuem de interagir com o ambiente em que se inserem, a partir de seus pensamentos, emoções e atos. Dessa forma, o modo como os seres humanos se relacionam e interagem com o que o circunda perpassa a consciência, que é individual e socialmente construída.

Assim sendo, a partir do entendimento das concepções teóricas dos autores anteriormente citados, percebe-se a importância da compreensão da consciência, em seus múltiplos ângulos, diante das relações e interações que se estabelecem no cotidiano. Na RDS Igapó Açu, a “consciência ecológica” conduziu e conduz à materialização de uma racionalidade e de um modo de vida pautado na sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, a gestão territorial tem alcançado resultados satisfatórios devido à reprodução geracional dessa consciência, que cristaliza as formas de uso e ocupação do território baseado no etnoconhecimento. Noda (2012) afirma que a intensa relação entre florestas e águas gera características sociais e culturais específicas e predominantes. O etnoconhecimento resulta e constrói-se por meio dessa interação social com as diferentes unidades de paisagem.

Por conseguinte, nota-se que a consciência ecológica, o modo de vida, e o etnoconhecimento conduzem a RDS Igapó Açu à sustentabilidade, em

todas as suas facetas. Esse fato corrobora-se, também, por meio da gestão territorial participativa existente na UC, mitigadora de conflitos e centralizadora das ações voltadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento local.

Dessa forma, verifica-se que a gestão territorial, *modus operandi* da governança, possui um papel importante na rede de articulação política, seja na mitigação dos conflitos territoriais, seja nas ações de conservação ambiental, seja na operacionalização do Plano de Gestão, ou na otimização e articulação dos diferentes atores sociais envolvidos, responsáveis e partícipes das atividades da RDS Igapó Açu.

A significativa maioria das fraquezas identificadas pelos residentes transcende as funções da gestão territorial e requer soluções e alternativas no âmbito da governança, pois envolve variados órgãos, instituições e políticas que estão para além do DEMUC. Porém, uma fraqueza identificada pelos moradores da Comunidade Nova Geração, destacada nas oficinas realizadas, foi a falha na comunicação entre a chefe da UC e os residentes. Entretanto, a Comunidade São Sebastião do Igapó Açu não identificou essa questão como uma fraqueza, considerando a comunicação satisfatória entre a chefe da UC e os residentes.

Apesar do antagonismo desse fator listado, ambas as comunidades apresentaram análises semelhantes quanto às fortalezas, oportunidades e ameaças. Os caminhos traçados envolvem questões de governança, e não somente de gestão territorial, devido à abrangência das soluções propostas e a transescalaridade das tendências esboçadas.

A repavimentação da BR-319, atualmente em andamento, foi apontada como uma oportunidade e uma ameaça, pois poderá ocasionar impactos positivos e negativos à RDS Igapó Açu. Novos atores sociais tendem a surgir com a melhoria da infraestrutura para o transporte de pessoas e mercadorias, o que leva cada vez mais à imprescindibilidade do fortalecimento da governança ambiental democrática. Nesse sentido, a gestão territorial tende crescentemente a otimizar e gerenciar os diferentes interesses existentes, no

intuito de continuar fornecendo as bases políticas necessárias à sustentabilidade ambiental.

Nota-se, assim, que a rede de articulação política é tecida por diversos atores sociais, que apresentam diferentes funções e papéis, como foi visto no decorrer dos capítulos anteriores. Nesse sentido, a gestão territorial cria condições favoráveis para o desenvolvimento da governabilidade e exerce o *modus operandi* da governança. A tessitura dessa rede de articulação política perpassa o âmago da gestão territorial, pois é a partir da gestão que a governança se materializa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de uma unidade territorial envolve diversos elementos, ambientais, sociais, culturais, políticos, e econômicos. A abrangência do processo de gerenciamento territorial requer noções amplas, não contempladas na esfera da gestão. A governança emerge, nesse sentido, como transcendente da gestão e ao mesmo tempo formador dela. A rede de articulação política, materializada via governança, influencia consideravelmente o *modus operandi* do processo de tomada de decisão.

Assim sendo, a elucidação dos pontos positivos e negativos da gestão territorial da RDS Igapó Açu permitiu uma análise profícua da tessitura da governança ambiental, visto a linha tênue entre a gestão do território e sua governança. A rede de articulação política constitui-se por meio da interação entre a governabilidade e o governo, e sua expressão prática desenvolve-se por meio da gestão territorial.

Há um encadeamento entre diversos fatores, justificado pela amplitude da temática da governança ambiental, logo, necessitou-se de diversos elementos para a construção do processo analítico. A coexistência de conflitos territoriais e uma gestão territorial participativa em comunidades díspares é uma realidade complexa, tornada possível por meio da materialização da consciência ecológica.

A sustentabilidade ambiental na RDS Igapó Açu é o resultado concreto de uma racionalidade pautada nos preceitos dessa consciência ecológica, perpassada geracionalmente por meio do etnoconhecimento. O encadeamento desses preceitos gera um modo de vida específico, centrado no respeito à resiliência e na manutenção da autopoiese do sistema ambiental. Apesar de a UC ser constituída por pessoas advindas de diferentes municípios, há uma despertar ecológico implícito no ordenamento do território.

A governança na RDS Igapó Açu é uma governança democrática, desde a criação até o desenvolvimento dessa RDS. A gestão territorial

exerce-se de forma participativa e contempla os diferentes interesses nos processos de tomada de decisão e de gerenciamento do território.

Desafios à gestão existem, conforme foram elencados na Matriz F.O.F.A., porém as oportunidades são muitas e possíveis de serem realizadas. Ameaças podem se concretizar como fraqueza, entretanto, a atuação da gestão e o exercício do Conselho Gestor podem inibi-las e transformá-las em fortalezas ou oportunidades. A governança insere-se em meio à essas completudes, e exerce sua imprescindibilidade na governabilidade, no governo, na gestão territorial, e em muitos outros elementos.

Portanto, a RDS Igapó Açu é uma UC que apresenta uma governança democrática, centrada na participação social dos diferentes atores envolvidos. A gestão territorial, *modus operandi* dessa governança, atua materializando a rede de articulação política, configurando e sendo configurada pela tessitura das relações de poder existentes. O desdobramento dessa governança democrática é o cumprimento das metas estipuladas no Plano de Gestão e a materialização da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Ecologia Política: Natureza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

AMAZONAS. Decreto N° 28.420, de 22 de julho de 2014. Aprova o Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú. Manaus, 2014.

BANDEIRA, Clarice; FLORIANO, Eduardo Pagel. **Avaliação de impacto ambiental de rodovias**. 1 ed. Santa Rosa: ANORGS, 2004.

BARRETO, Maribel. **O papel da consciência em face dos desafios atuais da educação**. Salvador: Sathyarte, 2005.

BARRETTO-FILHO, H.; CORREIA, C. **Gestão ambiental e/ou territorial de/em Terras Indígenas**: subsídios para a construção da PNGATI. Brasília: MMA e MJ, 2009.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade, o que não é**. São Paulo: Vozes, 1995.

BRASIL. Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Decreto N°4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.

CANÇADO, Airton; TAVARES, Bruno; DALLABRIDA, Valdir Roque. Gestão social e governança territorial: intersecções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 313-353, 2013.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BIRKNER, Walter Marcos Knaesel; COGO, Edson Luiz. Gestão territorial e desenvolvimento: avanços e desafios dos processos de descentralização político-administrativa no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 17, n. 428, 2013.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA (IMAZON). **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Belém: Pará, 2013.

FURTADO. L. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I.M. (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994.

LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. **Planejamento e gestão territorial: reflexões interdisciplinares**. Santa Catarina: Editora Insular, 2014.

MAFRA, Francisco; SILVA, Amado da. **Planejamento e Gestão do Território**. Coleção Inovação e Governança nas Autarquias. Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: UAB, 2012.

NODA, Sandra do Nascimento; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi; SILVA, Antonia Ivanilce Castro da; BRAGA, Maria Dolores Souza. Paisagens e etnoconhecimentos na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 7, n. 2, 2012.

Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu**. Careiro: SDS, 2014.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Roteiro para a elaboração de planos de gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas**. Manaus: SDS, 2006.

SOUZA, Cássio Noronha Inglez de. Dimensão fundiária da gestão territorial de Terras Indígenas no Brasil. In: **Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil**. Coleção Educação para Todos. Brasília: UNESCO, 2012.

CONCLUSÃO

Reconstruir epistemologicamente a governança ambiental diante de tantos trabalhos existentes foi o grande desafio desta dissertação. Essa reconstrução tornou-se necessária a partir dos caminhos indicados pela pesquisa, que evidenciou uma série de aspectos importantes existentes na RDS Igapó Açu com ligação direta na constituição da rede de articulação política. Os resultados apontaram para uma nova forma de ver a governança, sem pré-protagonismo de qualquer ator social. Os instrumentos metodológicos permitiram a imersão analítica profunda, e tornou possível a elucidação dos objetivos almejados.

Os resultados indicaram que a gestão territorial, *modus operandi* da governança, é democrática, pois contempla no processo de planejamento e tomada de decisão os principais atores sociais envolvidos. Os pontos positivos elencados foram inúmeros, mostrando a importância da política de criação de UC para a conservação da biossociodiversidade e para o desenvolvimento local. Os pontos negativos identificados extrapolam o alcance da gestão territorial, pois envolve órgãos do governo e instituições que estão para além do alcance do DMUC, envolvendo assim questões de governança.

O Conselho Gestor, base da governabilidade, ocupa a centralidade da rede de articulação política entre os atores sociais envolvidos, e é considerado a expressão material da condensação das políticas ambientais. A gestão territorial, a partir da chefe da UC concretiza as ações políticas acordadas no Conselho Gestor e contempladas no Plano de Gestão da RDS Igapó Açu. O processo de planejamento e gestão do território é, desde a concepção da UC, um processo participativo e democrático, por isso o elevado número de fortalezas listadas.

Fraquezas e ameaças existem e concretizam-se, porém, há um esforço reconhecido socialmente de otimização das ações da rede de articulação política no intuito de promover benefícios aos povos residentes. Os conflitos

estão mitigando-se no decorrer do tempo, em favor do desenvolvimento local e das condições ambientais necessárias à reprodução social das famílias.

A “consciência ecológica” engendra a territorialidade e o modo de vida dos residentes, promovendo e corroborando a sustentabilidade ambiental, em suas diferentes facetas. Apesar de a RDS Igapó Açu ser constituída, em sua maioria, por pessoas advindas de outros municípios do Amazonas, há uma transmissão geracional de etnoconhecimento, intrínseca ao ordenamento territorial da UC. O resultado dessa transmissão é o exercício da sustentabilidade ambiental na RDS Igapó Açu

Nesse sentido, a materialização da governança democrática nessa UC é uma gestão territorial participativa. A participação social é uma obrigação legal, entretanto, em muitos territórios protegidos essa participação não se concretiza. Os desafios frente à gestão envolve governança, pois requer ampliação e rearticulação da rede política estabelecida. Em uma unidade territorial protegida atravessada por uma rodovia federal a governança deve ser aprofundada, face a essa questão, aponta-se a necessidade de trabalhos posteriores à repavimentação da BR-319, visto os impactos positivos e negativos que a obra pode ocasionar na UC, como foi evidenciado pelos residentes.

Portanto, esta dissertação demonstrou a formação da governança ambiental na RDS Igapó Açu a partir da articulação de vários elementos, com destaque para as formas de organização social, para a governabilidade, e o governo. A governança consolida-se por meio da rede política configurada pelos atores sociais e, como qualquer rede, está em constante transformação e desenvolvimento. Esta dissertação elucidou lacunas importantes, imperceptíveis em outros trabalhos realizados, entretanto, aponta para a necessidade de trabalhos futuros, principalmente após a liberação e autorização das obras de repavimentação da BR-319, que terá impactos profundos no ordenamento territorial da RDS Igapó Açu.

ANEXOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos você para participar, de forma totalmente voluntária, do **PROJETO: Governança Ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu (Amazonas, Brasil)**. Temos como objetivo realizar uma análise da governança ambiental junto aos moradores da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu, município Beruri (AM). Um dos benefícios de sua entrevista para a pesquisa é a ajuda na coleta de dados importantes que você traz consigo e com a história de sua comunidade. Assim, poderemos ter uma dimensão precisa da realidade através de fontes que consideramos confiáveis e verdadeiras.

Utilizaremos como instrumento para a realização da pesquisa: um roteiro de perguntas para entrevistas e observações participantes. Com permissão da comunidade, bem como dos entrevistados, utilizaremos máquinas fotográficas para registrar determinadas situações, assim como gravador de voz digital e microfilmadoras. Se você se sentir desconfortável ou incomodado com alguma pergunta, você terá toda liberdade para se recusar a respondê-la. Também poderá retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa.

Os resultados destas entrevistas serão analisados e publicados em relatórios, mas sua identidade não será divulgada. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Marília Gabriela Gondim Rezende pelo fone (92) 98131-1769 ou pelo endereço Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I, Bloco J – Núcleo de Socioeconomia. Manaus/Amazonas.

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada.

Participante da Pesquisa

Data: ____/____/____

Impres. Datiloscópica

Responsável pela Pesquisa

Data: ____/____/____



3. DADOS DE MOBILIDADE

3.1 Onde o senhor nasceu? (estado/município) _____

3.2 Sempre morou nesta comunidade? Sim () Não ()

3.3 Se não, quais os lugares que você já morou?

3.4 O que levou o senhor (a) a mudar para cá? (Marcar por Ordem de Prioridade)

Constituição de família []

Transferência de trabalho []

Procura de trabalho []

Procura de melhores condições de educação []

Procura de melhores condições de saúde []

Acompanhando os pais, o (a) esposo (a) ou outros familiares []

Outro [] Qual: _____

3.5 Se foi motivo econômico, qual a atividade econômica que atraiu? _____

3.6 Como era quando o (a) senhor (a) chegou aqui? (comunidade, paisagem, atividade econômica predominante, moradores, órgãos públicos, caça, pesca, floresta, capoeira)? _____

4. ENERGIA

4.1 Que tipo de energia tem na sua moradia?

1. Luz para todos () 2. Gerador Comunitário () 3. Gerador Particular () 4. Não há fornecimento de energia elétrica ()

4.2 Qual a regularidade da energia fornecida?

1. Manhã () 2. Tarde () 3. Noite () 4. Dia todo ()

4.3 Se usa gerador comunitário, quais os horários e uso de combustível?

Horários: _____ Gasto Combustível: _____

4.4 Se usa gerador particular, quais os horários e uso de combustível?

Horários: _____ Gasto Combustível: _____

5. MEIOS DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO

5.1 Quais os meios de comunicação que o senhor (a) utiliza?

1. Telefone público () 2. Telefone residencial () 3. Telefone celular () 4. Correios () 5. Rádio ()

6. Outros () quais? _____

5.2 Como o senhor (a) se mantém informado?

Rádio () TV () Jornais () Revistas () Outro (), quais? _____

5.3 Quais os horários em que você costuma assistir TV? _____

9. Religião

9.1 Você possui alguma crença religiosa? Sim () Não ()

9.2 Qual a sua congregação religiosa?

Católica () Adventista do Sétimo Dia () Batista () Assembleia de Deus () Pentecostal () Espírita ()

Outra () qual? _____

9.3 Já mudou de orientação religiosa alguma vez? Sim () Não ()

9.4 Se sim, para qual? _____

9.5 Existe alguma festa religiosa em sua localidade? Sim () Não ()

9.6 Se sim, qual? _____

10. Lazer

10.1 Quais são as principais formas de lazer na comunidade?

Futebol () Festa de Padroeiro () Arraial () Grupos de dança/canto () Praia () Outros ()

10.2 Quais os espaços que a comunidade utiliza para realizar suas manifestações culturais?

1. Igreja () 2. Centro Comunitário () 3. Campo de Futebol () 4. Escola () 5. Outro ()

10.3 Das manifestações culturais existentes em sua localidade, com qual delas o senhor (a) se identifica mais? Por quê?

10.4 Existe alguma festa ligada à agricultura? Se sim, qual?

10.5 O senhor (a) costuma ir à outra localidade ou à sede municipal para participar de atividades culturais? Que atividades são essas?

10.6 Como o senhor (a) considera a participação de sua família nas atividades de lazer?

() ótimo () Bom () Regular () Ruim

10.7 Na comunidade há prática de turismo? Sim () Não ()

10.8 Se sim, quais locais visitados pelos turistas? _____

10.9 Se não, quais locais são frequentemente apontados pela maioria, como locais interessantes para turistas?

11. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

11.1 Participa de organização social? Sim () Não ()

11.2 Caso positivo, qual?

Associação de Produtores () Associação de moradores () Associação de mulheres () Associação de pais e mestres ()

Igreja () Cooperativa () Clube de jovens () Grupo esportivo () Grupo religioso ()

Outro, qual? () _____

11.3 Qual o nome da associação/cooperativa: _____

12. CONFLITOS AMBIENTAIS

12.1 Quais são os principais tipos de conflitos presentes na comunidade?

Fundiário () Político partidário () Uso da terra () Pesca em Lagos e rios () Produtos Florestais Madeireiros ()

Recursos Florestais Não Madeireiros () Exploração dos recursos minerais () Uso da água () Étnico ()

Não sabe () Outro _____

12.2 A quem a comunidade recorre para negociar e/ou resolver os problemas causados por conflitos pelo uso da terra, das florestas e dos ambientes de pesca aqui na localidade?

- () Recorre-se aos Membros da Comunidade e/ou Líder comunitário
- () Recorre-se às Autoridades Municipais (Prefeitura, Polícia Militar)
- () Recorre-se à Justiça (ao poder Judiciário no Município)
- () Recorre-se ao Gestor da Unidade de Conservação
- () Recorre-se aos representantes religiosos das Igrejas
- () Recorre-se aos Sindicatos ou Associação de produtores
- () Não sabe

Outros _____

13. DEMANDAS E EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO A ESTA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

13.1 O senhor (a) já ouviu falar sobre a Unidade de Conservação? () Sim () Não

13.2 Soube que houve consultas públicas para a criação da UC? () Sim Não ()

13.3 Participou? () Sim Não () Se não, por que? _____

13.4 O que o senhor (a) pensa sobre a condição de ser morador de uma UC?

13.5 O senhor (a) já ouviu falar do Plano de Gestão da RDS Igapó Açu?

13.6 O senhor (a) percebeu alguma mudança após a criação da UC? Sim () Não ()

Se sim, quais? _____

13.7 Quais os pontos desfavoráveis e favoráveis que a UC poderá trazer ou está trazendo para a sua vida? Por quê?

14. Sobre a BR-319

14.1 O senhor (a) tem conhecimento sobre a revitalização da BR-319? Sim () Não ()

14.2 O que o senhor (a) pensa sobre esse assunto? _____

15. Sobre a gestão territorial

15.1 Quando tem reunião do Conselho Gestor, os senhores se reúnem de que forma?

15.2 De quanto em quanto tempo tem essas reuniões? _____

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA (UFAM)

01/10/2015

Plataforma Brasil

Saúde



Marília Gabriela Gondim Rezende - Pesquisador | V3.0

Cadastros

Sua sessão expira em: 35min 10

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Governança Ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú
 Pesquisador Responsável: Marília Gabriela Gondim Rezende
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE: 49472115.6.0000.5030
 Submetido em: 05/08/2015
 Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção: PS_COMPROVANTE_RECEPCAO_564046

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- [-] Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
 - [-] Projeto Original (PO) - Versão 1
 - [-] Documentos do Projeto
 - Comprovante de Recepção - Submissão
 - Declaração de Instituição e Infraestrutura
 - Folha de Rosto - Submissão 1
 - Informações Básicas do Projeto - Submissão 1
 - Interface REBEC - Submissão 1
 - Projeto Detalhado / Brochura Investigador
 - TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa
 - Apreciação 1 - Fundação Universidade do Amazonas
 - [-] Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável *	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord. *	Ações
PO	Marília Gabriela Gondim Rezende	1	05/08/2015	01/10/2015	Aprovado	Não	

HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	01/10/2015 13:59:19	Parecer liberado	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	PESQUISADOR	
PO	30/09/2015 20:34:27	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	29/09/2015 22:32:20	Parecer do relator emitido	1	Membro do CEP	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	29/09/2015 15:11:37	Ação de Elaboração de Relatório	1	Membro do CEP	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	23/09/2015 17:12:50	Confirmação de Indicação de Relatório	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	23/09/2015 14:38:17	Indicação de Relatório	1	Secretária	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	23/09/2015 14:35:39	Ação de PP	1	Secretária	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	05/08/2015 19:53:48	Submetido para avaliação do CEP		Pesquisador Principal	PESQUISADOR RESPONSÁVEL		

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que nós, da Comunidade São Sebastião na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu, localizada no município do Careiro Castanho, estamos de acordo com a execução do **PROJETO: Governança Ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu**, sob a coordenação e a responsabilidade do Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, e da pesquisadora Marília Gabriela Gondim Rezende, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas.

Comunidade São Sebastião Igapó Açu 18/09/2015

Local e data

Nilda Castro dos Santos

Nome – cargo

CPF: 569714862-34.

RG: 0610210-0

Testemunha 1: Doracil de Souza Dias	Testemunha 3: Nilda Castro dos Santos
Testemunha 2: Doracil de Souza Dias	Testemunha 4: Angel Batista de Souza



FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Governança Ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú		2. Número de Participantes da Pesquisa: 55	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas, Ciências ambientais			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Marília Gabriela Gondim Rezende			
6. CPF: 893.027.702-06		7. Endereço (Rua, n.º): Rua 169, nº01, Núcleo 08 CIDADE NOVA II MANAUS AMAZONAS 69096130	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (92) 8131-1769	10. Outro Telefone:
			11. Email: m.aril.iagabriela@hotmail.com
12. Cargo: <u>Estudante</u>			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>05 / 08 / 2015</u>		<u>Marília Gabriela Gondim Rezende</u> Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: Universidade Federal do Amazonas - UFAM		14. CNPJ: 04.378.626/0001-97	15. Unidade/Órgão: Centro de Ciências do Ambiente
16. Telefone: (92) 3647-4069		17. Outro Telefone: 3305-4068	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA</u>		CPF: <u>214671532-49</u>	
Cargo/Função: <u>COORDENADOR DO PPG CIAA</u>		<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS</u> Centro de Ciências do Ambiente Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	
Data: <u>05 / 08 / 2015</u>		<u>Henrique dos Santos Pereira</u> Coordenador em Exercício Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

Carta de apresentação ao CEUC

À Coordenação do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação do Amazonas.

Eu, **Therezinha de Jesus Pinto Fraxe**, professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, diretora do Centro de Ciências do Ambiente, venho por meio desta, firmar a orientação e coordenação do projeto de pesquisa intitulado “Governança Ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú”, da discente Marília Gabriela Gondim Rezende, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. A discente desenvolve pesquisas junto ao Núcleo de Socioeconomia da UFAM, sob a minha coordenação, e está desenvolvendo sua pesquisa de mestrado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú, necessitando da aprovação do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação para que possa realizar sua pesquisa na UC.

Assinatura da Coordenadora do Projeto
(Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe)

Manaus, 03 de agosto de 2015



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Governança Ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú

Pesquisador: Marília Gabriela Gondim Rezende

Versão: 1

CAAE: 49472115.6.0000.5020

Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 096426/2015

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

AUTORIZAÇÃO Nº 04/2016-DEMUC/SEMA

O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), no âmbito de sua competência e considerando:

A Lei nº 53, de 05 de Junho de 2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);

O Artigo 43 que trata do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidade de conservação.

AUTORIZA entrada e execução de pesquisa em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMTEMPLADA:

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açu

2. AÇÃO/ATIVIDADE:

"Governança Ambiental na RDS Igapó-Açu."

3. PESQUISADORES AUTORIZADOS:

Nome	Cargo/Função	Instituição	CPF/Passaporte
Marília Gabriela Gondim Resende	Pesquisadora	UFAM	893.027.702-06
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe	Pesquisadora	UFAM	187.554.702-97

4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

12 de fevereiro de 2015 a 12 de fevereiro de 2016 (Retroativa)



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS

5. CONSIDERAÇÕES

- Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. São objetivos básicos dessa área, preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para: a reprodução, melhoria dos modos, da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, assim como, conservar e aperfeiçoar as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações (Art. 2 da Lei nº. 53, de 5 de junho de 2007);
- As ações realizadas nas UC estaduais do Amazonas se darão respeitando-se as normas e restrições estabelecidas no Plano de Gestão da UC (quando houver), e as normas estabelecidas pelo órgão gestor;
- A atividade insere-se na linha temática "**Estudos Socioeconômicos**", que além da grande importância, pode contribuir nas estratégias de implementação de unidades de conservação na Amazônia, contribuindo sobre maneira com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC);
- Os objetivos desta pesquisa são de relevante interesse para a conservação, pois visa analisar a governança ambiental na RDS Igapô-Açu.
- A equipe técnica participante da atividade envolve profissionais aptos à execução da mesma;
- Os métodos a serem executados na atividade são apropriados aos objetivos propostos.

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

- O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA) solicita a apresentação dos objetivos da pesquisa aos moradores (líderes comunitários) e atores envolvidos da UC antes do início das atividades do projeto;



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

- O cronograma das visitas de campo deverá ser ajustado em conformidade e disponibilidade do gerente da UC para planejamento e esclarecimentos gerais sobre as UC, como informações sobre infraestrutura, ou acesso as áreas preteridas para execução das atividades;

RDS IGAPÓ-AÇU- GERENTE: Francisca Dionéia Ferreira EMAIL: dioneia_ferreira@hotmail.com TEL: (92)99209-0617;

- Recomenda-se a contratação de moradores locais para auxiliarem nas tarefas de campo.

RECOMENDAÇÕES GERAIS (NORMAS)

- O DEMUC autoriza o acesso às unidades de conservação estaduais e a coleta de material biológico de qualquer natureza devendo haver o respaldo por autorização via SISBIO e termo de anuência do DEMUC;
- O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação do Amazonas (DEMUC/SEMA) mantém cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para depósito de material biológico originário das Unidades de Conservação (UC) estaduais. Assim, o material biológico coletado deverá ser depositado em instituições sediadas no Estado do Amazonas, realizando o contato prévio com a curadoria da coleção – Dra. Lúcia Rapp, lucia.rapp@gmail.com 3643-3226/ 3643-3341, a qual indicará os contatos das demais coleções para todos os grupos que serão coletados;
- Qualquer alteração no cronograma deverá ser comunicada à gerente da UC e a Assessoria de Pesquisas e Monitoramento Ambiental – pesquisaemonitoramento@gmail.com (3642-4607);
- Sendo assim, recomenda-se à pesquisa e a emissão de autorização para o período de **12 de fevereiro de 2015 a 12 de fevereiro de 2016**
- para a RDS Igapó-Açu, podendo ser renovada, se necessário, mediante apresentação de relatório e justificativa.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

- Em todas as divulgações, devem ser citadas o Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, e de acordo com o art. 50 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Lei Complementar nº 53/2007):

Art. 50. A comercialização de produtos florestais, subprodutos, recursos ambientais e o aproveitamento econômico de serviços ambientais e outros serviços obtidos ou desenvolvidos a partir de recursos naturais biológicos, cênicos, culturais ou da imagem de Unidade de Conservação, exceto APA, RPPN e RPDS, dependerá de prévia autorização do Órgão Gestor e sujeitará o contratado ou o comprador a pagamento, conforme disposto em regulamentação específica.

- A logomarca da SEMA e Governo do Amazonas devem ser solicitados para a assessoria de comunicação – ASSCOM (imprensasema_am@gmail.com), e de acordo com o parágrafo 1º do Art 51 do SEUC:

§1º A utilização do nome da unidade de Conservação, da logomarca da Unidade de Conservação, do Órgão Gestor e do Governo do Amazonas, em produtos comerciais, sujeitará o usuário a pagamento, conforme contrato específico.

- Após o término das atividades deverá ser encaminhado o produto final conforme acordado no contrato. Esta ação condicionará na emissão de novas autorizações ou sua renovação no nome de qualquer um dos participantes do projeto, seja como responsável ou não pelo mesmo;
- O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA) está estruturando o banco de dados de pesquisa, com a elaboração de instrução normativa, e como parte da política de dados, o resultado das pesquisas realizadas nas UC estaduais devem ser enviados no formato de metadados visando o auxílio a pesquisas posteriores na área e aplicabilidade da informação à gestão da UC;
- Todos os dados (metadados) fornecidos serão respeitados, conforme documento orientador a ser assinado no ato de entrega;
- Os resultados direcionados ao DEMUC estão abaixo e serão exigidos:



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

1	Imagens (fotos) do desenvolvimento da pesquisa;
2	Informações das coletas;
3	Pontos georreferenciados dos locais de coleta;
4	Relatório Geral, artigos, publicações;
5	Relatório modelo DEMUC

Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação do Amazonas, em Manaus/AM, 15 de fevereiro de 2016.

JOÃO BOSCO FERREIRA SILVA
Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação -DEMUC